



TRABALHO E CAPITAL NA VIRADA DO MILÊNIO

Paulo Sergio Tumolo

TRABALHO E CAPITAL NA VIRADA DO MILÊNIO

Paulo Sergio Tumolo



UFSC
Florianópolis
2018

Copyright © 2018 Paulo Sergio Tumolo

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico

5050com

Editoração eletrônica

Flavia Torrezan

Capa

Carmen Garcez

Imagem: *Operário* (1947), de Candido Portinari

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina**

T925t

Tumolo, Paulo Sergio

Trabalho e capital na virada do milênio
[recurso eletrônico] / Paulo Sergio Tumolo. –
Florianópolis : Editoria Em Debate (UFSC),
2018.

188 p. : tabs.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-45535-26-3

1. Trabalho e capital. 2. Divisão do
trabalho. 3. Classe trabalhadora I. Trabalho e
capital na virada do milênio.

CDU: 331.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Dirce Maris Nunes da Silva – CRB 14/333

Todos os direitos reservados à

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do
acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características,

sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa sete anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 52 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia
Ary César Minella
Fernando Ponte de Sousa
Iraldo Alberto Alves Matias
Janice Tirelli Ponte de Sousa
José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira
Maria Soledad Etcheverry Orchard
Michel Goulart da Silva
Paulo Sergio Tumolo
Ricardo Gaspar Müller
Valcionir Corrêa

SUMÁRIO

Prefácio	09
1 Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação	15
Divisão manufatureira e divisão social do trabalho no capitalismo.....	16
Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital	20
Valor e preço da força de trabalho	23
O fordismo e o controle do processo de trabalho e da vida do trabalhador.....	26
O atual padrão de acumulação e a subsunção real da vida social ao capital	28
2 A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate	37
Mais-valia absoluta e mais-valia relativa.....	41
Mais-valia, valor e preço da força de trabalho	53
3 O capital e as alterações no trabalho nas distintas fases de acumulação capitalista: fundamentos conceituais e desdobramentos teórico-políticos	59
Processo de trabalho, processo de produção de mercadorias e processo de produção capitalista.....	60
O significado das alterações no trabalho nos três processos.....	62
Implicações teóricas e políticas.....	66
<i>Habermas e as categorias marxianas</i>	66
<i>Offe e o debate das classes sociais</i>	78

4	Reestruturação produtiva no Brasil na virada do milênio.....	97
	A reestruturação produtiva no Brasil segundo os pesquisadores	98
	Esboço de análise crítica.....	104
5	A trajetória da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil – caminhos e descaminhos.....	115
	O nascimento da CUT	116
	A trajetória política da CUT	119
	A mudança na estratégia política da CUT	131
6	As Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha. Um estudo introdutório das mudanças em sua estratégia política	139
	Características das CCOO em suas fases iniciais	140
	O processo de mudanças das CCOO	147
	Elementos comparativos entre as CCOO e a CUT	162
	Referências.....	165

PREFÁCIO

Os textos que compõem este livro foram publicados separadamente em diversos veículos e em variados momentos. Decidi reuni-los agora porque eles tratam de temas correlatos e têm um elo que os interliga, a saber, a abordagem acerca da relação entre capital e trabalho na virada do milênio. Além disso, há uma razão especial. Como se verá, no capítulo dois faço uma revisão crítica de alguns elementos analíticos que aparecem no primeiro capítulo, ou seja, ele expressa uma autocrítica, e, por isso, tinha um forte desejo de que os dois textos estivessem reunidos em uma mesma publicação.

O livro está estruturado em dois blocos de assuntos. No primeiro deles, calçado no referencial do materialismo histórico, busco compreender algumas características concernentes à conformação do capitalismo no período contemporâneo, principalmente por meio da abordagem da relação entre os chamados centro e periferia do sistema. No segundo bloco apresento os resultados de pesquisas sobre duas experiências da classe trabalhadora, ou melhor, sobre as trajetórias histórico-políticas de duas centrais sindicais mais expressivas de seus respectivos países, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil e as Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha. Todas essas temáticas foram desenvolvidas ao longo dos capítulos do livro.

O primeiro capítulo tem como objetivo contribuir com algumas reflexões sobre determinadas características fundantes do padrão de acumulação de capital que foi se configurando na virada do milênio.

Para tanto, analisa o processo histórico segundo o qual a subsunção formal do trabalho ao capital, expressa pela extração da mais-valia absoluta, criou a necessidade e as condições para a diminuição do valor da força de trabalho e, por isso, para a produção da mais-valia relativa, que exigia a subsunção real do trabalho ao capital, materializada pelo controle do processo de trabalho e que, por sua vez, implicou, contraditoriamente, a redução do preço da força de trabalho, abaixo de seu valor. De forma potencializada, este fenômeno, aliado ao domínio do capital sobre praticamente todas as atividades humanas, resultou, na contemporaneidade, numa subsunção da vida dos trabalhadores ao capital, ou melhor, numa subsunção real da vida social ao capital.

Os temas que aparecem neste capítulo têm sido objeto de meus estudos há muito tempo. Como normalmente acontece em qualquer processo de pesquisa, um investigador vai se apropriando das matérias estudadas até atingir determinado patamar de conhecimento a respeito delas. Ocorre que tal patamar é sempre provisório, uma vez que o conhecimento sobre os objetos estudados é, via de regra, inesgotável. Por isso, o ponto de chegada – o estágio atingido inicialmente – se transforma no ponto de partida para a continuidade da investigação, que tem como objetivo alcançar patamares mais elevados – ou mais profundos – de apreensão das matérias estudadas. O texto referente ao capítulo primeiro é resultado de um determinado estágio de conhecimento que construí ao longo de muitos anos. Não obstante, como dei continuidade a meus estudos sobre os temas nele tratados, cheguei a outro patamar de compreensão, de tal maneira que não tenho mais concordância com alguns argumentos apresentados, sobretudo com aqueles referentes ao valor e ao preço da força de trabalho, e com os que dizem respeito à preponderância da mais-valia absoluta ou da mais-valia relativa. Por essa razão, escrevi um texto, que corresponde ao capítulo dois deste livro, no qual faço uma revisão deles, ou seja, uma autocrítica. Contudo, decidi manter inalterado o conteúdo do texto do primeiro capítulo, não somente para que o leitor tenha acesso a ele tal como foi publicado originalmente, mas, principalmente,

porque os argumentos e a compreensão dos temas ali apresentados são compartilhados por outros autores. Dessa forma, o texto do capítulo dois não é apenas uma autocrítica, mas também uma crítica a esses autores.

Dessa forma, no segundo capítulo busco fazer uma análise de algumas características que configuram a periferia do sistema capitalista, a partir de uma interlocução crítica com alguns aspectos que aparecem no primeiro capítulo deste livro e com autores que defendem teses segundo as quais, nessa parte do sistema, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, caracterizando, para alguns deles, uma superexploração do trabalho, o que constitui o fundamento da predominância de extração de mais-valia absoluta. Baseado na contribuição oferecida por Marx em *O capital*, o texto começa examinando a produção das mais-valias absoluta e relativa e a relação entre elas e finaliza com o tratamento da questão do valor e preço da força de trabalho.

O capítulo terceiro faz uma abordagem da tríade a respeito do trabalho tal como se constitui no modo capitalista de produção, ou seja, trabalho útil ou concreto como criador de valor de uso, trabalho abstrato como substância de valor e trabalho produtivo de capital, para poder discutir como cada uma dessas formas de trabalho se manifesta na configuração contemporânea do capitalismo, e, a partir dessa base, poder examinar suas implicações teóricas e políticas, por meio de um diálogo crítico com Jürgen Habermas e Claus Offe.

O quarto capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica acerca da reestruturação produtiva no Brasil na virada dos séculos XX e XXI, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento correlatas – sociologia do trabalho, economia do trabalho, economia política, administração de empresas, educação e trabalho, engenharia. Com esta base, procura apreender, apesar de todos os limites, como contexto do novo padrão de acumulação de capital, sua principal característica é a intensificação da exploração sobre a força de trabalho. Ao mesmo tempo, empreende uma análise crítica da referida bibliografia, buscando indicar seus limites explicativos.

O capítulo cinco tem como propósito descrever e analisar a trajetória histórica da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, nas três fases identificadas, de seus primórdios até 2002. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988, que se caracterizou por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, aquela que vai até a virada do século, caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Constatou-se, portanto, uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da *cidadania*. Embora as explicações para este fenômeno sejam limitadas, pôde-se averiguar que tal processo de mudança se deveu, além de outros elementos, à articulação entre as profundas transformações político-econômicas que vêm ocorrendo desde o final do século passado e a opção por uma determinada estratégia política, que se consolidou na última fase.

O último capítulo faz uma apresentação das Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha e de sua evolução histórica e tem como objetivo principal analisar as mudanças que ocorreram em sua estratégia política, ou seja, de uma estratégia que, em seus períodos iniciais, se pautava por uma ação radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, para uma estratégia que passou a ter um caráter reformista, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de "concertação social". Ao final, o texto aponta alguns elementos comparativos entre as Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil.

O leitor certamente notará que muitos dos temas tratados neste livro são deveras polêmicos, não havendo consenso sobre eles nem no interior do referencial teórico-político marxista. Ao contrário de se constituir como um problema, a polêmica é um procedimento

necessário para o debate de ideias e de posições, condição *sine qua non* para a construção de um conhecimento mais complexo e profundo da realidade, que é uma das armas mais poderosas que temos para a elaboração de uma estratégia de transformação revolucionária do sistema do capital. Com esse sentido, ofereço, neste livro, minhas modestas contribuições.

Paulo Sergio Tumolo

Florianópolis, setembro de 2018

1

TRABALHO, VIDA SOCIAL E CAPITAL NA VIRADA DO MILÊNIO: APONTAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO¹

A compreensão do atual padrão de acumulação de capital, sobretudo por intermédio dos recentes processos de reestruturação produtiva e de suas respectivas transformações no mundo do trabalho, tem sido o alvo de inúmeros estudiosos de áreas do conhecimento afins. Muito embora haja uma razoável produção teórica

¹ Publicado na revista *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 82. Parece-me necessário fazer um alerta ao leitor. Os temas que aparecem neste capítulo têm sido objeto de meus estudos há muito tempo. Como normalmente acontece em qualquer processo de pesquisa, um investigador vai se apropriando das matérias estudadas até atingir determinado patamar de conhecimento a respeito delas. Ocorre que tal patamar é sempre provisório, uma vez que o conhecimento sobre os objetos estudados é, via de regra, inesgotável. Por isso, o ponto de chegada – o estágio atingido inicialmente – se transforma no ponto de partida para a continuidade da investigação, que tem como objetivo alcançar patamares mais elevados – ou mais profundos – de apreensão das matérias estudadas. O texto referente a este capítulo é resultado de um determinado estágio de conhecimento que construí ao longo de muitos anos. Não obstante, como dei continuidade a meus estudos sobre os temas aqui tratados, cheguei a outro patamar de compreensão, de tal maneira que não tenho mais concordância com alguns argumentos apresentados, sobretudo com aqueles referentes ao valor e ao preço da força de trabalho, e com os que dizem respeito à preponderância da mais-valia absoluta ou da mais-valia relativa. Por essa razão, escrevi um texto, que está reproduzido como capítulo 2 deste livro, no qual faço uma revisão deles, ou seja, uma autocrítica. Contudo, decidi manter inalterado o conteúdo do texto do presente capítulo, não somente para que o leitor tenha acesso a ele tal como foi publicado originalmente, mas, principalmente, porque os argumentos e a compreensão dos temas aqui apresentados são compartilhados por outros autores. Dessa forma, o texto do capítulo seguinte não é apenas uma autocrítica, mas é também uma crítica a esses autores.

a respeito de tal matéria², é preciso reconhecer que ainda estamos muito distantes de alcançar um patamar satisfatório de apreensão deste fenômeno, não só por sua contemporaneidade, mas principalmente por seu alto grau de complexidade, o que exige um contínuo esforço investigativo. Por causa disso, e dentro desse espírito, o presente texto, longe de apresentar um exame totalmente satisfatório, pretende tão somente contribuir com algumas reflexões sobre determinadas características fundantes do atual padrão de acumulação de capital, balizadas na análise desenvolvida por Marx em sua crítica da economia política, particularmente em *O capital*.

Divisão manufatureira e divisão social do trabalho no capitalismo

A seção IV de *O capital* de Marx nos oferece não só um minucioso estudo sobre os processos de trabalho que foram sendo implementados pelo capital desde a cooperação simples à grande indústria, mas também pistas para a compreensão dos elementos constituintes do movimento do capital, de suas metamorfoses e, portanto, da configuração dos diversos padrões de acumulação, inclusive o atual, que começa a tomar feição por volta do início dos anos 70 do século 20. Um dos temas examinados pelo autor nesta seção é a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, tendo em vista que tal relação “constitui a base geral de toda produção de mercadorias” (Marx, 1983a, p. 277). Historicizando a análise, Marx entende que a divisão do trabalho no interior da sociedade capitalista é mediada pela compra e venda de mercadorias de diferentes ramos de trabalho, enquanto que a divisão manufatureira é mediada pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A primeira pressupõe o fracionamento dos meios de produção e implica o confronto de produtores independentes de

² Vide, entre outros, Antunes (1995 e 1999), Burawoy (1990), Dias et al. (1996), Harvey (1993), Katz & Coggiola (1995) e Teixeira (1996).

mercadorias, “que não reconhecem nenhuma autoridade senão a da concorrência”, enquanto que a segunda pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista e, ao mesmo tempo, a autoridade incondicional deste sobre o conjunto dos trabalhadores, dos quais comprou a força de trabalho. No modo de produção capitalista, portanto, “a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente” (Marx, 1983a, p. 280).

Grosso modo, Marx busca explicitar o significado de duas relações e da relação que elas estabelecem. A primeira diz respeito à relação de confronto, ou melhor, de concorrência que os capitalistas estabelecem entre si e a segunda corresponde à relação que os capitalistas estabelecem com os trabalhadores. Por causa da concorrência, os capitalistas são constringidos a buscar diminuir, constantemente, o valor das mercadorias das quais são proprietários, o que só pode ser conseguido por intermédio de mudanças nos processos de trabalho que resultem num aumento da produtividade, quer dizer, na produção de uma quantidade cada vez maior de valores de uso com uma massa menor de valor, que redunde na diminuição do valor unitário das mercadorias. Tendo em vista a importância fulcral dos processos de trabalho, o êxito de tal empreendimento só pode ser alcançado mediante um rigoroso controle dos capitalistas sobre os processos de trabalho e, por conseguinte, da força de trabalho, o que o autor denomina, apropriadamente, de “despotismo da divisão manufatureira de trabalho”. Tal controle passa a ser, portanto, o principal elo de conexão com a segunda relação, sobre a qual é preciso discorrer com mais atenção.

A relação entre o capitalista e o trabalhador é estabelecida pela venda e compra da força de trabalho, mediada pelo valor desta mercadoria.

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário

à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...] A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...] Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral (Marx, 1983a, p. 141).

Mas, como a força de trabalho precisa ser continuamente substituída, tendo em vista que seu proprietário é mortal, a produção e reprodução da força de trabalho pressupõem a produção e reprodução da vida de seus filhos, vale dizer, de sua família. O valor da força de trabalho, pois, corresponde a um determinado quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família em sua totalidade – alimentação, moradia, transporte, vestuário, saúde, educação, lazer etc. Note-se que o valor da força de trabalho não corresponde somente aos meios de subsistência necessários para que o trabalhador realize um determinado trabalho durante o tempo de trabalho que ele vendeu ao capitalista – sua jornada de trabalho –, mas àqueles necessários ao trabalhador e sua família para a produção normal e digna da vida em sua integralidade durante as vinte e quatro horas do dia, 365 dias no ano etc. Isto inclui, portanto, uma soma de meios de subsistência para além daqueles necessários ao tempo de trabalho vendido. Por exemplo, a alimentação e o vestuário devem suprir as necessidades não só do “tempo e espaço de trabalho”,

mas também do “tempo e espaço do não-trabalho”, quer dizer, da vida da família do trabalhador, assim como a educação não pode restringir-se à formação ou qualificação para o trabalho, mesmo que tal formação tenha um sentido geral e abrangente, mas abarcar o acesso ao conhecimento e à cultura necessários à vida humana em determinado tipo de sociedade. Em suma, do ponto de vista do capital, a produção e reprodução da força de trabalho pressupõe a produção, na sua totalidade e em todas as dimensões, da vida da família do trabalhador, “dentro e fora do trabalho” ou, em outras palavras, a constituição do trabalhador implica a constituição do cidadão. É como ser que vive integralmente na sociedade do capital, satisfazendo as necessidades de todas as dimensões humanas – do estômago à fantasia –, ou seja, é como cidadão e, por conseguinte, consumidor de todos os meios de subsistência necessários à vida, que o sujeito produz a força de trabalho, para “depois”, na condição de proletário, vendê-la ao seu comprador. Assim, livre e proprietário de uma única mercadoria, sua força de trabalho, que como cidadão a produziu, o vendedor comparece à esfera da circulação para vendê-la ao proprietário do dinheiro e dos meios de produção.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma

harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*. O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de sua força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua *própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o – curtume* (Marx, 1983a, p. 145, grifo do autor).

A exploração capitalista – o trabalhador que leva sua pele para o curtume – pressupõe, portanto, a produção da vida integral do trabalhador na sociedade do capital, quer dizer, a formação do cidadão. Dilui-se, assim, a linha divisória entre “espaço e tempo de trabalho” e “espaço e tempo fora do trabalho”, já que eles se determinam mutuamente e só podem ser espaço e tempo constituídos historicamente na lógica do capital. Estes dois “espaços” se encerram, ou melhor, são expressão fenomênica de um único “espaço”, o *locus* do capital. Não obstante, tudo isso foi resultado de um processo de construção histórica, o processo de consolidação do capital expresso pela subsunção real do trabalho ao capital.

Subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital

A transição histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, quer dizer, da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa³, exigia que o capital tivesse o real *controle sobre todo o proces-*

³ Não se trata aqui de uma ordem cronológica, já que, como veremos adiante, há uma imbricação orgânica entre as duas formas de extração da mais-valia; uma impli-

so de *trabalho*. Ao longo do desenvolvimento capitalista, tal controle foi se operando, entre outros fatores, por um gradual e efetivo processo de alienação do trabalhador, que perde a propriedade dos meios de produção e, por desdobramento do produto de seu trabalho, sobretudo dos meios de subsistência. Por essa razão, sem condições de sobrevivência, só lhe resta a propriedade de sua força de trabalho, que, não sendo para ele valor de uso, acaba por aliená-la vendendo-a para o capitalista. É a consolidação do trabalhador como proletário, quer dizer, como vendedor de sua única propriedade, a força de trabalho, para o capitalista.

Uma vez alcançado este estágio de controle histórico, o capital se empenha na tarefa de diminuir o valor das mercadorias, inclusive o da força de trabalho, o que foi conseguido por um conjunto amplo e articulado de elementos desencadeado por mudanças operadas nos processos de trabalho, principalmente a introdução da maquinaria e da organização industrial, que propiciaram, de um lado, a diminuição ou eliminação dos “poros” da produção e, de outro, a utilização do trabalho feminino e infantil, na medida em que facilitavam os procedimentos de trabalho. De fato, o uso do trabalho feminino e infantil resultou, primeiramente, numa redução do valor da força de trabalho uma vez que o valor desta mercadoria corresponde, como já foi visto, ao quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da família do trabalhador. Se apenas um membro da família, o homem, p. ex., vende sua força de trabalho, o valor da massa de meios de subsistência recai sobre apenas uma unidade de mercadoria a ser vendida. Se a mulher e os filhos passam também a ser vendedores da força de trabalho, o seu valor se divide por várias unidades, reduzindo assim o valor unitário. É preciso considerar que quando vários membros da família se tornam vendedores da força de trabalho, o seu valor absoluto tende a aumentar, pois agora esta família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – p. ex., transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para a mulher e os filhos –, mas essa

ca a outra e vice-versa. A esse respeito vide, sobretudo, o capítulo catorze de *O capital* (Marx, 1984).

massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor relativo, ou melhor, do valor (individual) da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, em razão da permanente concorrência no mercado capitalista, as mudanças operadas nos processos de trabalho, por intermédio da utilização de meios de trabalho com incorporação de tecnologia mais avançada articulada com formas inovadoras de racionalização da produção, propiciaram uma redução no valor das mercadorias, de tal maneira que, quando atinge as cadeias produtivas dos meios de subsistência, resulta também numa diminuição do valor da força de trabalho.

De modo muito resumido, a conexão orgânica dos fenômenos acima relatados criou as condições para a redução do valor da força de trabalho e, por isso, para a produção e exploração da mais-valia relativa. Se a mais-valia absoluta demandava apenas uma subsunção formal do trabalho, já que se tratava apenas de um aumento quantitativo da jornada de trabalho para além do valor da força de trabalho, a mais-valia relativa, diferentemente, exige uma subsunção real do trabalho ao capital, cujas condições básicas são o constante revolucionamento das forças produtivas no conjunto de uma dada sociedade e o controle real do processo de trabalho pelo capital. De fato, Marx afirma que

a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais. Ela supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital (Marx, 1984, p. 106).

Todavia, como o movimento do capital é contraditório, a produção da mais-valia relativa pressupõe a crescente utilização proporcionalmente maior do capital constante (trabalho morto) em relação ao capital

variável (trabalho vivo), quer dizer, um aumento da composição orgânica do capital o que implica, de um lado, a tendencial redução da taxa de lucro e de acumulação de capital e, de outro, uma redução do número relativo de trabalhadores explorados. Isto significa que parte da mercadoria força de trabalho se torna invendável, acarretando uma população proletária excedente e, conseqüentemente, uma diminuição do *preço* da força de trabalho abaixo de seu valor. A redução do *valor* da força de trabalho acaba causando, simultânea e contraditoriamente, uma diminuição de seu *preço*, abaixo do valor.

Valor e preço da força de trabalho

Para que se possa compreender melhor o processo acima descrito, é necessário discorrer um pouco sobre o valor e o preço da força de trabalho. No arcabouço teórico marxiano, valor é uma categoria analítica relacional, diz respeito à relação de troca entre quantidades de mercadorias distintas, ou melhor, à relação entre proprietários de mercadorias que as levam ao mercado para serem trocadas. No que diz respeito à força de trabalho, os agentes sociais são, por um lado, o produtor, proprietário e vendedor desta mercadoria e, por outro, o seu comprador, proprietário dos meios de produção de capital. Se, nesta relação, o *valor* da força de trabalho é determinado pelo quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la, o que corresponde, no caso específico da força de trabalho, ao quantum de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários para produzir e reproduzir a vida da família do trabalhador, e este valor tem uma medida objetiva⁴, dependendo do grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma dada sociedade⁵, o *preço* da força de trabalho, embora

⁴ Mesmo considerando seu caráter histórico e moral.

⁵ Convém lembrar que o valor das mercadorias se altera na relação inversa ao desenvolvimento das forças produtivas. Quanto mais desenvolvidas estas últimas, menor o valor das mercadorias; vice-versa. Por isso, há uma tendência de diminuição do valor das mercadorias, inclusive o da força de trabalho, propiciando a extração da mais-valia relativa, conforme visto anteriormente.

seja, originalmente, expressão monetária do valor, é determinado pelo poder que cada uma das classes detém no “palco” da luta de classes ou, se se quiser, pela correlação de forças entre as classes sociais que realizam o processo de produção, troca e consumo desta mercadoria – capitalistas e proletários. Nesta luta, os contendores se apresentam munidos de seus respectivos instrumentos de poder e lançam mão das armas mais adequadas e poderosas. Como detém a propriedade dos meios de produção, fontes originárias para a produção da vida humana e, portanto, fundamento maior de poder, a classe capitalista se utiliza dos meios de trabalho como uma de suas principais armas contra os trabalhadores.

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo da ferramenta passa à máquina, *extingue-se, com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação.* A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada; inunda, por outro lado, todos os ramos acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor (Marx, 1984, p. 48, grifo do autor).

Com uma leve alteração, ao invés de se considerar que uma parte supérflua da classe trabalhadora sucumbe na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, se considere que tal parte da classe trabalhadora sucumbe na luta mais do que desigual da velha empresa artesanal (urbana e rural), do “setor informal”, ou do

chamado “terceiro setor” (“empresas” de perfil mais ou menos comunitário, que abarcam um amplo leque de atividades) contra os grandes conglomerados empresariais oligopolistas e transnacionais, o fenômeno relatado por Marx é atual como nunca e, mais do que isto, vem se recrudescendo, tendo em vista que a “maquinaria” utilizada, de base informacional e microeletrônica, é uma arma muitíssimo mais poderosa porque muito mais “dispensadora” da força de trabalho do que naquele período, o que implica o aumento do contingente supérfluo de trabalhadores e, por conseguinte, a redução mais acentuada do preço da força de trabalho, muito abaixo de seu valor.

Não obstante, além de ser um instrumento eficaz na redução do preço da força de trabalho, a maquinaria também serve como arma na luta da classe capitalista contra as formas de resistência e organização dos trabalhadores. Apresentando um conjunto de exemplos, Marx afirma que

a maquinaria não atua [...] apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar trabalhador assalariado “supérfluo”. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador. *Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc.* (Marx, 1984, p. 51, grifo do autor).

Em suma, as mudanças operadas nos processos de trabalho e o controle que o capital exerce sobre eles produziram uma diminuição do valor e também do preço, abaixo do valor, da força de trabalho e, ao mesmo tempo, serviram como instrumento de neutralização e destruição das formas de resistência e organização dos trabalhadores. A redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, ocasionada, sobretudo, pelo aumento do contingente de trabalhadores supérfluos, obrigou, por sua vez, que os trabalhadores que ainda conseguiam vender sua força de trabalho aumentassem sua jornada de trabalho, para tentar compensar a corrosão do preço de sua força de trabalho, o que propiciou a produção e extração da mais-valia absoluta.

A transição histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital proporcionou a transição da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Uma vez consolidada, a subsunção real do trabalho ao capital criou as condições para uma combinação entre a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta. De fato, na seção IV de *O capital*, citada anteriormente, Marx não tinha o objetivo de examinar os processos de trabalho “em si”, mas analisar a mais-valia relativa tanto que o título da seção é “A produção da mais-valia relativa”, ou melhor, como foi possível, por intermédio das mudanças operadas nos processos de trabalho e do controle exercido pelo capital sobre eles, se conseguir a diminuição do valor da força de trabalho e, por conseguinte, a implementação da mais-valia relativa, o que implicou, contraditoriamente, uma redução de seu preço, abaixo do valor, e, por desdobramento, a implantação da mais-valia absoluta. A produção da mais-valia relativa, e sua imbricação com a mais-valia absoluta, são, pois, o tema investigado por Marx nesta seção de sua obra.

O fordismo e o controle do processo de trabalho e da vida do trabalhador

O controle sobre o processo de trabalho, elemento determinante de materialização da subsunção real do trabalho ao capital, presente no período da grande indústria, chega ao seu auge durante a vigência do taylorismo/fordismo⁶. Não obstante, nessa fase da acumulação capitalista, o controle e racionalização do processo de trabalho passam a demandar o controle da vida do trabalhador, pois, como já foi visto, a produção da força de trabalho implica a produção da vida humana em sua integralidade. Tal fenômeno foi apropriadamente examinado por Gramsci no seu clássico “Americanismo e Fordismo” (Gramsci, 1984). Para o autor, a implantação do fordismo (“espírito” americano) exigia, além de um novo tipo de Estado, o Estado liberal (Gramsci, 1984, p.

⁶ A respeito deste assunto vide, entre outros, Braverman (1987).

388), um novo tipo de homem, tanto das classes dominantes – que deveriam transitar de ociosos/parasitas para industriais/produtivo –, como da classe trabalhadora. Daí a necessidade de se criar uma nova ética, o que explica

o relevo com que os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais dos seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que *não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado* (Gramsci, 1984, p. 392, grifo do autor).

Tal máxima também era válida para o trabalhador, cuja vida deveria ser controlada em todas as suas dimensões, até aquelas mais recônditas e mais íntimas, como é o caso de sua afetividade e sexualidade, pois o novo industrialismo

exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, a exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. Esse conjunto de compressões e coerções diretas e indiretas exercidas sobre a massa produzirá, indubitavelmente, resultados e proporcionará o surgimento de uma nova forma de união sexual, da qual a *monogamia* e a estabilidade relativa parecem ser o traço característico e fundamental⁷ (Gramsci, 1984, p. 399, grifo do autor).

⁷ Gramsci também relata a luta desenvolvida contra o uso do álcool, “o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho”, que passa a se tornar função do Estado. Para ele, é possível que “outras lutas ‘puritanas’ passem a ser funções do Estado, se a iniciativa privada dos industriais parecer insuficiente, ou se se desencadear uma crise de moralidade bastante profunda entre as massas trabalhadoras, o que poderia ocorrer em consequência de uma longa e ampla crise de desemprego” (Gramsci, 1984, p. 398). De outra parte, é possível considerar que, talvez, o exemplo pecu-

Se o período taylorista-fordista trazia como “novidade” o controle não só do processo de trabalho, mas também da vida do trabalhador, é possível inferir que o domínio sobre esta última era uma espécie de “extensão” do domínio sobre o primeiro ou, em outras palavras, que o controle do processo de trabalho ainda era determinante em relação ao controle da vida e que, por isso, o controle da vida se dava por causa e por intermédio do controle do processo de trabalho. Tratava-se, assim, de uma subsunção real do trabalho, mas de uma subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital.

O atual padrão de acumulação e a subsunção real da vida social ao capital

O atual padrão de acumulação de capital⁸, que começa a se configurar no início dos anos 70 do século 20, herda do padrão taylorista-fordista essa mesma característica, qual seja, a necessidade do duplo controle, do processo de trabalho e da vida do trabalhador. Não obstante, minha hipótese é a de que os polos da relação se invertem, de tal forma que o controle da vida do trabalhador tenha se tornado determinante em relação ao controle do processo de trabalho e de que tal fenômeno se deveu à própria dinâmica, ao movimento mesmo do capital.

A subsunção formal do trabalho ao capital, expressa pela extração da mais-valia absoluta, por razões históricas, produziu a necessidade e, contraditoriamente, criou as condições para a emergência da mais-valia relativa, que exigia a subsunção real do trabalho ao capital, materializada pelo controle do processo de trabalho, que se logrou no período da grande indústria, e que resultou, por razões apontadas anteriormente, na combinação das duas formas de extração de mais-

liar de controle sobre a vida do trabalhador tenha sido a constituição das “vilas operárias” em torno das fábricas, que se espalharam por todos os cantos do mundo onde o capital penetrou.

⁸ A caracterização e análise deste padrão de acumulação podem ser encontradas, entre outros, nos textos dos autores citados na nota no início deste capítulo.

valia. O controle do processo de trabalho, por sua vez, demandou um controle também da vida do trabalhador, de tal maneira que o capital atingiu o ápice, a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital na fase taylorista-fordista, situação que propiciou, pelo menos no centro do sistema capitalista, a preponderância da mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta. Isso significa que nos países centrais do capitalismo foi possível, por um certo tempo, que o preço da força de trabalho dos trabalhadores originários desses mesmos países se mantivesse num patamar de relativo equilíbrio com o valor da força de trabalho, permitindo assim uma produção normal da vida daqueles trabalhadores, o que criou o terreno propício para o surgimento da alternativa socialdemocrata concretizada na “concertação” social entre Estado, trabalhadores e capitalistas que resultou no Estado do Bem-Estar Social. Embora tenha obedecido a razões fundamentalmente políticas, dado o quadro histórico da época, a emergência e consolidação do Welfare State, por um interregno, só foi possível devido, por um lado, a esse elemento determinante da base material e, por outro, à “exportação” para a periferia do sistema das características de agudização das contradições da acumulação de capital, sobretudo a redução do preço da força de trabalho acentuadamente abaixo de seu valor, o que dificultou ou inviabilizou a implantação do Estado do Bem-Estar Social nesta parte do sistema.

O controle da vida do trabalhador, que no modelo keynesiano-fordista era um desdobramento do controle do processo de trabalho, chega ao seu patamar de consolidação e se torna determinante em relação ao controle do processo de trabalho no atual padrão de acumulação de capital. Por causa, sobretudo, da concorrência intercapitalista, um dos componentes decisivos do movimento do capital, o fantástico desenvolvimento das forças produtivas das últimas décadas, em velocidade e grau jamais assistidos, possibilitou a produção de quantidades imensuráveis de mercadorias com um reduzido quantum de valor (trabalho abstrato) o que proporcionou uma substancial diminuição do valor das mercadorias em geral,

inclusive o da força de trabalho, mas causou, contraditoriamente, dois efeitos. O primeiro, um incremento brutal, sem precedentes na história, de força de trabalho supérflua, formada tanto pelo contingente de trabalhadores que foi desempregado como por aquele que jamais será empregado, fenômeno que muitos autores chamam de “desemprego estrutural” e, o segundo, uma acentuada diminuição da taxa de lucro e, conseqüentemente, da taxa de acumulação, tendo em vista o considerável e necessário aumento da composição orgânica do capital, quer dizer, o investimento proporcionalmente maior em capital constante em relação ao capital variável. Creio que seja possível inferir que, contemporaneamente, este último problema deva estar se multiplicando exponencialmente, já que os meios de trabalho utilizados pelas empresas capitalistas, de base microeletrônica, prescindem cada vez mais da força de trabalho, única e exclusiva mercadoria que, na condição de valor de uso do capitalista, é capaz de produzir valor, portanto mais-valia e, portanto, capital.

A combinação desses dois fatores vem causando uma substancial diminuição do preço da força de trabalho, o que é, por sua vez, uma necessidade inelutável do capital. Contudo, tal é o grau de agudização das contradições da acumulação, que a redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, diferentemente do que ocorreu no passado recente, vem se generalizando e atingindo gradativamente também os trabalhadores originários dos países centrais do sistema capitalista, o que tem provocado a necessidade de aumento na jornada de trabalho por parte dos trabalhadores que ainda têm o “privilégio” de vender sua força de trabalho e, portanto, a produção e extração da mais-valia absoluta. Além do empenho de alguns países no sentido de ampliar, oficial e formalmente, a jornada de trabalho, é preciso ressaltar, contudo, que a produção da mais-valia absoluta pode se realizar, seja pelo aumento do tempo efetivo de trabalho vendido ao capital⁹, que pode se repre-

⁹ Embora não se possa comprovar formalmente, uma vez que se trata de uma situação totalmente ilegal, um dos fenômenos mais recorrentes em muitos países, como é o caso do Brasil, não é o aumento do tempo de trabalho vendido, mas *doado* ao ca-

sentar por um ou diversos capitalistas – o trabalhador que é obrigado a trabalhar em várias empresas –, mesmo que tal fator não apareça nos dados e estatísticas oficiais, seja por uma forma mais sutil e, ao mesmo tempo, muito mais eficaz, que é o aumento da intensidade, do ritmo e da velocidade do trabalho acima de condições normais¹⁰; o que é muito distinto do aumento da produtividade, que pressupõe um incremento da produção de mercadorias com um quantum igual ou menor de valor em condições humanas e sociais normais.

O processo que propiciou a diminuição do valor da força de trabalho e, portanto, a produção e extração da mais-valia relativa, criou, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a necessidade e as condições de redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor e, por conseguinte, da produção e extração da mais-valia absoluta. A utilização em larga escala, na atualidade, do trabalho feminino e também do trabalho infantil, do imigrante etc., além de outras táticas como a terceirização, tudo isso faz parte dessa mesma lógica. Entretanto, no atual padrão de acumulação, pelos motivos apontados anteriormente, há uma necessidade e, por essa razão, uma tendência de diminuição mais acentuada do preço da força de trabalho em relação à redução de seu valor, o que significa uma tendência de preponderância da mais-valia absoluta em relação à mais-valia relativa, cujo resultado é o recrudescimento e a generalização da degradação do trabalho.

Marca distintiva do atual padrão de acumulação é, pois, uma tendência de generalização da preponderância da mais-valia absoluta em relação à mais-valia relativa, elemento determinante da base material que explica as dificuldades de “concertação” social e a crise do Estado do Bem-Estar.

pital, já que muitas empresas têm obrigado seus respectivos trabalhadores a fazer horas-extras, sem pagarem-nas, total ou parcialmente.

¹⁰ Antunes, p. ex., analisa a intensificação das condições de exploração da força de trabalho sob o toyotismo (cf. Antunes, 1999, p. 53) e, citando o Japan Press Weekly, lembra que a recente proposta elaborada pelo governo japonês “é de aumentar o limite da jornada de trabalho (de 9 para 10 horas) e a jornada semanal de trabalho (de 48 para 52 horas)” (Antunes, 1999, p. 56).

Além disso, a agudização das contradições do movimento do capital, elencadas ao longo do texto, vem exigindo que o Estado capitalista intervenha cada vez mais no processo de produção e acumulação de capital, destinando-lhe vultosos recursos, na tentativa de salvaguardar a reprodução capitalista. Isto pode ser evidenciado por alguns exemplos. Primeiramente o financiamento subsidiado e, em alguns casos, a doação parcial ou total – por intermédio da construção de infraestrutura ou da redução e até isenção de impostos, entre outros mecanismos – oferecidos pelo Estado aos capitais privados, que acaba por responder, dessa forma, pelo investimento em parte do capital constante. O resultado disso é uma atenuação, mesmo que temporária, da tendência de aumento da composição orgânica do capital e, por conseguinte, de diminuição da taxa de lucro, o que se constitui numa medida preventiva, ainda que precária, em relação à eclosão das crises capitalistas.

Em segundo lugar, a necessidade de injeção de volumosos recursos estatais por ocasião das crises e de seus desdobramentos – que ocorrem, inevitavelmente, como consequência do conjunto de contradições da acumulação – com o escopo não só de prestar socorro mas, sobretudo, de buscar a manutenção da reprodução do capital.

A necessidade de uma maciça e crescente intervenção do Estado na economia bem como a utilização também ascendente de recursos para realização de suas outras funções precípuas, inclusive as de coerção e repressão, vem obrigando o Estado a se desvencilhar de tarefas que a ele foram atribuídas por razões histórico-políticas, a saber, as chamadas políticas sociais – educação, saúde, previdência e seguridade social etc. Trata-se da constituição daquilo que vem sendo denominado de “Estado mínimo”. Contudo, é preciso salientar que este é apenas um dos “lados da moeda”, já que o “outro lado” expressa o “Estado máximo”, ou seja, ele é “mínimo e máximo” ao mesmo tempo. Para ser “máximo” na sua função determinante de salvaguardar a reprodução do capital no seu movimento contraditório, o Estado se vê obrigado a ser “mínimo” no atendimento às políticas sociais.

Tendo em vista, sobretudo, os dois fatores apontados anteriormente, quais sejam, o solapamento das condições de produção e reprodução normais da força de trabalho, o que tem gerado uma crescente e generalizada degradação do trabalho, e a necessidade de um gradual desembaraçamento do Estado em relação às políticas sociais, o atual padrão de acumulação e o Welfare State são, no limite, inconciliáveis.

Por outro lado, desde o período da grande indústria, o capital, pela própria lógica de seu movimento, vem se ampliando, estendendo seus tentáculos não só por todos os quadrantes do mundo, cuja expressão mais significativa é o advento do imperialismo, mas também por todas as atividades econômicas e ramos da produção. Da atividade fabril, que era, no século XIX, praticamente o único espaço econômico onde se estabelecia a relação especificamente capitalista e, por conseguinte, a produção da mais-valia, o capital penetrou e dominou quase todos os outros setores e atividades: agricultura, transportes, pesquisa e tecnologia, comunicações, saúde, educação, serviços, cultura, entretenimento e esporte etc., sem contar com um dos ramos mais cobiçados e lucrativos, a saber, a indústria bélica. Na medida de sua penetração, em tais atividades econômicas passa a prevalecer a relação capitalista e, portanto, a *produção de mais-valia* e, conseqüentemente, de *capital*.

Mesmo na condição de determinante, o mercado especificamente capitalista, cuja característica essencial é a relação de produção capitalista intermediada pela troca da força de trabalho, era quase que circunscrito à atividade fabril na época de Marx, e convivia, tanto com um amplo mercado não capitalista responsável pela produção e troca de diversas mercadorias e que estabelecia as mais variadas relações sociais de produção, bem como com um conjunto de setores econômicos, relativamente autônomos, produtores de valores de uso. No atual padrão de acumulação, diferentemente, o mercado capitalista se ampliou sobremaneira em relação ao mercado geral e açambarcou quase todas as outras atividades econômicas originalmente não capitalistas, o que

pode ser evidenciado pela presença dos onipotentes e onipresentes oligopólios transnacionais. Embora o mercado não capitalista sobreviva – e vai sempre sobreviver no capitalismo –, seu espaço e possibilidade de ação são cíclicos e tendem a se contrair, restringindo-se a atividades para as quais o capital tem pouco ou nenhum interesse.

Contudo, a ampliação do mercado capitalista foi e tem sido acompanhada, simultânea e contraditoriamente, por uma contração relativa do *mercado de força de trabalho* capitalista, na medida em que, conforme visto anteriormente, o desenvolvimento das forças produtivas sob a forma capitalista causa a diminuição relativa da utilização da força de trabalho, ou seja, reduz relativamente o número de trabalhadores requeridos e explorados pelo capital. O mercado capitalista, pois, se amplia reduzindo relativamente a utilização da força de trabalho. O resultado da articulação contraditória desses dois fenômenos é, de um lado, o incremento sistemático do desemprego, sobretudo no período recente, dada a velocidade do desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, a redução e, em muitos casos, a eliminação de alternativas de produção da vida, quer dizer, de sobrevivência – além da venda da mercadoria força de trabalho –, seja pela produção e venda de outras mercadorias, ou pela produção de valores de uso, tal o grau de abrangência, controle, concentração e centralização do capital¹¹.

Domínio sobre praticamente todas as atividades humanas, sobre a produção social da vida e redução generalizada do preço da força de trabalho combinada com um imenso (e insolúvel) contingente supérfluo de trabalhadores, eis os ingredientes fundamentais para o controle do capital sobre a vida dos trabalhadores. A subsunção real do trabalho e a subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital se transformam, na contemporaneidade, em subsunção real da vida dos trabalhadores

¹¹ Na sociedade da “livre-iniciativa”, como é o capitalismo, qualquer pessoa pode, a qualquer momento, “abrir seu próprio negócio”, como uma loja de doces, uma confecção de camisetas ou um carrinho de hot dog etc. A sua sobrevivência, contudo, se limita ao surgimento e concorrência de alguma grande empresa capitalista. Que lanchonete de pequeno porte conseguiria sobreviver quando tem de competir com um “Mc Donald’s”, por exemplo?

ao capital. Mais do que isto, tendo em vista o controle do capital sobre toda a vida social, se transforma em *subsunção real da vida social ao capital*. Dessa forma, o controle do processo de trabalho se realiza por intermédio do controle da vida social, o primeiro se subordina ao segundo, de tal maneira que o capital tende a prescindir de um controle mais sistemático e hostil sobre os trabalhadores no âmbito dos processos de trabalho, dispensando, inclusive, os empregados que desempenham esse tipo de função, tendo em vista o autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores¹². Tudo isso significa, portanto, o coroamento da articulação orgânica do “espaço do trabalho” e do “espaço fora do trabalho” num único e mesmo “espaço”, o *locus* do capital.

Se, como foi visto, a transição da subsunção formal para a subsunção real do trabalho requereu o controle do capital sobre os processos de trabalho, que se logrou a partir de um processo histórico de alienação do trabalhador, a passagem da subsunção real do trabalho à subsunção real da vida social ao capital vem se realizando por intermédio do controle que o capital tem exercido sobre praticamente todas as atividades de produção e reprodução da vida humana em sociedade, o que vem reduzindo ou eliminando formas alternativas de sobrevivência e cuja implicação tem sido a agudização das contradições da acumulação capitalista e o agravamento da degradação do trabalho. Como desdobramento, assim como o modelo keynesiano-fordista demandou um novo tipo de Estado e um novo tipo de homem, o atual padrão de acumulação exige, por sua vez, um novo tipo de Estado, nos moldes do chamado “neoliberalismo” e um novo tipo de homem, integrado na lógica societal do capital. Trata-se de um sujeito que não apenas “veste a camisa da empresa” mas, acima de tudo, um ser humano que, premido pelas condições materiais, “veste a camisa do capital”.

A transição histórica da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital e desta para a subsunção real da vida social ao capital

¹² É possível considerar que não existe instrumento mais eficaz de controle ou autocontrole dos trabalhadores do que “o medo do desemprego numa sociedade de desempregados”.

iniciou-se, em articulação com outros fatores, por meio das mudanças e do controle do processo de trabalho e da utilização capitalista da maquinaria, o que desencadeou, como vimos, um conjunto de contradições. Não obstante,

as contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas *de sua utilização capitalista!* Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital, o pauperiza etc. (Marx, 1984, p. 56-7, grifo do autor).

Para que os meios de produção da vida humana deixem de ser elementos de degradação, aviltamento e destruição do gênero humano, e se tornem instrumentos de sua emancipação, faz-se mister, portanto, divorciá-los de sua utilização capitalista, o que implica necessariamente uma revolução da ordem social capitalista e a construção de uma sociedade para além do capital.

2

A ATUAL CONFIGURAÇÃO CAPITALISTA NA PERIFERIA DO SISTEMA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA UM DEBATE¹

A compreensão acerca das características diferenciadoras das formações sociais que se encontram no âmbito do centro do sistema capitalista e daquelas que compõem a chamada periferia do mesmo sistema tem sido um dos grandes desafios para os estudiosos marxistas que, ao longo da história, vem se debruçando sobre tal tema. Uma das mais importantes contribuições a esse respeito é a de Ruy Mauro Marini, com destaque para seu livro *Dialéctica da dependência* (Marini, 1976).

De forma resumida, o autor busca compreender as relações, no mercado mundial, entre as nações industrializadas e as economias dependentes, particularmente as da América Latina, à luz das questões e contradições suscitadas pela acumulação de capital e, dessa maneira, apreender o caráter histórico da dependência. Para ele, a industrialização e o desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais criam as condições para a extração da mais-valia relativa de seus respectivos trabalhadores, o que eleva a taxa de mais-valia, mas, contraditoriamente, resulta numa tendência de queda na taxa de lucro – mola vital da acumulação –, por causa do aumento da

¹ Esta é uma versão com poucas alterações do artigo publicado na revista *Perspectiva*, v. 35, n. 2.

composição orgânica do capital que acompanha aquele processo. Para compensar tal tendência, as nações industrializadas passam a trocar suas mercadorias manufaturadas com os países dependentes, que lhes oferecem, sobretudo, alimentos e matérias-primas, de tal maneira a “transgredir as leis da troca” e “iludir a lei do valor”, quer dizer, vendem “seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando, assim, uma *troca desigual*”, o que “implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (Marini, 1976, p. 23, grifo nosso).

Por sua vez, para compensar a perda ocasionada por essa transferência de valor, que redundava numa queda nas taxas de mais-valia e de lucro, os capitalistas das economias dependentes têm de lançar mão de uma maior exploração do trabalho, que se realiza por meio de três mecanismos: “a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a *expropriação de parte do trabalho necessário ao operário* para refazer a sua força de trabalho” (Marini, 1976, p. 28, grifo nosso). Para Marini (1976, p. 29), “em termos capitalistas, estes mecanismos [...] significam que *o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e correspondem, pois, a uma superexploração do trabalho*” (grifo nosso), o que permite inferir que há uma troca desigual da mercadoria força de trabalho, já que o trabalhador transfere parte do valor correspondente à força de trabalho para o capitalista. Os três mecanismos “configuram um modo de produção fundado *exclusivamente*² na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento da sua capacidade produtiva (Marini, 1976, p. 28, grifo nosso), ou seja, na mais-valia absoluta.

Portanto, para Marini (1976), a produção capitalista baseada no desenvolvimento das forças produtivas nas nações industrializadas, ou seja, na mais-valia relativa, implica necessariamente um incremento na exploração

² Embora nessa citação fique claro que, para Marini (1976), nos países dependentes há uma extração exclusiva de mais-valia absoluta, em outras partes do livro o autor deixa a entender que se trata de predominância e não de exclusividade, o que evidencia certa incongruência interna no texto. Contudo, isso não tem implicações no teor da discussão que será desenvolvida neste capítulo.

do trabalhador nas economias dependentes por meio de mecanismos que caracterizam a mais-valia absoluta, principalmente da superexploração do trabalho, que é o fundamento insuperável da dependência.

Para outros autores (cf., por exemplo, Martins, 1999), a compreensão sobre o tema da extração de mais-valia adquire contornos um pouco distintos. Diferentemente de Marini (1976), que entende que a produção capitalista nas economias dependentes está fundada *exclusivamente* na mais-valia absoluta, argumentam que há uma combinação das duas formas de mais-valia, de tal maneira que no centro do sistema há uma *predominância da mais-valia relativa* na relação com a mais-valia absoluta e, na periferia, ao contrário, existe uma *predominância da mais-valia absoluta* na relação com a mais-valia relativa. Por outro lado, de forma similar à compreensão de Marini (1976), também argumentam que a predominância da mais-valia absoluta na periferia se deve, principalmente, ao fato de, nessa parte do sistema, os trabalhadores, em geral, receberem um salário que não corresponde ao valor, ou melhor, em que o *preço da força de trabalho* permanece constantemente abaixo de seu *valor*, apesar de não considerarem tratar-se, necessariamente, de superexploração do trabalho. Eu mesmo escrevi e publiquei um artigo em que esses argumentos aparecem como elementos da análise ali desenvolvida (Tumolo, 2003); artigo este que está reproduzido no primeiro capítulo deste livro. Nele faço algumas reflexões sobre determinadas características fundantes do padrão de acumulação de capital que começou a tomar feição nas últimas décadas do século passado e adentrou-se no atual. Para isso, analiso o processo histórico segundo o qual a subsunção formal do trabalho ao capital, expressa pela extração da mais-valia absoluta, criou a necessidade e as condições para a diminuição do valor da força de trabalho e, por isso, para a produção da mais-valia relativa, que exigia a subsunção real do trabalho ao capital, materializada pelo controle do processo de trabalho e que, por sua vez, implicou, contraditoriamente, a redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor.

De forma potencializada, esse fenômeno, aliado ao domínio do capital sobre praticamente todas as atividades humanas, resultou, na contemporaneidade, numa subsunção da vida dos trabalhadores ao capital, ou melhor, numa subsunção real da vida social ao capital.

Parece-me necessário levantar alguns questionamentos acerca daquelas teses, que aparecem nas seguintes indagações: seriam sustentáveis, teórica e praticamente, os argumentos de Marini de que há trocas desiguais de mercadorias e que nas economias dependentes, com destaque para a América Latina, a força de trabalho estaria sendo remunerada abaixo de seu valor, caracterizando uma superexploração? A produção capitalista nos países dependentes seria baseada exclusivamente na mais-valia absoluta? Se, diferentemente, se pode falar de uma combinação das duas modalidades de mais-valia (absoluta e relativa), seria possível asseverar, do ponto de vista teórico e prático, que há *preponderância* de uma sobre outra? Como é possível manter a afirmação da predominância da mais-valia absoluta na periferia do sistema se existe em vários países que a compõe, como é o caso do Brasil, um constante desenvolvimento das forças produtivas, elemento decisivo para a extração de mais-valia relativa? Até que ponto é sustentável o argumento de que, na periferia, os trabalhadores recebem um salário abaixo do valor da força de trabalho? Seria possível admitir que o preço de uma mercadoria fique constantemente abaixo de seu valor, principalmente se consideramos o pressuposto de que as mercadorias são vendidas por um preço que, em média, corresponde a seu valor?

Este texto pretende oferecer uma pequena contribuição para o debate das questões apresentadas anteriormente. Nesse sentido, ele pode ser considerado uma revisão crítica em relação a alguns argumentos expostos no texto de minha autoria citado anteriormente e que aparece no capítulo primeiro deste livro³.

³ Isso deve ser considerado um procedimento normal na produção investigativa de qualquer autor, pelas razões expostas na primeira nota de rodapé do capítulo primeiro.

Mais-valia absoluta e mais-valia relativa

Seria impossível, num texto desta natureza, apresentar uma análise satisfatória acerca das duas modalidades de mais-valia – absoluta e relativa – e sua relação. Penso, contudo, que seria necessário lançar mão, mesmo que limitadamente, da contribuição que Marx nos oferece em *O capital*, com o escopo de apreender a construção teórica que faz acerca dos temas aqui abordados.

No capítulo quarto de sua principal obra, com o intuito de explicar como o dinheiro se transforma em capital, o autor discorre sobre o valor da força de trabalho, que corresponde ao quantum socialmente necessário de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários para a produção e reprodução da vida não apenas do trabalhador, mas também de sua família, já que a força de trabalho precisa ser continuamente substituída.

No capítulo seguinte, Marx desvela o segredo da produção do capital ao explicar a origem da mais-valia. O possuidor do dinheiro, o capitalista “larvar”, vai ao mercado e compra, de um lado, os meios de produção pelo seu valor e de outro a força de trabalho, pagando também seu valor. O consumo do valor de uso da força de trabalho, que se efetiva quando esta consome os meios de produção, resulta na criação de uma mercadoria, propriedade do capitalista, que vai vendê-la pelo seu valor. A produção da mais-valia pressupõe o cumprimento do fundamento primordial do mercado, a troca das mercadorias pelo seu valor, quer dizer, a troca igualada entre proprietários de mercadorias, tendo em vista que, nesta relação de igualdade, a força de trabalho, e somente ela, tem a propriedade de produzir valor e, ademais, valor excedente em relação a seu próprio valor, qual seja, mais-valia. A esse respeito, Marx enfatiza que “todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente” (Marx, 1983a, p. 160).

Para ele,

o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (Marx, 1983a, p. 160).

A exploração capitalista pressupõe, portanto, que a *força de trabalho seja vendida e comprada pelo seu valor*, expresso por um preço que, em média, corresponde ao valor. Aliás, em *O capital*, Marx se empenha em demonstrar que a mais-valia não se origina do fato de o possuidor do dinheiro comprar mercadorias abaixo de seu valor e vendê-las acima do valor, mas, diferentemente, um dos grandes desafios postos por ele foi o de buscar explicar como o capitalista consegue obter a mais-valia comprando mercadorias, inclusive a força de trabalho, pelo seu valor e vendendo mercadorias pelo seu valor.

O capítulo quinto forma juntamente com os capítulos seguintes, até o nove, uma seção cujo título é “A produção da mais-valia absoluta”. Resumidamente, depois do capítulo quinto, Marx demonstra que os dois componentes do processo de trabalho, os meios de produção e a força de trabalho, entram no processo de valorização, respectivamente, como capital constante e capital variável, de tal maneira que apenas a força de trabalho, cujo valor de uso é consumido pelo capitalista, como capital variável, produz valor novo, transfere o valor relativo dos meios de produção para a nova mercadoria produzida e, sobretudo, produz

valor excedente, ou seja, mais-valia. Em seguida, o autor trata da taxa de mais-valia como forma de mensuração do grau de exploração da força de trabalho e entra no tema decisivo para a compreensão da mais-valia absoluta, a jornada de trabalho, definindo-a como a “soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, dos períodos em que o trabalhador produz o valor de reposição de sua força de trabalho e a mais-valia” (Marx, 1983a, p. 185). O autor dedica um longo capítulo – oitavo – para a explanação da jornada de trabalho, uma vez que o que constitui a mais-valia absoluta é justamente o prolongamento da jornada de trabalho para além do tempo necessário de trabalho para produzir a força de trabalho. Marx parte do pressuposto de que a *força de trabalho é comprada e vendida pelo seu valor*, que corresponde, como o de qualquer outra mercadoria, ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, quer dizer, para a produção dos meios de subsistência médios necessários para o trabalhador produzir diariamente sua força de trabalho. Mantidas inalteradas as condições de produção dos meios de subsistência, o valor da força de trabalho é uma grandeza dada. Mas, ao contrário, a grandeza da jornada de trabalho não é fixa. Como a avidez do capital é insaciável, ele precisa ampliar o máximo possível a jornada de trabalho para poder extrair o máximo possível de mais-valia absoluta do trabalhador, e este, por sua vez, tem de lutar para colocar algum freio naquela avidez. Dessa forma,

abstraindo limites extremamente elásticos, da natureza do próprio intercâmbio de mercadorias não resulta nenhum limite à jornada de trabalho, portanto, nenhuma limitação ao mais-trabalho. O capitalista afirma seu direito como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar onde for possível uma jornada de trabalho em duas. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida implica um limite de seu consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada grandeza normal. Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide

a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (Marx, 1983a, p. 190).

Sendo assim, no restante do capítulo, Marx descreve, de forma contundente, como se estabeleceu historicamente essa luta entre a necessidade vital da classe capitalista de ampliar o grau de exploração da força de trabalho prolongando a jornada de trabalho e a necessidade vital da classe trabalhadora de colocar limites àquela voracidade.

Na seção quatro, composta pelos capítulos de dez a treze, Marx (1983a) aborda o tema da mais-valia relativa, conceituando-a no primeiro deles. A mais-valia absoluta tem como pressuposto uma grandeza constante do valor da força de trabalho e grandeza variável da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia relativa, ao contrário, pressupõe uma grandeza constante da jornada de trabalho e uma grandeza variável do valor da força de trabalho. Dada uma jornada de trabalho constante, para aumentar a parte que corresponde à mais-valia, há necessidade de diminuir o valor da força de trabalho, o que só pode ser conseguindo com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho.

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (Marx, 1983a, p. 251).

Contudo, para que haja uma diminuição do valor da força de trabalho, é necessário que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho atinja os ramos de produção dos meios de subsistência que determinam o valor da força de trabalho, o que exige que haja um revolucionamento nas condições técnicas e sociais dos processos de trabalho do conjunto de uma economia. O desenvolvimento da força

produtiva do trabalho é, portanto, a condição fundamental para a mais-valia relativa e só pode ser conseguido com uma alteração na qualidade do processo de trabalho ou, mais especificamente, na qualidade de seus dois fatores: a força de trabalho e os meios de produção. Marx (1983a) se dedica a apreciar as mudanças na qualidade da força de trabalho nos capítulos onze e doze, e as alterações na qualidade dos meios de produção no capítulo treze.

A produção capitalista passa a se realizar, na cooperação, pelo trabalhador combinado, numa jornada de trabalho combinada, constituindo, assim, um processo de trabalho social combinado, o que resulta num significativo aumento de produtividade. Daí a necessidade de comando do capital sobre o trabalho, que se converte numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. Esses dois temas, o do trabalho combinado e o do controle do capitalista sobre o trabalhador serão mais explorados no capítulo doze, que trata da manufatura. Um dos temas examinados pelo autor, neste capítulo, é a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, tendo em vista que tal relação “constitui a base geral de toda produção de mercadorias” (Marx, 1983a, p. 277). Historicizando a análise, Marx entende que a divisão do trabalho no interior da sociedade capitalista é mediada pela compra e venda de mercadorias de diferentes ramos de trabalho, enquanto a divisão manufatureira é mediada pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A primeira pressupõe o fracionamento dos meios de produção e implica o confronto de produtores independentes de mercadorias, “que não reconhecem nenhuma autoridade senão a da concorrência”, ao passo que a segunda pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista e, ao mesmo tempo, a autoridade incondicional deste sobre o conjunto dos trabalhadores, dos quais comprou a força de trabalho. No modo de produção capitalista, portanto, “a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente” (Marx, 1983a, p. 280).

Grosso modo, Marx busca explicitar o significado de duas relações e da relação que elas estabelecem. A primeira diz respeito à relação de confronto, ou melhor, de concorrência que os capitalistas estabelecem entre si, e a segunda corresponde à relação que os capitalistas estabelecem com os trabalhadores. Por causa da concorrência, os capitalistas são constringidos a buscar diminuir, constantemente, o valor das mercadorias das quais são proprietários, o que só pode ser conseguido por intermédio de mudanças nos processos de trabalho que resultem em um aumento da produtividade, quer dizer, na produção de uma quantidade cada vez maior de valores de uso com uma massa menor de valor, que redunde na diminuição do valor unitário das mercadorias. Tendo em vista a importância fulcral dos processos de trabalho, o êxito de tal empreendimento só pode ser alcançado mediante um rigoroso controle dos capitalistas sobre os processos de trabalho e, por conseguinte, da força de trabalho, o que o autor denomina, apropriadamente, de “despotismo da divisão manufatureira de trabalho”.

Depois de examinar o caráter capitalista da manufatura, Marx conclui:

A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social [...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital [...] à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimen-

to do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada (Marx, 1983a, p. 286).

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, condição determinante para a mais-valia relativa, toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; e na grande indústria, os meios de produção ou, mais especificamente, o meio de trabalho – a maquinaria. Por isso, Marx desenvolve, no capítulo treze, uma minuciosa análise da grande indústria e da maquinaria com o escopo de verificar como as alterações na qualidade dos meios de trabalho criaram condições extraordinárias para a produção da mais-valia relativa. Além de potencializar o trabalho combinado, a utilização da maquinaria produziu alguns efeitos de crucial importância para a exploração dessa modalidade de mais-valia. O primeiro deles foi a apropriação das forças de trabalho feminina e infantil, que resultou numa redução do valor da força de trabalho, uma vez que o valor desta mercadoria corresponde, como já foi visto, ao quantum de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da família do trabalhador. Se apenas um membro da família, o homem, p. ex., vende sua força de trabalho, o valor da massa de meios de subsistência recai sobre apenas uma unidade de mercadoria a ser vendida. Se a maquinaria criou as condições para que as forças de trabalho da mulher e das crianças se tornassem valores de uso para a exploração do capital, elas são obrigadas a vendê-las, de tal forma que o valor total da força de trabalho se divide por várias unidades, reduzindo assim o valor unitário. É preciso considerar que, quando vários membros da família se tornam vendedores da força de trabalho, seu valor absoluto tende a aumentar, pois agora esta família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – p. ex., transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para a mulher e os filhos –, mas essa massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor da força de trabalho. Isso implica que o valor da força de trabalho não corresponde mais ao valor dos meios de subsistência necessários para o conjunto da família.

Por exemplo, se o valor dos meios de subsistência para suprir as necessidades de uma família média de uma dada sociedade, composta por quatro membros, é de quatro horas diárias, e supondo que as forças de trabalho dos quatro membros sejam valores de troca, porque são valores de uso para seus pretensos compradores, então o valor da força de trabalho será de uma hora. Para perfazer o total do valor dos meios de subsistência, todos os membros da família têm de vender suas respectivas forças de trabalho. Do contrário, essa família não conseguirá comprar tudo aquilo de que tem necessidade, caracterizando, assim, uma situação de pauperização. Mas isso não quer dizer que a força de trabalho não esteja sendo vendida e comprada pelo seu valor.

O caso da diferença entre o salário mínimo da constituição brasileira e do salário mínimo de fato, decretado anualmente pelo governo, é ilustrativo para a demonstração da argumentação apresentada anteriormente. A Constituição Federal brasileira de 1988, no capítulo II, art. 7º, inciso IV determina que é direito do trabalhador, entre outras coisas, um “salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (Brasil, 1988, grifo nosso). O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) calcula mensalmente o salário mínimo necessário de acordo com o preceito constitucional, ou seja, o preço dos bens necessários para o trabalhador e sua família, considerando quatro membros, que em outubro de 2015 alcançava a cifra de R\$ 3.210,28. O salário mínimo decretado para o ano de 2015 era de R\$ 788,00. Mas atenção: este último é o salário mínimo individual. Dividindo-se o salário mínimo da Constituição, calculado pelo Dieese, pelos membros da família, que são quatro, chega-se ao resultado de R\$ 802,57, que é aproximadamente correspondente ao salário mínimo individual.

Creio que seja necessário aprofundar um pouco mais as questões referentes ao valor e ao preço da força de trabalho.

No conjunto de sua exposição em *O capital*, Marx sempre supõe que a força de trabalho é vendida e comprada, em média, pelo seu valor. Da mesma maneira, em várias passagens ele admite que, como qualquer mercadoria, o preço da força de trabalho pode estar acima ou abaixo do valor, mas, na média, corresponde ao valor, mesmo quando se refere à exploração da mais-valia absoluta.

O preço não é outra coisa senão a expressão monetária do valor. No momento da relação de troca, o preço não coincide, necessariamente, com o valor da mercadoria. O preço oscila para cima ou para baixo em relação ao valor, mas, em média, corresponde ao valor. Se o preço de uma mercadoria cai abaixo do valor e aí permanece constantemente, isso não seria uma manifestação de que o valor da mercadoria diminuiu? Não seria o caso do preço e do valor da força de trabalho?

Desde o capítulo primeiro de *O capital*, Marx se empenhou enormemente para explicar a origem e o desenvolvimento do dinheiro e, conseqüentemente, da forma preço – certamente foi um dos temas que mais lhe causou dificuldades. No capítulo terceiro, Marx faz uma explicação da circulação de mercadorias (M-D-M) para analisar o dinheiro como meio de circulação. Ao se debruçar sobre a primeira metamorfose (M-D), que é a venda, dá o exemplo do proprietário do linho que comparece ao mercado para vender sua mercadoria por uma determinada quantidade de dinheiro. Ele alerta que se a necessidade social de linho “estiver saturada por tecelões rivais, o produto de nosso amigo torna-se excedente, supérfluo e com isso inútil” (Marx, 1983a, p. 95). Mas, supondo que ele consiga vender sua mercadoria e que tenha despendido na produção de suas 20 varas de linho a média socialmente necessária de tempo de trabalho, o preço de sua mercadoria será apenas o nome monetário do quantum de trabalho social objetivado nela. Apesar disso, continua Marx,

sem pedir licença e às costas de nosso tecelão, as condições já há muito estabelecidas, de produção da tecelagem de linho, entraram em efervescência. O que ontem, sem

dúvida, era tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de 1 vara de linho, hoje deixa de o ser, conforme o possuidor de dinheiro se empenhe em demonstrar com as cotações de preços de diversos competidores de nosso amigo. Para sua infelicidade, há muitos tecelões no mundo. Admitamos, finalmente, que cada peça de linho existente no mercado contenha apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. Apesar disso, a soma total dessas peças pode conter tempo de trabalho supérfluo. Se o estômago do mercado não pode absorver o quantum total de linho, ao preço de 2 xelins por vara, isso comprova que foi despendida parte excessiva do tempo de trabalho social total em forma de tecelagem de linho. O efeito é o mesmo que se cada tecelão individual de linho tivesse utilizado em seu produto individual mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Aqui vale o ditado: Presos juntos, juntos enforcados. Todo o linho existente no mercado vale como um único artigo comercial, cada peça apenas como parte alíquota. E, de fato, o valor de cada vara individual é somente a materialização do mesmo quantum, socialmente determinado, de trabalho humano homogêneo (Marx, 1983a, p. 95-96).

Ao final dessa citação há uma nota de rodapé que apresenta um comentário à edição alemã com a seguinte informação:

Em carta de 28 de novembro de 1878, dirigida a N. F. Dalmelson, o tradutor de *O capital* para o russo, Marx altera o último período nos seguintes termos: "De fato, o valor de cada vara individual não é senão a materialização de uma parte da quantidade de trabalho social gasta na quantidade total de varas". A mesma correção também se encontra no exemplar pessoal de Marx, na segunda edição alemã do volume I de *O capital*, mas não anotada de próprio punho (Marx, 1983a, p. 96).

Podemos inferir que essa explicação acerca do valor do linho tem validade para qualquer mercadoria, inclusive a força de trabalho. Seu valor individual corresponde, portanto, ao quantum socialmente necessário de trabalho para produzir o montante de forças de trabalho de que uma determinada economia tem necessidade, dividido pelo

número de trabalhadores que a vendem. Supondo, por exemplo, que uma economia tenha necessidade de mil forças de trabalho e o quantum de trabalho socialmente necessário para produzi-las seja de mil horas, então o valor individual da força de trabalho, que é uma fração do total, será de uma hora. Se os vendedores dessa mercadoria produzem uma quantidade de forças de trabalho maior do que o estômago do mercado é capaz de consumir, fenômeno que se manifesta no desemprego, isso significa que foi despendida parte excessiva do tempo de trabalho social total em forma de força de trabalho, uma vez que o quantum socialmente necessário de trabalho será o mesmo. Ou seja, supondo agora que foram produzidas mil e cem forças de trabalho (10% a mais), mas o mercado tem necessidade de mil, cujo valor social é de mil horas, então o valor total das mil e cem forças de trabalho não se altera, ou seja, continuará sendo mil horas e, por isso, o valor individual será de 54 minutos, 10% a menos. Portanto, a produção de uma quantidade de forças de trabalho além daquilo que o mercado tem necessidade provoca uma corrosão no valor individual dela. O resultado disso é que, para uma parte da classe trabalhadora, mesmo que todos os membros da família cujas forças de trabalho são “vendáveis” consigam, de fato, vendê-las, a soma dos valores individuais não corresponde ao valor total dos meios de subsistência, que continua o mesmo, de tal forma que essa família não terá condições de comprar todos os itens daqueles meios, cujo efeito é a intensificação da pauperização desses setores da classe trabalhadora. Contudo é necessário insistir que isso ocorre porque a força de trabalho foi trocada pelo seu valor, e não abaixo dele, cujo resultado será a exploração capitalista, e não superexploração. Vale lembrar o ditado citado por Marx: “Presos juntos, juntos enforcados”.

A existência do desemprego, que é a manifestação de uma produção excessiva de força de trabalho em relação à necessidade do mercado, provoca, inicialmente, uma diminuição de seu preço. Como, no sistema capitalista, o desemprego é um fator permanente, então a redução do preço, denominação monetária do valor, é a expressão da diminuição gradativa do valor, na medida em que o desenvolvimento

da força produtiva do trabalho cria uma massa permanente, e não provisória, de desempregados. A depreciação no valor individual da força de trabalho, que se manifesta na redução do preço, varia de acordo com as taxas de desemprego, numa relação diretamente proporcional, quer dizer, quanto maiores forem as taxas de desemprego, maior será a corrosão do valor da força de trabalho e vice-versa.

No entanto, isso não acontece porque a classe trabalhadora produz uma quantidade ascendente de força de trabalho, ou seja, uma quantidade crescente de filhos. Pelo contrário. Em geral, nos países em que a relação de produção especificamente capitalista vai se tornando determinante, a taxa de crescimento da população tende a diminuir, de tal maneira que em alguns países tal taxa se mostra negativa. O excesso de força de trabalho no mercado se deve ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que, como vimos, é dispensadora e eliminadora de força de trabalho. Portanto, fica claro que o processo de corrosão do valor da força de trabalho explicado anteriormente resulta em mais-valia relativa, e não em mais-valia absoluta, uma vez que o incremento de extração de mais-valia foi consequência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, e não da ampliação da jornada de trabalho.

Por outro lado, aqui se manifesta uma contradição no movimento de acumulação de capital. O decremento e a eliminação do uso da força de trabalho, causados pelo aumento das forças produtivas, têm como efeito uma diminuição da parte variável do capital em relação à parte constante, ou seja, cai, relativamente, a quantidade de trabalhadores a ser explorados. Como somente a força de trabalho, que constitui o capital variável, produz mais-valia, sua diminuição em relação ao capital constante provoca uma tendencial redução da taxa de lucro, mesmo que aumente a taxa de mais-valia com o incremento do grau de exploração ocasionado pela mais-valia relativa, o que obriga os capitalistas, como forma de compensação, a prolongar a jornada de trabalho, caracterizando a extração de mais-valia absoluta. Dessa forma, por causa das contradições inerentes à acumulação, a criação das

condições de extração de mais-valia relativa gera, ao mesmo tempo, a necessidade de mais-valia absoluta, redundando na combinação de exploração dessas duas modalidades de mais-valia.

No capítulo quatorze, ao tratar fundamentalmente da relação entre as duas formas de mais-valia, Marx afirma que “de certo ponto de vista, toda a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa parece ilusória” (Marx, 1983a, p. 107). Contudo, continua ele,

observando-se [...] o movimento da mais-valia, desfaz-se essa aparência de identidade. Assim que o modo de produção capitalista esteja estabelecido e se tenha tornado modo geral de produção, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa torna-se sensível tão logo se trate de aumentar a taxa de mais-valia em geral. Pressupondo-se que a *força de trabalho seja paga por seu valor*, encontramos frente a estas alternativas: dada a força produtiva de trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, *se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho*, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho (Marx, 1983a, p. 107, grifo nosso).

Mais-valia, valor e preço da força de trabalho

Feita toda essa explanação, podemos agora voltar às questões postas no início, referentes à preponderância de uma das modalidades de mais-valia em relação à outra quando se trata do centro ou da periferia do sistema capitalista e também ao valor e preço da força de trabalho.

Como vimos, as duas formas de mais-valia estão organicamente imbricadas, implicando-se mutuamente. Não me parece, portanto, haver sentido a ideia de preponderância de uma ou de outra. Como

a mais-valia absoluta gira em torno apenas da duração da jornada de trabalho, sua produção é fisicamente limitada. A extração da mais-valia relativa, ao contrário, não encontra barreiras, uma vez que é decorrência do desenvolvimento das forças produtivas. A mais-valia absoluta é, portanto, o ponto de partida da exploração e da acumulação de capital, que só podem se ampliar pela mais-valia relativa.

Além disso, é necessário considerar que, tendo em vista a concorrência intercapitalista – expressão da divisão social do trabalho no capitalismo –, o desenvolvimento das forças produtivas se torna o fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista. Isto porque é por meio do desenvolvimento das forças produtivas, cujo efeito é o aumento da produtividade, que os capitalistas logram a diminuição do valor de suas respectivas mercadorias, o que lhes propicia sua sobrevivência no mercado competitivo. Aumento de produtividade é, por isso, a “palavra de ordem” para toda empresa que quer concorrer e sobreviver no mercado. Esse mesmo impulso ao aumento da força produtiva é o que gera as condições para a produção e extração de mais-valia relativa. Como a concorrência entre capitais privados os obriga a desenvolver as forças produtivas, a mais-valia relativa se impõe como desdobramento desse processo, que ocorre tanto no centro como na periferia do sistema capitalista.

Por outra parte, conforme foi demonstrado ao longo do texto, também parece não se sustentar a ideia segundo a qual o preço da força de trabalho permanece constantemente abaixo de seu valor e, por conseguinte, a tese da superexploração do trabalho. Embora vários argumentos para a contestação dessa compreensão já tenham sido apresentados, creio que seja necessário pontuar alguns outros. Primeiramente aparece um problema de ordem lógico-teórica. Como sabemos, o conceito de valor é a *pedra angular* de toda a construção teórica de Marx, sobretudo em *O capital*, e, por isso, é a ferramenta fundamental utilizada por ele para a explicação das relações mercantis e, principalmente, do movimento de produção e acumulação de capital com

suas múltiplas contradições. O que Marx buscou demonstrar foi que, a despeito das oscilações dos preços das mercadorias, inclusive na forma de papel-moeda, as mercadorias são trocadas, em média, pelo seu equivalente, inclusive a força de trabalho. Isso é o que constitui a “lei do valor”. Se admitíssemos que a relação de troca da força de trabalho, que é a mercadoria central e determinante no mercado capitalista, rompa a lei do valor, então a teoria do valor perderia validade explicativa e todo o edifício teórico marxiano construído em *O capital* desabaria. Por isso, se entende porque Marx insiste que a força de trabalho é vendida e comprada pelo seu valor e que a exploração capitalista, pela extração da mais-valia, pressupõe o cumprimento da lei do valor. Embora ele tenha admitido, por vezes, a possibilidade de o preço da força de trabalho estar abaixo de seu valor, sua argumentação em todas as passagens de *O capital* referenda que a força de trabalho é trocada pelo seu valor, cujo preço é, sempre em média, a expressão monetária do valor. Essa posição aparece desde o quarto capítulo de *O capital*, no qual Marx define o valor da força de trabalho, atravessa diversas outras passagens em vários capítulos e é confirmada no final do livro primeiro. No capítulo vinte e dois, p. ex., ele afirma que “por mais que o modo de apropriação capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação, mas, ao contrário, da aplicação dessas leis” (Marx, 1983a, p. 166). Para sustentar sua posição, Marx faz um breve retrospecto do movimento de acumulação capitalista e destaca um de seus aspectos argumentando que o fato de que a mercadoria

força de trabalho tenha o peculiar valor de uso de fornecer trabalho, portanto de criar valor, em nada pode alterar a lei geral da produção de mercadorias. Se, portanto, a soma dos valores adiantada em salário não reaparece simplesmente no produto, mas reaparece aumentada de uma mais-valia, isso não provém de o vendedor [trabalhador] ter sido *logrado*, pois ele recebeu o valor de sua mercadoria, mas do consumo desta pelo comprador (Marx, 1983a, p. 167, grifo nosso).

Por isso, conclui que “a transformação original do dinheiro em capital realiza-se na mais perfeita harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado” (Marx, 1983a, p. 167).

Sendo assim, se o preço da força de trabalho está abaixo do valor e aí insiste em permanecer, então poderíamos considerar que isso é a manifestação de que seu valor diminuiu. Isso ocorre, como vimos, pelo desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que incide diretamente na diminuição do valor da força de trabalho, dividindo-o pelo número de membros da família, produzindo um excedente de força de trabalho e, dessa forma, uma depreciação do valor, e indiretamente pela diminuição do valor dos meios de subsistência, o que resulta na produção e extração de mais-valia relativa.

Portanto, dado o conjunto de argumentos apresentados, as teses de Marini (1976) segundo as quais há uma dupla troca desigual de mercadorias, ou seja, as nações industrializadas vendem suas mercadorias para as economias dependentes com um preço acima do valor e, por desdobramento, nestas últimas a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, caracterizando uma superexploração do trabalho, mostram-se inadequadas, já que as mercadorias, quaisquer que sejam – inclusive a força de trabalho –, são trocadas, em média, pelo seu valor.

Da mesma forma, aparecem como problemáticos o argumento de que na periferia do sistema existe uma predominância da mais-valia absoluta na relação com a mais-valia relativa, assim como sua base de apoio, que é a assertiva segundo a qual tal predominância se deve ao fato de, nessa parte do sistema, os trabalhadores, em geral, receberem um salário que não corresponde ao valor, ou melhor, que o preço da força de trabalho permanece constantemente abaixo de seu valor.

A respeito do texto de minha autoria citado no início e que está reproduzido no capítulo primeiro deste livro, parece-me que a tese nele apresentada, segundo a qual a característica principal do capitalismo

na contemporaneidade é a subsunção real da vida social ao capital, se mostra pertinente e, em certa medida, inovadora e, por isso, não seria apropriado simplesmente descartá-la. Contudo, penso que o texto deveria ser reescrito a partir da revisão de alguns argumentos, com destaque para a redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor, de acordo com a contribuição do presente capítulo, com o escopo de oferecer elementos argumentativos de sustentação mais adequados para a tese ali defendida.

Tudo isso indica a necessidade de uma rediscussão acerca da configuração capitalista na periferia do sistema e de sua relação com os países centrais, tarefa tão urgente quanto difícil.

3

O CAPITAL E AS ALTERAÇÕES NO TRABALHO NAS DISTINTAS FASES DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E DESDOBRAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS¹

Este texto foi produzido como resultado de minha intervenção na mesa intitulada “Trabalho no capitalismo contemporâneo” do III Encontro sobre Teoria Social, Educação e Ontologia Crítica, realizado em outubro de 2014 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Como o tema permitia inúmeras abordagens e enfoques, tomei a decisão de desenvolver uma discussão da tríade a respeito do trabalho tal como se constitui no modo capitalista de produção, ou seja, *trabalho útil ou concreto* como criador de valor de uso, *trabalho abstrato* como substância de valor e *trabalho produtivo de capital*, para poder discutir como cada uma dessas formas de trabalho se manifesta na configuração contemporânea do capitalismo, e, a partir dessa base, examinar suas implicações teóricas e políticas.

¹ Publicado originalmente em *Ontologia e crítica do tempo presente*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2015.

Processo de trabalho, processo de produção de mercadorias e processo de produção capitalista

As três formas em que o trabalho se constitui no capitalismo estão relacionadas com uma tríade de processos. O trabalho concreto é concernente ao processo de trabalho – ou processo simples de trabalho –, o trabalho abstrato se refere ao processo de produção de mercadorias, e o trabalho produtivo de capital é próprio do processo de produção capitalista.

No capítulo cinco de *O capital*, Marx define o *processo de trabalho* como uma

[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1983a, p. 153).

Na sequência do mesmo capítulo, o autor apresenta e analisa o processo de formação do valor e o processo de valorização, distinguindo-os entre eles, e o processo simples de trabalho. Depois de ressaltar as especificidades e distinções entre os três processos, o autor busca estabelecer conexões entre eles, compreendendo o *processo de produção de mercadorias* como unidade entre processo de trabalho e processo de formação de valor e, diferentemente, o *processo de produção capitalista*, forma capitalista da produção de mercadorias, como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. O processo de produção capitalista, cujo escopo é a produção de capital, distingue-se do anterior, que tem como finalidade a produção apenas de mercadorias. Ambos se diferenciam do processo simples de trabalho, uma vez que este objetiva a produção somente de valor de uso, de riqueza e, por isso, não pressupõe nenhum dos outros dois processos. O processo de produção de mercadorias implica o processo de trabalho, mas não

o processo de produção capitalista, e este, por sua vez, pressupõe os outros dois processos.

Somente a partir dessas compreensões e distinções é que se pode apreender o conceito de trabalho produtivo. Para Marx, trabalho produtivo é aquele referente ao processo de produção capitalista, ou seja, é trabalho que produz mais-valia e, conseqüentemente, capital. O autor afirma que

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. [...] O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (Marx, 1984, p. 105 e 106).

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não se refere aos aspectos concernentes ao trabalho concreto – trabalho do metalúrgico, do camponês, do palhaço, do professor, do homem, da mulher, trabalho manual ou intelectual etc. –, ou às características do valor de uso que foi produzido – se tem ou não uma *forma corpórea*, se é automóvel, arroz, ensino etc. –, se serve para satisfazer esta ou aquela necessidade – do estômago ou da fantasia. Também não diz respeito aos setores de atividade econômica: primário, secundário, terciário ou setor de serviços. Esses elementos, pertencentes ao processo de trabalho, não permitem, em absoluto, a compreensão de trabalho produtivo, uma vez que este é, necessariamente, trabalho referente ao processo de produção de capital. Isso significa dizer que o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa

agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é milho, computador ou entretenimento.

As três formas em que aparece o trabalho no modo capitalista de produção compõem uma unidade contraditória, sintetizada pelo trabalho produtivo de capital.

O processo simples de trabalho, no qual se realiza o trabalho concreto ou trabalho útil, é composto pela força de trabalho e pelos meios de produção, e tem como finalidade a produção de valores de uso, que constituem o conteúdo material da riqueza para a satisfação das necessidades humanas.

O significado das alterações no trabalho nos três processos

Os processos de trabalho e, portanto, o trabalho concreto estão em constantes mudanças, principalmente em sua *qualidade*, ou melhor, na qualidade de seus componentes, que são a força de trabalho e os meios de produção: qualificação da força de trabalho, inovações tecnológicas, novas formas de combinação, organização e gestão da força de trabalho etc.

São, justamente, essas alterações na qualidade dos processos de trabalho que propiciam o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que se manifesta no aumento de produtividade, ou seja, na produção de uma quantidade maior de valores de uso relativamente a uma quantidade menor de dispêndio de força de trabalho. Não fosse a determinação da forma capitalista, esse processo constituiria a base material para a construção e aceleração da emancipação humana porque cria as condições para a produção de uma quantidade maior de valores de uso, de riqueza, para satisfação das necessidades humanas de maneira cada vez mais abundante com uma quantidade menor de trabalho; o que significa dizer um movimento de dupla emancipação:

do homem em relação à natureza e em relação ao próprio trabalho.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho gesta as possibilidades para que haja saltos de qualidade nos processos de trabalho e para a produção de novos valores de uso, os quais, em períodos anteriores, não podiam ser fabricados, como, p. ex., robôs e computadores, o que implica a geração de novos processos de trabalho e de novos trabalhos concretos. A produção de *softwares* é feita em processos de trabalho, e por trabalhadores, que não existiam no início do século XX. O trabalho de um trabalhador que opera uma máquina a partir de seu terminal de computador na indústria automobilística contemporânea é totalmente inovador em relação ao trabalho de um chapeleiro nos anos 1920, da mesma maneira que o processo de trabalho, no setor de serviços, de um médico que hoje trabalha para uma empresa capitalista na área de saúde se distingue do processo de trabalho de seu colega no século XIX.

Do ponto de vista dos processos de trabalho, ou do *trabalho concreto*, no período contemporâneo do capitalismo se assiste mudanças abissais no trabalho, ou seja, o trabalho se mostra profundamente diferente em relação a períodos anteriores. Na realidade, essas mudanças são cotidianas e diurnas, mas pode-se constatar, no capitalismo, a existência de ciclos nos quais ocorreram verdadeiras revoluções nos processos de trabalho, tão profundas que inauguraram *padrões* de produção. Assim se passou nas chamadas *revoluções industriais*, sendo a primeira no final do século XVIII, expressa pela introdução da máquina a vapor e pela organização na grande indústria, a segunda no final do século seguinte, caracterizada, entre outras coisas, pela criação e incorporação da máquina elétrica, que fermentou a emergência e posterior consolidação do *padrão* taylorista-fordista e, finalmente, as radicais mudanças que vêm ocorrendo a partir da segunda metade do século XX, assentadas, entre outros fatores, na introdução de tecnologia de base microeletrônica, concomitantes com o surgimento do chamado *modelo japonês*, ou toyotismo.

As alterações nos processos de trabalho, por meio das microrrevoluções cotidianas e dos grandes ciclos revolucionários, são, fundamentalmente, de ordem qualitativa, ou seja, incidem sobre a natureza do trabalho concreto, de forma constante e ininterrupta. Os incontáveis trabalhos concretos da atualidade são substancialmente diferentes dos trabalhos concretos não apenas de dois séculos atrás, mas também do ano, do mês, quiçá do dia, anteriores, porque suas qualidades são deveras distintas e continuam se alterando a cada momento.

Diferentemente, se tomarmos o trabalho como *trabalho abstrato*, substância de valor, que é a base do processo de produção de mercadorias, *não há nenhuma mudança qualitativa*. Desse ponto de vista, trabalho abstrato e valor são a mesma coisa no capitalismo do século XIX ou no capitalismo tal como se mostra na atualidade. As diferenças poderiam ser quantitativas e não qualitativas. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, resultado das alterações qualitativas no *trabalho concreto*, propicia a produção de uma quantidade maior de valores de uso com um *dispêndio menor* de trabalho abstrato e, por isso, com um quantum menor de valor. É o que Marx chama de duplo caráter do trabalho: a mesma variação crescente de força produtiva do trabalho que aumenta a riqueza diminui a grandeza de valor contida nessa massa de riqueza.

O mesmo se passa com o trabalho se o tomamos como *trabalho produtivo de capital*, referente ao processo de produção capitalista, quer dizer, *não há*, nele, nenhuma *mudança qualitativa*. Desse ponto de vista, *trabalho produtivo de capital* é a mesma coisa, qualquer que seja a configuração capitalista, nos séculos XVIII, XIX, XX ou XXI, uma vez que ele é trabalho concernente à relação de exploração especificamente capitalista, baseada no assalariamento, independentemente dos tipos diferentes de trabalho concreto, ou seja, não importa se é trabalho que produz soja numa empresa capitalista de agronegócio, que fabrica autopeças numa indústria metalúrgica ou que produz a mercadoria ensino numa empresa capitalista de educação.

O processo de produção capitalista ocorre por meio da exploração combinada de duas formas de mais-valia: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A primeira se caracteriza, principalmente, pelo aumento da jornada de trabalho para além do valor da força de trabalho e, assim, não depende do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, e, por conseguinte, de alterações na qualidade dos processos de trabalho e dos trabalhos concretos. Por isso, sua produção é fisicamente limitada, já que a jornada diária de trabalho não pode ultrapassar 24 horas, o que denota uma barreira intransponível para a acumulação de capital e significaria sua potencial morte. Por causa disso, a forma por excelência de exploração sobre a classe trabalhadora é a da mais-valia relativa, que, diferentemente da primeira, é decorrente de vários fatores concernentes ao desenvolvimento das forças produtivas que redundam na diminuição do valor da força de trabalho. Portanto, o capital tem uma necessidade vital de aumentar a força produtiva do trabalho, o que só pode ser conseguido com mudanças constantes nos processos de trabalho e nos trabalhos concretos. Mas o propósito dessas alterações é, precisamente, a não mudança do trabalho produtivo de capital, ou seja, sua manutenção, que se afirma principalmente pela extração de mais-valia relativa.

Por esse motivo, Marx se empenhou no estudo exaustivo dos processos de trabalho, empreendimento realizado, sobretudo, nos capítulos XI a XIII de *O capital*, nos quais se dedicou à análise das diversas fases do desenvolvimento capitalista, da cooperação simples à grande indústria, passando pela manufatura. Contudo, embora tenha feito uma investigação cuidadosa e minuciosa das transformações que ocorreram nos processos de trabalho ao longo de alguns séculos, o autor não tinha o objetivo de examinar as características e alterações nos processos de trabalho em si, mas sim o de explicar a mais-valia relativa – tanto que o título da seção composta pelos referidos capítulos é “A produção da mais-valia relativa” –, ou melhor, como foi possível, por intermédio das mudanças operadas nos processos de trabalho e do controle exercido

pelo capital sobre eles, se conseguir a diminuição do valor da força de trabalho e, por conseguinte, a implementação da mais-valia relativa².

Portanto, se se pode afirmar que houve mudanças no trabalho, de tal maneira que, na atualidade, ele se mostra totalmente diferente do que era em períodos anteriores do capitalismo, essa assertiva é verdadeira para o trabalho concreto e para seus respectivos processos de trabalho, já que houve mudanças substantivas em suas qualidades, mas não é verdadeira quando se refere ao trabalho abstrato e ao valor, e principalmente quando diz respeito ao trabalho produtivo de capital, uma vez que esses últimos não sofreram nenhuma alteração em suas naturezas.

Implicações teóricas e políticas

A conclusão descrita anteriormente carrega consigo algumas implicações teóricas e políticas, que serão tratadas a seguir.

Habermas e as categorias marxianas

Nas últimas décadas tem se tornado lugar comum, no ambiente acadêmico e em determinados círculos políticos, a ideia de que as categorias analíticas utilizadas por Marx em *O capital*, sobretudo a de valor, tenham perdido capacidade explicativa na atualidade, já que o capitalismo – e o trabalho – sofreu significativas mudanças. Provavelmente o principal porta-voz dessa tese tenha sido Jürgen Habermas, um dos mais importantes teóricos do século XX, seguido de um enorme batalhão de pensadores.

² Tem sido muito comum que leituras dos capítulos XI a XIII de *O capital* fiquem focadas e circunscritas nas alterações ocorridas nos processos de trabalho. Isso me parece um problema e um limite, já que o objetivo de Marx foi o de buscar compreender, por meio daquelas mudanças, como se tornou possível a produção de mais-valia relativa. A compreensão desta deve ser o propósito do estudo dos referidos capítulos, o que exige a compreensão dos temas abordados nos capítulos anteriores.

Está fora de cogitação a pretensão de desenvolver, nos quadros deste texto, uma análise da obra de Habermas. No entanto, apesar de todos os problemas e limites, buscarei tão somente apresentar alguns apontamentos sobre os temas do trabalho e do valor presentes em um de seus textos mais importantes, a saber, *Técnica e ciência como "ideologia"* (Habermas, 1994).

Nesse texto, Habermas estabelece um diálogo, explicitado desde o início, com Herbert Marcuse, por meio de sua obra *A ideologia da sociedade industrial* (Marcuse, 1973) ou, mais especificamente, Habermas se confronta com a tese desenvolvida por Marcuse, segundo a qual "a força libertadora da tecnologia – a instrumentalização das coisas – transforma-se em travão para a libertação, torna-se instrumentalização do homem" (Habermas, 1994, p. 9), de acordo com a interpretação de Habermas. Ao mesmo tempo finca as bases para futuros desenvolvimentos no seu pensamento, sobretudo em torno da ação comunicativa.

Com essa perspectiva, Habermas identifica as duas grandes interlocuções de Marcuse: Weber e Marx. Ao argumentar que Marcuse pretendeu explicar o processo de racionalização da sociedade contemporânea fazendo a crítica da explicação dada por Weber e ao mesmo tempo se baseando no referencial marxiano, Habermas assevera que "na minha opinião, nem Max Weber nem Herbert Marcuse o conseguiram de uma maneira satisfatória" (Habermas, 1994, p. 55). Por isso, continua o autor, "vou tentar reformular o conceito de racionalização de Max Weber num outro sistema de referências, para sobre esta discutir tanto a crítica que Marcuse fez a Weber, como a sua tese da dupla função do progresso técnico-científico (enquanto força produtiva e ideologia)" (Habermas, 1994, p. 55).

Não entrarei na discussão Habermas versus Weber versus Marcuse. Interessa-me, sobremaneira, a contenda *Habermas versus Marcuse/ Marx*. Nesse ponto, a tese de Habermas é, grosso modo, a seguinte: como Marcuse se fundamentou no referencial marxiano para poder explicar o processo de racionalização da sociedade contemporânea, e

como este referencial não dá mais conta de explicar esta sociedade – ele denomina de tardo-capitalismo –, então a explicação oferecida por Marcuse só poderia ter sido insatisfatória. Dessa forma, como Marx é o fundamento de Marcuse, e Habermas desenvolve sua crítica a este último nesse plano, então a discussão basilar se desloca para o diálogo *Habermas versus Marx*.

Vou tentar traçar, resumidamente, a linha argumentativa de Habermas. Partindo daquela suposição segundo a qual as categorias elaboradas por Weber e Marx/Marcuse são insatisfatórias para explicar a sociedade moderna, Habermas apresenta sua *pedra angular* ao sugerir outro enquadramento categorial, vale dizer, a “distinção fundamental entre *trabalho*, ou *ação racional teleológica*, e *interação* ou *ação comunicativa*” (Habermas, 1994, p. 57, grifo do autor)³. Com base nessas categorias, o autor caracteriza e explica os diversos sistemas sociais, distinguindo-os conforme “neles predomine a ação racional teleológica (trabalho) ou a interação (ação comunicativa)” (cf. Habermas, 1994, p. 60), e defende que na “sociedade tradicional” havia o primado da interação sobre o trabalho e, ao contrário, no capitalismo de tipo liberal, estudado por Marx, predominava o trabalho – mercado – sobre a interação. Orientado por uma particular leitura de Marx, segundo a qual a crítica da economia política marxiana é um “tipo de análise que isola metodicamente as leis do movimento econômico da sociedade” (Habermas, 1994, p. 69), Habermas argumenta que se tal análise poderia ter alguma validade ou explicar satisfatoriamente o capitalismo de tipo liberal, tendo em vista o primado do econômico sobre o político – o mercado (estrutura econômica) se sobrepunha à sociedade – “a crítica marxiana já não pode aplicar-se sem mais à sociedade tardo-capitalista” (Habermas, 1994, p. 68), pois, ao contrário da antecedente, trata-se de um capitalismo regulado pelo Estado, no qual, por razões diferentes da sociedade tradicional, volta a predominar a interação sobre o trabalho e o mercado. Ele busca fundamentar as razões dessa transformação

³ A conceituação dessas que são as categorias fundamentais de Habermas está contida nas páginas 57 e seguintes (cf. Habermas, 1994).

em dois fatores ou “duas tendências evolutivas” que se fazem sentir desde o último quartel do século XIX: “1) um incremento da atividade intervencionista do Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema e, 2) uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva” (Habermas, 1994, p. 68).

Por isso, o aporte teórico marxiano, que até oferecia uma explicação cabível e pertinente para o capitalismo de tipo liberal, não serve para explicar o tardo-capitalismo. Suas principais categorias analíticas – relações de produção/forças produtivas, teoria do valor-trabalho, mais-valia, luta de classes etc. – deixam de ter validade. Em poucas palavras, Habermas coloca em xeque o coração do arcabouço teórico marxiano: “o enquadramento categorial em que Marx desenvolveu os *pressupostos fundamentais do materialismo histórico*” (Habermas, 1994, p. 83, grifo do autor). Por decorrência, Habermas propõe a substituição da conexão forças produtivas/relações de produção – como ele as entende – pela “relação mais abstrata de trabalho e interação” (Habermas, 1994, p. 83). Como considera aquele binômio categorial como o fulcro do materialismo histórico, na verdade o autor está propondo um novo aporte teórico fundado nessas duas últimas categorias. “Tenho a suspeita”, afirma ele, “de que o sistema de referência desenvolvido em termos da relação análoga, mas mais geral, de marco institucional (interação) e subsistemas da ação racional dirigida a fins (‘trabalho’ no sentido amplo da ação instrumental e estratégica) se revela mais adequada para reconstruir o limiar sociocultural da história da espécie” (Habermas, 1994, p. 83).

Posto isto, farei algumas considerações sobre a proposta categorial habermasiana. Para iniciar a discussão, tomarei como referência sua categoria de *trabalho* e buscarei relacioná-la com a categoria marxiana de trabalho.

A concepção que Habermas tem de trabalho é claramente de *trabalho em geral*. Guardadas as superficiais diferenças, Marx também

lida com essa categoria, e é possível encontrar semelhanças entre elas. Aliás, para este último, trata-se de um ponto de partida em seu procedimento analítico. Apesar de longa e repisada, é preciso fazer a citação de Marx, para que possamos cotejá-la com a compreensão habermasiana:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio

conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios (Marx, 1983a, p. 149-50).

Se compararmos essa aceção de trabalho em Marx com a concepção habermasiana de trabalho (cf. Habermas, 1994, p. 57-8) é possível encontrar semelhanças entre elas. Contudo, as similaridades não passam daqui. Para Marx, o trabalho em geral é um ponto de partida da análise, tendo em vista que tomado em si é mera abstração, uma “representação caótica” e por isso é insuficiente como explicação do real historicamente determinado. A direção metodológica de Marx é a seguinte: do trabalho em geral ao trabalho sob relações capitalistas de produção, quer dizer trabalho produtivo de mais-valia e de capital. O itinerário é do concreto aparente para o concreto pensado.

Marx alerta, sistematicamente, para o problema da insuficiência do trabalho em geral, como produtor de valores de uso, para a compreensão da natureza histórica que o trabalho adquire sob a forma capitalista. No início do capítulo cinco do livro I de *O capital*, ele apresenta sua magistral e sintética definição de trabalho em geral, produtor de valores de uso – reproduzida anteriormente –, e, na primeira parte deste mesmo capítulo, desenvolve sua análise acerca dessa temática. Algumas páginas depois, com o propósito de fazer as devidas amarrações, Marx descreve a compreensão do processo de trabalho nos seguintes termos: “considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo” (Marx, 1983a, p. 151). Já que, nesta frase, o autor está se referindo a *trabalho produtivo de valores de uso*, no final dela insere uma nota de rodapé decisivamente esclarecedora: “essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de

trabalho, *não basta*, de modo algum, para o *processo de produção capitalista*” (Marx, 1983a, p. 151, grifo do autor).

A compreensão do trabalho em geral, produtor de valores de uso, é insuficiente para a apreensão do trabalho na forma especificamente capitalista. Por essa razão é que, depois de dar sequência ao exame do trabalho dentro do processo de produção capitalista, ele retoma essa discussão, de forma conclusiva, no capítulo catorze do livro I. Neste capítulo, ele começa afirmando que “o processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato (ver capítulo V), independente de suas formas históricas, como processo entre o homem e a Natureza” (Marx, 1984, p. 105), e reproduz aquele parágrafo do capítulo cinco e a nota de rodapé a ele anexada lembrando o sentido ali conferido ao trabalho produtivo. Se no capítulo cinco ele foi interpretado a partir do processo simples de trabalho, como criador de valores de uso, no capítulo catorze é entendido do ponto de vista do processo de produção capitalista, ou seja, como trabalho produtivo de capital.

Por que Marx chama a atenção para a diferença de tratamento acerca do trabalho no início do capítulo cinco e no restante de sua obra, principalmente no capítulo catorze? Porque seu objetivo, sobre esse quesito, era apreender o trabalho numa forma social historicamente determinada, a capitalista. Com o surgimento da propriedade privada, da mercadoria e, decisivamente, do capital, o trabalho deixa de ser apenas produtor de valores de uso – embora continue sendo – e passa a ser produtor de mercadorias e, principalmente, de capital.

Habermas não fez diferenciação entre o trabalho em geral e o trabalho como se constitui no modo de produção capitalista, ou seja, trabalho concreto, trabalho abstrato, e trabalho produtivo de capital, e, por isso, parece que abdicou da historicidade.

Provavelmente, tal procedimento é devido a que ele entendia que o trabalho, no tardo-capitalismo, perdeu seu primado em favor da interação, em virtude das duas “duas tendências evolutivas” já mencionadas: “1) um incremento da atividade intervencionista do

Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema e, 2) uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva”. Não será possível tratar, neste texto, da primeira⁴ e, por isso, vou me concentrar no exame da segunda.

Para Habermas a segunda tendência evolutiva conduz a um fato que será crucial em sua argumentação: a força de trabalho deixou de ser a única fonte de mais-valia. Para ele,

a ciência e a técnica transformam-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho. Já não mais tem sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se o progresso técnico e científico se tornou uma *fonte independente* de mais-valia frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (Habermas, 1994, p. 72-73, grifo do autor).

Como, para o autor, no tardo-capitalismo, as ciências se transformaram na primeira força produtiva, o progresso técnico e científico se tornou uma *fonte independente* de mais-valia que cresce em importância em relação à força de trabalho, que foi a única fonte de mais-valia considerada por Marx. Ora, Marx não considerou, e não poderia considerar, o progresso técnico e científico como fonte de mais-valia, mas somente a força de trabalho, porque, em seu arcabouço teórico, a substância de valor e, por conseguinte, também de mais-valor (ou mais-valia), é trabalho *humano* abstrato, dispêndio de força *humana* de trabalho. Marx apresenta essa compreensão, de fundamental importância, de forma explícita e cristalina no capítulo I, na terceira página de *O capital*. Ali, o autor explica o conceito de *trabalho humano abstrato*, que constitui a substância do *valor*, a partir da abstração das características úteis ou concretas dos produtos do trabalho como valores

⁴ A esse respeito, vide, entre outros, Tumolo (1998c).

de uso e, por conseguinte, também da abstração dos trabalhos úteis ou concretos que os produziram.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual *trabalho humano*, a *trabalho humano abstrato*.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de *trabalho humano* indiferenciado, isto é, do *dispêndio de força de trabalho humano*, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida *força de trabalho humano*, foi acumulado *trabalho humano*. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas *valores* – valores mercantis (Marx, 1983a, p. 47, grifo do autor).

Justamente por essa razão, ou seja, que a substância constituidora do valor e da mais-valia só pode ser *trabalho humano abstrato*, é que o desenvolvimento das forças produtivas, incluído aqui o progresso técnico e científico, entra em contradição com o valor, de tal maneira que o crescimento da força produtiva do trabalho diminui a grandeza do valor de uma massa provavelmente maior de valores de uso. O desenvolvimento das forças produtivas é diretamente proporcional à quantidade de valores de uso criados, e inversamente proporcional à

grandeza de valor produzida. Como capital diz respeito ao acúmulo, ou seja, à valorização do *valor* e não ao acúmulo de valor de uso, disso resulta o conjunto de contradições do movimento de reprodução do capital, que se desdobram na eclosão das crises cíclicas de superprodução de capital, que o Estado não pode controlar e, portanto, não consegue assegurar a estabilidade do sistema, diferentemente do que defendeu Habermas.

Ao contrário do que afirmou Habermas, o progresso técnico e científico não pode se tornar “uma *fonte independente* de mais-valia”, porque a força de trabalho é, e só ela pode ser, a única fonte de mais-valia. A citação de Habermas demonstra a compreensão equivocada que tem acerca das categorias de valor e de mais-valia em Marx, que, como se sabe, constituem a *pedra angular* da teoria marxiana. Esse equívoco basilar desencadeou uma série de problemas na elaboração habermasiana, sobretudo no que diz respeito à crítica que pretenderia fazer acerca do conjunto da contribuição teórica de Marx.

O progresso técnico e científico, que é um dos fatores de desenvolvimento da força produtiva do trabalho, contribui para a diminuição da quantidade socialmente necessária de trabalho abstrato para a produção de mercadorias e, portanto, para a diminuição da grandeza de valor, ou seja, conduz a uma alteração na *quantidade* de trabalho abstrato e na *grandeza* de valor – uma mudança *quantitativa*, tendencialmente para menos –, mas não a uma alteração *qualitativa*, em sua natureza, uma vez que no “tardo-capitalismo”, como em qualquer fase capitalista, continua imperando a mercadoria. Da mesma forma ocorre com a produção de mais-valia e o trabalho produtivo de capital, realizados única e exclusivamente pela força de trabalho. Por isso, ao contrário do que defendeu Habermas, as categorias de valor, trabalho abstrato, mais-valia, trabalho produtivo, relações de produção capitalistas e tantas outras utilizadas por Marx em *O capital*, sintetizadas pela categoria de capital, continuam tendo total validade explicativa no período contemporâneo do capitalismo, como em qualquer uma de suas diferentes fases.

Na verdade, por causa dos problemas apontados anteriormente, Habermas não conseguiu perceber que as categorias analíticas marxianas concernentes à crítica da economia política, que atingiram sua forma mais acabada em *O capital*, têm um caráter histórico e um alcance universal⁵. Embora Marx tenha produzido muitos textos nos quais apresentou análises de conjuntura que têm, por isso, um caráter particular e não podem ser universalizadas, em *O capital*, ele não fez um estudo de uma determinada fase capitalista – como o capitalismo de tipo liberal, na concepção habermasiana – ou de uma formação sócio-histórica específica, diferentemente do que supôs Habermas. Seu objeto de investigação foi o *capital* e não um determinado capitalismo de uma determinada época porque ele pretendia, nessa obra, dissecar e desvendar as leis gerais que regem o movimento contraditório do capital, quer dizer, a *universalidade do capital*. Mesmo quando lança mão de estudos histórico-conjunturais, seu objetivo era o de compreender o movimento das particularidades e, dessa forma, apreender as leis da universalidade. É o caso, por exemplo, dos já mencionados capítulos XI, XII e XIII do livro I de *O capital*, nos quais o autor faz uma análise das diversas fases de desenvolvimento capitalista descendo a detalhes dos diversos processos de trabalho. Não obstante, seu propósito era o de, por meio desses estudos, apreender os elementos de universalidade, quais sejam, a compreensão da mais-valia relativa e, por conseguinte, o movimento de transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. Isso significa dizer que o objetivo de Marx era a apreensão do capital como universalidade. Justamente aí se expressa, de maneira contundente, a historicidade da análise marxiana em *O capital*.

Isso significaria dizer que o capitalismo não mudou da época de Marx para o período contemporâneo? É óbvio que mudou. Mas as mudanças ocorreram justamente por causa e para a manutenção das leis que regem o capital, ou seja, para que o capital não sofresse nenhuma

⁵ Como tem um caráter histórico, seu alcance universal diz respeito tão somente à forma capitalista e não a qualquer forma social.

alteração, nenhuma revolução. Apesar de que não seja totalmente adequado, porque se trata de um fenômeno natural e não social, exemplo similar pode ser encontrado no movimento do universo cósmico. O universo por nós conhecido está em constante processo de mudanças desde o Big Bang, mas elas ocorrem exatamente por causa de e em obediência às leis imutáveis que o regem, tais como a gravidade, que diz respeito à atração dos corpos, e, como contraponto, a energia escura, que ajuda a explicar porque aumenta a velocidade da expansão entre eles. Se essas leis não existissem ou fossem mutáveis, seria outro universo e não este. Da mesma maneira se passa com o capital. Se não houvesse propriedade privada dos meios de produção, mercado, mercadoria, trabalho abstrato, valor, dinheiro, força de trabalho como mercadoria determinante, relação de produção e exploração capitalista, mais-valia, trabalho produtivo de capital, classes sociais, estado capitalista, movimento contraditório do capital, cuja máxima expressão são as crises cíclicas de capital etc., não existiria capital e capitalismo, e sim outra forma social. Por isso, esses e outros elementos, que constituem os fundamentos das leis que regem o movimento contraditório do capital, são imutáveis. Todavia, é necessário assinalar que eles têm um caráter universal-histórico, ou seja, são imutáveis apenas na forma capitalista, o que implica que a superação desta forma só pode ocorrer quando se alterarem, ou melhor, revolucionarem esses fundamentos, que precisariam ser, para o capital, imutáveis. Aqui reside a diferença entre os fenômenos sociais e naturais. A ação humana não pode alterar as leis imutáveis que regem o universo natural, mas pode transformar as leis imutáveis que regem o *universo* do capital e construir outro *universo* social, mas isso pressupõe uma revolução social e a destruição do capital e de suas bases materiais.

Considerando o aspecto destacado neste texto, que é o tema do trabalho, na forma social do capital, as mudanças constantes nos processos de trabalho e no trabalho concreto, que redundam no desenvolvimento da força produtiva do trabalho, desencadeado por muitos fatores, entre eles o progresso técnico e científico, ocorrem por

causa da lei imutável do valor e das necessidades imutáveis do trabalho produtivo de capital. Por isso, o capitalismo na fase contemporânea é tão *diferente* do capitalismo de outros períodos justamente porque é *igual* a eles.

Portanto, os argumentos apresentados anteriormente demonstram que a tese de Habermas segundo a qual as categorias analíticas marxianas teriam perdido capacidade explicativa no tardo-capitalismo, ou seja, de que “caem assim as condições de aplicação da teoria marxiana do valor-trabalho”, não tem consistência. Na verdade, é a tese habermasiana que cai por terra.

Offe e o debate das classes sociais

Outra implicação do entendimento da tríade do trabalho no sistema capitalista se refere à discussão das classes sociais.

As concepções de classes sociais são profundamente diferentes, e até antagonicas, se se tomam como base para sua apreensão o *trabalho concreto* ou o *trabalho produtivo de capital*. Se um dos fundamentos teóricos para a compreensão de classe é o trabalho concreto, há determinadas implicações para a classe trabalhadora ou classe proletária na fase contemporânea do capitalismo, mas se é o trabalho produtivo de capital as implicações são fundamentalmente distintas.

Para examinar esse assunto, pode-se partir do questionamento à centralidade do trabalho feito por alguns autores que exerceram forte influência nas ciências humanas a partir da década de 1980. Podemos citar, entre outros, Claus Offe, em várias obras, mas notadamente por meio de seu artigo “Trabalho: a categoria sociológica chave?” (Offe, 1994b), André Gorz com seu provocativo livro *Adeus ao proletariado – para além do socialismo* (Gorz, 1987), Adam Schaff, com o texto *A sociedade informática* (Schaff, 1993), além de J. Habermas que, de certa forma, tem servido como referência matricial de uma parte desses autores.

De maneira diferenciada, e sob argumentos variados e até distintos, esses autores questionam a centralidade do trabalho, como fato social e como categoria sociológica de análise, e também, por decorrência, a classe trabalhadora como classe fundamental. Para eles, principalmente por causa do advento da chamada terceira revolução industrial na fase de “acumulação flexível de capital”, a classe trabalhadora perde, gradativamente, seu poder e seu papel, tanto na produção material, como no que diz respeito a seu projeto estratégico; ou seja, classe trabalhadora se esvai. Por fim, o marxismo é, em última instância, alvo de um profundo questionamento.

Considerando como representativo desse conjunto de pensadores, pelo menos nos aspectos que serão aqui abordados, tomarei como referência o texto de Offe “Trabalho: a categoria sociológica chave?”.

Abrindo seu artigo, o autor anuncia o pressuposto sobre o qual desenvolve toda sua análise: “as tradições clássicas da sociologia⁶ burguesa, assim como da marxista, compartilham do ponto de vista de que o *trabalho é o fato social principal*” (Offe, 1994b, p. 167, grifo do autor). Com o objetivo de comprovar a veracidade desse pressuposto, e antes de examinar criticamente o tema, Offe enumera “rapidamente três pontos que levaram os cientistas sociais clássicos e os teóricos políticos a considerarem o *trabalho como a pedra de toque da teoria social*” (Offe, 1994b, p. 168, grifo do autor).

Na sequência, depois de discorrer sobre o “declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho”, que cede lugar, cada vez mais, à “pesquisa sociológica da vida cotidiana e do mundo vivido [que] representa um rompimento com a ideia de que a esfera do trabalho tem

⁶ Neste artigo aparece *sociedade* burguesa e não *sociologia* burguesa. Creio, entretanto, que haja algum equívoco – provavelmente de tradução, digitação ou impressão –, pois, além de não fazer sentido, em outro livro do mesmo autor, *Trabalho & sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho* (Offe, 1989), está contido o mesmo artigo, com pequenas alterações e com título um pouco diferente – “Trabalho como categoria sociológica fundamental?” –, onde se lê: “segundo as tradições clássicas da sociologia marxista ou burguesa, o trabalho seria o dado central.” (Offe, 1989, p. 13).

um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social” (Offe, 1994b, p. 172), o autor inicia sua crítica levantando um conjunto de questões:

existem indicações de uma diminuição no poder determinante objetivo do trabalho, da produção e da compra em relação às condições sociais e ao desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos configurada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? É possível dizer, apesar do fato de uma parte esmagadora da população depender do salário, que o trabalho se tornou menos importante tanto para os indivíduos quanto para a coletividade? Podemos, então, falar de uma “implosão” da categoria trabalho? (Offe, 1994b, p. 174-5).

Com o propósito de justificar uma resposta positiva a essas questões, Offe as organiza e as discute em “duas séries de dúvidas”. A primeira, tratada no item “Subdivisões na esfera do trabalho”, diz respeito à *dimensão objetiva do trabalho*. Aqui, entre outros elementos de análise, merece destaque a diferenciação que faz “entre as formas de trabalho ‘produtivo’ e os ‘serviços’”. O crescimento acelerado do segundo em relação ao primeiro “tornou-se a base das explicações macrosociológicas da ‘sociedade de serviços pós-industrial’ emergente (Bell)” (Offe, 1994b, p. 178).

No item seguinte, “O declínio da ética do trabalho”, o autor discute a “segunda série de dúvidas a respeito da centralidade do trabalho [que] está relacionada à *avaliação subjetiva do trabalho* entre a população trabalhadora” (Offe, 1994b, p. 182, grifo do autor).

Os argumentos arrolados por Offe conduzem-no à seguinte conclusão:

Em termos gerais, essas descobertas e reflexões científico-sociais brevemente resumidas relativas à relevância subjetiva e ao potencial de organização da defesa do trabalho apontam para uma “crise da sociedade do traba-

lho". [...] O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria; como consequência desse desenvolvimento objetivo, mas inteiramente contrário aos valores oficiais e aos padrões de legitimação dessa sociedade, o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores (Offe, 1994b, p. 194).

Se tal corolário é verdadeiro, ou seja, se há uma "crise da sociedade do trabalho", surge uma questão: "quais os conceitos sociológicos de estrutura e de conflito apropriados para descrever uma sociedade que, no sentido aqui abordado, deixou de ser uma 'sociedade do trabalho'?" (Offe, 1994b, p. 194). Esse é o problema sobre o qual o autor, no último item do artigo, "Para uma teoria sociológica da estrutura e do conflito", busca lançar algumas luzes. Aqui ele aponta Habermas, notadamente, como proposta de âncora teórica e, embora considerando algumas falhas, cita outros autores que vêm levantando uma série de hipóteses que questionam a centralidade do trabalho e, por desdobramento, a tradição marxista. Para ele, as "[...] hipóteses e convicções, encontradas principalmente entre teóricos franceses como Foucault, Touraine e Gorz, penetraram tão profundamente em nosso pensamento que a 'ortodoxia' marxista não tem mais muita respeitabilidade científico-social" (Offe, 1994b, p. 195).

Depois de desfechar sua crítica, ao mesmo tempo em que aponta aqueles possíveis caminhos de referências teóricas, Offe encerra o artigo fazendo o seguinte desafio:

uma teoria dinâmica da mudança social deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da "implosão" de seu poder de determinar a vida social, perde sua capacidade de estruturação e de organização, liberando assim novos campos de ação caracterizados por novos agentes e por uma nova forma de racionalidade (Offe, 1994b, p. 197).

Como se pode notar, Offe baseia sua análise e seus questionamen-

tos nas *centralidades objetiva e subjetiva do trabalho*. Não obstante, é necessário notar que grande parte dos argumentos utilizados por ele para questionar a centralidade *objetiva* do trabalho é de ordem *subjetiva* (cf. Offe, 1994b, p. 175 e ss.). O principal argumento de ordem *objetiva*, entre poucos outros, é o da diferença “entre as formas de trabalho ‘produtivo’ e os ‘serviços’”. Este último ponto – continua o autor –, “ao qual me dedicarei, aqui, tornou-se a *base das explicações* macrosociológicas da ‘*sociedade de serviços pós-industrial*’ emergente” (Offe, 1994b, p. 178, grifo do autor). Aliás, para Offe esse argumento é tão fundamental que, em seu livro *Capitalismo desorganizado* (Offe, 1994a) – uma coletânea de artigos de sua lavra –, escreve um texto cujo título é “O crescimento do setor de serviços” (Offe, 1994c) e que, não por acaso, vem imediatamente antes do artigo “Trabalho: a categoria sociológica chave?”. De fato, neste último, ao referir-se ao anterior, o autor retoma a argumentação com toda força. Ao diferenciar o “trabalho produtivo” do “trabalho que produz serviços”, o autor esclarece que:

a importância quantitativa da *divisão* dos “trabalhadores em geral” em formas de *trabalho produtivo* e de *produção de serviços* só se torna clara se não se desagrega (como geralmente se faz) de acordo com os “setores”, e sim de acordo com as *ocupações*. O minicenso realizado em 1980 na República Federal da Alemanha indicou que aproximadamente 27% dos trabalhadores assalariados estão envolvidos em atividades relacionadas principalmente com a fabricação e a produção de *produtos materiais*, enquanto uma esmagadora porcentagem de 73% *produz serviços* (Offe, 1994b, p. 178-179, grifo do autor).

Para buscar dar sustentação à sua argumentação, Offe apresenta as características diferenciadoras entre as duas formas de trabalho.

Embora seja possível incluir a maior parte do trabalho desempenhado no setor “secundário” (isto é, que produz mercadorias industrializadas) sob um denominador comum abstrato – o da produtividade técnica organizacional e da lucratividade econômica – esses critérios perdem sua clareza (relativa) quando o trabalho se torna “reflexivo”,

como acontece com a maior parte do trabalho em serviços no setor “terciário” (Offe, 1994b, p. 178).

O autor afirma que as atividades de serviço são realizadas por empresas privadas ou públicas, e, ao desenvolver um exame dos elementos de diferenciação do trabalho nos dois setores – produtivo e de serviços –, salienta que alguns critérios do “trabalho produtivo”, quer dizer, “produção capitalista de mercadorias” (Offe, 1994b, p. 180), não são incorporados pelo trabalho em serviços, “porque o produto de vários serviços públicos, assim como daqueles desempenhados pelos ‘empregados’ em firmas do setor *privado*, não é o ‘lucro’ monetário, mas os ‘usos’ concretos” (Offe, 1994b, p. 179, grifo do autor).

Trilhando o caminho aberto por Habermas – de quem foi um grande parceiro –, que, como visto anteriormente, defendia a tese de que o primado do trabalho havia sido substituído pelo primado da interação no capitalismo da segunda metade do século XX, Offe busca demonstrar, com base em dados empíricos, como de fato há uma perda da centralidade do trabalho e, por conseguinte, também da classe trabalhadora. Para ele, a diminuição quantitativa das ocupações referentes ao trabalho produtivo, que é o trabalho no setor “secundário”, que produz mercadorias industrializadas ou “produtos materiais”, em favor do crescimento das ocupações no setor “terciário”, ou de serviços, joga um papel determinante na perda da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora.

Como é possível perceber, a análise de Offe é baseada, principalmente, nas características concernentes a ocupações profissionais de dois setores econômicos, a saber, “secundário e terciário”. Ele identifica a classe proletária com as ocupações relativas ao que ele entende como “trabalho produtivo”, ou seja, o que produz mercadorias industrializadas ou “produtos materiais”, no setor “secundário”. Daí sua conclusão aparentemente certa: como, no período atual, que ele compreende como “sociedade de serviços pós-industrial”, essas ocupações entraram em acentuado declínio, o

trabalho e a classe proletária perderam centralidade, principalmente esta última, porque a tendência é a de sua diminuição. Como, para o autor, a tradição marxista se fundamenta no trabalho, então, ela também teria perdido centralidade, ou melhor, não ofereceria mais capacidade explicativa satisfatória, corroborando, assim, as teses habermasianas.

Os problemas e equívocos da construção argumentativa de Offe podem ser detectados desde o princípio de seu artigo aqui apreciado. Seu pressuposto de que a tradição marxista se baseia no “ponto de vista de que o *trabalho é o fato social principal*” não tem sustentabilidade, pelo menos quando se considera a produção teórica marxiana. Nos textos em que Marx procurou fazer análises dos elementos constitutivos e das leis que regem o movimento de acumulação capitalista, sintetizadas em *O capital, não é o trabalho* que é considerado como fato social principal e, portanto, como categoria analítica central, sobretudo se o trabalho é subentendido como trabalho em geral ou trabalho concreto, e sim o *capital*. Seu objetivo não era entender o trabalho e sim o capital, e, a partir daí, no que tange às questões aqui discutidas, compreender o conteúdo histórico do trabalho na forma capitalista, cuja expressão sintética é o trabalho produtivo de capital, conforme examinado anteriormente. Por que esse é o procedimento de Marx? Porque o capitalismo não é uma “sociedade do trabalho”, e muito menos do trabalho concreto, e sim, se se pode falar nesses termos, uma “sociedade do capital”. Ao contrário do que postulou Offe, a sociedade contemporânea não deixou de ser uma “sociedade do trabalho” (Offe, 1994b, p. 194) porque nela vige o capitalismo, e o capitalismo não é hoje e nunca foi uma “sociedade do trabalho”. Por isso, toda a argumentação de Offe perde consistência, porque está baseada num pressuposto infundado. Vejamos como isso se manifesta em alguns aspectos, já que é impossível abordar todos.

Como exposto atrás, Offe faz uma diferenciação crucial entre o trabalho no setor de serviços e o trabalho produtivo no setor “secundário”. O que o autor entende por *trabalho produtivo*? É trabalho pro-

duto de quê? O texto indica que é de *produtos materiais*, ou seja, *mercadorias*, o que implica que no setor de serviços não há produção de mercadorias⁷. Por isso, ele afirma que mesmo empresas privadas desse setor não tem o lucro como seu objetivo. Ora, isso não encontra nenhuma confirmação na realidade. No setor de serviços há uma produção incomensurável de mercadorias, como ocorre, por exemplo, em empresas das áreas de comunicação, entretenimento, transporte, educação, saúde etc. Mais do que isso, todas as empresas capitalistas que atuam no setor de serviços têm como objetivo principal a obtenção do lucro, como suas congêneres de outros setores da economia. Qual é a finalidade de uma empresa capitalista que produz soja, no setor “primário”, ou de outra que fabrica automóveis, no setor “secundário”? Seria a de produzir valores de uso para saciar a fome, num caso, e para servir como meio de transporte, no outro caso, e, dessa forma, satisfazer necessidades humanas e contribuir para a emancipação da humanidade? Obviamente que não. Seu objetivo último é o lucro e a acumulação de capital. Da mesma maneira ocorre com qualquer empresa capitalista do setor de serviços. Basta pensar nos grandes conglomerados empresariais de comunicação, proprietários de redes de televisão e rádio. Uma escola, ou melhor, uma empresa capitalista de ensino não tem como objetivo produzir valores de uso – no caso, o ensino – para a formação do homem em sua plenitude, mas sim a produção e reprodução do capital. A produção do valor de uso ensino é o meio para que a empresa possa atingir sua finalidade. Escutando o depoimento de um trabalhador de uma grande Companhia Aérea da América Latina, o mesmo relata que os funcionários têm de aprender e cumprir os *dez mandamentos* da empresa, e o primeiro deles é: *o lucro acima de tudo!*

Todavia, isso diz respeito às empresas capitalistas do setor “terciário”, e não ao serviço público gratuito, no qual, evidentemente,

⁷ Parece que Offe identificou, ou melhor, confundiu “mercadorias” com “produtos materiais”, e como estes são concernentes exclusivamente ao setor “secundário”, isso o teria levado à conclusão de que “mercadorias” só podem ser produzidas nesse mesmo setor. Como aquela identificação é errônea, a conclusão também é equivocada.

não há produção de mercadorias e seu intento não é o lucro, como é o caso de escolas públicas gratuitas. O problema é que Offe não fez essa distinção, que seria crucial, e, por isso, considerou o setor de serviços como uma totalidade na qual não há produção de mercadorias e, conseqüentemente, de lucro, porque, para ele, isso é próprio apenas do setor “secundário”, o que é um grande equívoco.

Mas o problema maior não é o apontado anteriormente. O autor também não fez uma diferenciação – fundamental – entre trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital. Como ele praticamente identifica trabalho com o setor “secundário”, e como este cede cada vez mais espaço para o setor “terciário”, então conclui que o trabalho perde a centralidade na sociedade contemporânea. Ora, a existência de diferentes ocupações em distintos setores da economia não tem nenhuma importância para o capital. Para o capital importa menos se o trabalho é empregado nos setores “primário”, “secundário” ou “terciário”, nesta ou naquela ocupação, se o trabalho produz este ou aquele objeto ou mercadoria, se é ou não “produto material”. O que importa é que seja *trabalho produtivo*, quer dizer, que produza capital. Trabalho produtivo de capital pode ocorrer numa empresa capitalista de agronegócio, numa empresa industrial ou numa empresa escolar, numa empresa hospitalar ou numa empresa que presta serviço de limpeza etc.⁸ Dessa forma, desde a perspectiva do trabalho produtivo de capital, essa caracterização da economia por setores não tem importância como elemento de análise.

Por isso, se é verdade que há um crescimento do setor que produz serviços em detrimento do setor que fabrica “produtos materiais” industrializados, não se pode inferir daí que, necessariamente e por essa razão, esteja havendo um decréscimo do trabalho produtivo de capital. As evidências empíricas do primeiro fenômeno não servem como comprovação do segundo. Na verdade, o trabalho produtivo de capital

⁸ Isso não quer dizer que todo trabalho do setor de serviços seja produtivo, como já foi salientado. Mas também no setor “primário”, e até no setor “secundário” – indústria –, nem todo trabalho é produtivo.

tende a penetrar em todos os setores e ramos de atividade econômica e, portanto, a se ampliar. Ao contrário do que advoga Offe, justamente no setor de serviços encontramos comprovações empíricas incontesteáveis desse processo, como demonstram o surgimento e crescimento extraordinário de empresas capitalistas em praticamente todas as áreas desse setor nas quais se produzem mercadorias e principalmente mais-valia e capital, inclusive naquelas em que eram exclusivos ou predominavam os serviços públicos, como, por exemplo, na educação, na saúde e previdência etc.

Portanto, do ponto de vista do trabalho produtivo de capital, o argumento fundamental de Offe é inconsistente e improcedente. Por decorrência, o questionamento que faz a respeito da centralidade do trabalho também o é.

Uma vez que o objetivo do capitalismo é a produção e extração da mais-valia e a decorrente acumulação de capital, então o *trabalho produtivo de capital* não pode deixar de ser, no âmbito desse modo de produção, o fundamento objetivo determinante e, conseqüentemente, não pode deixar de ser, uma categoria analítica chave. Na realidade, como já destacado atrás, o fundamento real do sistema capitalista e, por isso, sua categoria fundamental é o *capital*, sendo o *trabalho produtivo de capital* sua forma por excelência de manifestação no que se refere ao tema do trabalho. Somente assim, com base nesses fundamentos, é possível compreender, com a devida profundidade, uma das principais contradições inerentes ao processo de acumulação de capital que é a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, investimento proporcionalmente maior em capital constante – trabalho morto – relativamente ao capital variável – trabalho vivo – e, a partir daí, articulada com outras contradições, as crises cíclicas de superprodução de capital ou, em outras palavras, a crise do trabalho produtivo de capital. No entanto, tais fenômenos não eliminam ou sequer minimizam a centralidade do trabalho produtivo de capital. Ao contrário, o capital só entra em crise

justamente porque, no modo de produção capitalista, o trabalho produtivo de capital é determinante.

Como os fundamentos principais da linha argumentativa de Offe são similares aos que são encontrados em Habermas, os problemas, insuficiências e equívocos também têm semelhanças. Por isso, da mesma maneira que ocorreu com um de seus diletos parceiros, as críticas desfechadas por Offe à contribuição teórica marxiana se mostram inconsistentes.

Tudo isso tem repercussões no debate sobre as classes sociais.

Embora tenha plena clareza de que a discussão sobre classe social é deveras difícil, complexa e polêmica, mesmo no interior do marxismo, pretendo oferecer uma pequena contribuição, tendo ciência de seus limites e precariedades.

O primeiro aspecto que gostaria de sublinhar é o fato de que classe social não é um conceito estático, assim como o de capital, e daí a importância de tratá-lo no movimento contraditório do capital. De outra parte, seria, no mínimo, problemático discutir classe social sem levar em conta a questão da consciência de classe e outros aspectos cruciais. Contudo, como é impossível nos marcos deste texto abordar, de forma satisfatória, o conceito de classe social na sua totalidade, concentrar-me-ei nos elementos constitutivos da base material, ou melhor, naqueles referentes às relações sociais de produção.

Em minha compreensão, a classe proletária não pode ser apreendida a partir das características concernentes ao trabalho concreto e ao processo de trabalho, mas sim com base na relação social de produção. Assim, do ponto de vista da "classe em si", proletariado é a classe social antagônica à classe capitalista, que, desprovida da propriedade de qualquer meio de produção, vende sua força de trabalho para aquela classe e que, ao produzir uma mercadoria, produz valor, mais-valia e capital. Ou seja, é a classe que, juntamente com a classe capitalista, compõe a relação de produção e exploração especificamente capita-

lista. Tal compreensão independe do tipo de trabalho concreto que é realizado, das ocupações profissionais dos trabalhadores, das características do valor de uso produzido e do setor de atividade econômica – um trabalhador do setor primário (campo) que produz maçã, um do setor secundário (industrial urbano) que fabrica máquinas ou um do setor terciário (serviço) que produz ensino. Também não tem nada que ver com as condições de trabalho, com o nível salarial, com características do trabalho – trabalho manual, trabalho intelectual, trabalho reflexivo ou não, trabalho menos ou mais qualificado etc. Nada disso importa, porque tudo isso diz respeito ao processo de trabalho. O conceito de classe proletária supera, pois, todos esses aspectos porque sua base é a relação de produção especificamente capitalista, na qual se realiza o trabalho produtivo de capital.

Com o propósito de buscar entender um pouco melhor essas questões, tomemos o exemplo de uma ocupação típica do setor de serviços: a de um professor.

Atualmente, os trabalhadores da educação são constituídos, em sua maioria, por trabalhadores assalariados, seja no sistema público ou privado de ensino. Por estabelecerem uma relação baseada no assalariamento, apresentam uma situação similar à de outros trabalhadores assalariados, já que a natureza da relação é a mesma. Entretanto, nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado. Isso quer dizer que existem trabalhadores assalariados, incluindo aqui professores, que estabelecem e outros que não estabelecem a relação de produção especificamente capitalista, ou seja, que são ou não produtivos. Além disso, também existem professores que exercem sua atividade sem ser assalariados e, neste caso, não são produtivos. Apesar de desempenharem o mesmo trabalho concreto, quer dizer, de executarem o mesmo processo de trabalho, os trabalhadores docentes apontados anteriormente participam de relações sociais de produção diferentes.

Para oferecer subsídios a essa discussão, apresento a seguir

quatro situações ilustrativas de “trabalhos docentes” que existem no capitalismo para que se possam verificar as relações de produção nas quais os professores estão inseridos.

Encontramos primeiramente a docência em um processo simples de trabalho, como, por exemplo, o professor que ensina seu filho a ler. Trata-se da produção de um valor de uso e não de uma mercadoria e, por isso, não houve produção de valor e nem de mais-valia, o que caracteriza esse professor como um trabalhador não produtivo.

Outra situação é a do professor que produz o ensino como um valor de troca, ou seja, como uma mercadoria que vende, como, por exemplo, um professor que ministra aulas particulares. Embora tenha produzido valor, não produziu mais-valia, uma vez que, sendo proprietário de meios de produção, não necessitou vender sua força de trabalho e, por isso, não estabeleceu uma relação assalariada, constituindo-se também como um trabalhador não produtivo.

Numa condição totalmente diferenciada, há o professor que trabalha na rede privada de ensino. Nesse caso, o professor vende sua força de trabalho ao proprietário da escola, produz uma mercadoria – ensino –, que pertence a este último, e, ao fazê-lo, produz mais-valia e, conseqüentemente, capital, o que o caracteriza como um trabalhador produtivo. Sobre isso, Marx esclarece:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação (Marx, 1984, p. 105-106).

Embora esteja considerando que nem todas as escolas privadas se constituem como empresas capitalistas, ou seja, que existem escolas privadas nas quais não ocorre a relação de produção especificamente capitalista, é necessário reconhecer, de outro lado, que as primeiras são

claramente determinantes em relação a estas últimas. Por isso, quando mencionar escola privada estarei me referindo àquelas instituições nas quais se realiza a produção de capital, confirmando o caráter produtivo do trabalho do professor.

Numa última situação encontra-se o professor de escola pública. Em minha compreensão, embora venda sua força de trabalho ao Estado, ele produz um valor de uso e não um valor de troca e, portanto, não produz valor e nem mais-valia. Como não estabeleceu a relação especificamente capitalista, não pode ser considerado um trabalhador produtivo⁹.

Partindo do princípio de que todos os trabalhadores docentes estejam submetidos à lógica capitalista, pois vivemos numa sociedade determinada por esta forma social, essas quatro situações ilustrativas do trabalho docente demonstram que todos esses professores, apesar de terem exatamente a mesma identidade no que se refere ao trabalho concreto – o trabalho de ensinar –, ou seja, executarem o mesmo processo de trabalho e produzirem o mesmo produto, estabeleceram relações de produção completamente distintas. O primeiro produziu apenas um valor de uso para si – para sua família –, o segundo produziu uma mercadoria de sua propriedade, porque lhe pertencem os meios de produção, e a vendeu. Ambos não participaram de nenhuma relação assalariada, ao contrário dos últimos dois. O terceiro estabeleceu a relação de produção especificamente capitalista, na medida em que vendeu sua força de trabalho para o proprietário da empresa escolar e, dessa forma, produziu mais-valia e, conseqüentemente, capital. Aqui se cumpriu a exploração especificamente capitalista. O quarto, apesar de ser também vendedor da força de trabalho, participou de uma relação de produção na qual não existe a produção de valor, de mais-valia e de capital. Embora estes dois últimos tenham estabelecido relações assalariadas, elas são de naturezas distintas. Dos

⁹ É importante destacar que esta compreensão do professor de escola pública como não produtivo é polêmica, mesmo entre pesquisadores marxistas.

quatro casos, apenas o terceiro é um trabalhador produtivo, embora considerando que todos produziram o mesmo valor de uso, o ensino. Supondo, para afinar ainda mais a análise, que, nos quatro exemplos, os docentes sejam professores de língua portuguesa, que trabalhem com alunos da mesma série escolar e valendo-se dos mesmos procedimentos didático-metodológicos, do ponto de vista do *trabalho concreto* ou do processo de trabalho não há nenhuma distinção entre os quatro trabalhos docentes, mas, ao contrário, há uma total identificação. Contudo, do ponto de vista das *relações de produção*, estas são de naturezas totalmente diferentes, sendo que somente o terceiro estava inserido no processo de produção de capital, o que o caracteriza como trabalhador produtivo¹⁰.

Tomando as quatro situações apresentadas anteriormente, considero que somente aquele do terceiro exemplo se constitui como proletário¹¹, porque é o único que participa da relação de produção capitalista, na qual se realiza o trabalho produtivo de capital. Os dois primeiros não o são já que nem são vendedores de força de trabalho. O quarto, professor de escola pública, apesar de ser vendedor da força de trabalho, não estabelece a relação especificamente capitalista¹². Contudo, ele, o terceiro, não é proletário por causa das características de seu trabalho concreto – ser professor – e do processo de trabalho, ou de suas condições de trabalho, ou ainda dos aspectos do produto de seu trabalho, mas sim porque é um trabalhador produtivo de capital, inserido num processo de produção de capital. Como proletário,

¹⁰ É necessário fazer um alerta: os casos que apresentei servem apenas como exemplos ilustrativos e foram usados para facilitar a compreensão, uma vez que, a rigor, um trabalhador individual ou uma categoria de trabalhadores não podem ser produtivos, pela simples razão de que o trabalhador produtivo de capital é necessariamente o trabalhador social.

¹¹ Novamente cabe um esclarecimento: somente é proletário o professor que vende sua força de trabalho para uma empresa escolar capitalista e não para uma escola privada não capitalista.

¹² Como já havia sublinhado anteriormente, tais compreensões não são consensuais. Há pensadores marxistas que entendem que todo e qualquer vendedor da força de trabalho é proletário. Nesta acepção, o professor de escola pública também seria proletário.

ele “deixa de ser” professor, “deixa de ser” categoria profissional de professores e “passa a ser” classe: classe proletária. Como classe proletária, o professor não se distingue dos outros trabalhadores proletários – por exemplo, o cortador de cana de açúcar, o metalúrgico, o programador de sistemas etc. – que estabelecem a relação capitalista de produção e produzem capital. Todos eles são um só e a mesma coisa: classe proletária. Como classe, são uma unidade. Nessa perspectiva, do trabalho produtivo de capital ou do processo de produção do capital, a unidade ocorre entre a diversidade dos processos de trabalho e de trabalhos concretos, ou seja, trabalhadores que exercem os mais variados trabalhos, com características marcadamente diferenciadoras como é o caso de um professor e de um metalúrgico, de ramos e setores de atividades tão distintos, são a mesma *classe*. Em contrapartida, o professor que trabalha numa empresa capitalista de ensino tem uma identidade com os professores das outras três situações, uma vez que, sob o ponto de vista do processo de trabalho, executam o mesmo trabalho concreto – ser professor – e, neste plano, têm a mesma ocupação e pertencem à mesma *categoria profissional* – mas não à mesma *classe*. Trata-se, aqui, da unidade do processo de trabalho e do trabalho concreto na diversidade das relações de produção. Porém, da ótica do processo de produção de capital, ou melhor, das relações sociais de produção, eles são significativamente distintos. Os dois primeiros não são proletários porque nem são vendedores de força de trabalho, o professor de escola pública, apesar de ser vendedor da força de trabalho, em minha compreensão, também não o é, sendo que somente o terceiro é proletário. Este último encontra sua identidade, como *classe*, com os outros trabalhadores proletários, e não com seus companheiros professores vinculados a outras relações de produção que não a capitalista.

Essa compreensão de classe se contrasta substantivamente daquela apresentada por Offe. De acordo com o que foi visto, ele identifica a classe proletária com o setor “secundário” e, como este diminui relativamente ao crescimento do setor de serviços, conclui que, na

atualidade do capitalismo, essa classe vem perdendo centralidade. Ora, conforme foi examinado atrás, a compreensão de classe não tem nada que ver com ocupações de setores econômicos, que são concernentes ao trabalho concreto, e sim com as relações sociais de produção. No caso do proletariado, é a classe que, juntamente com a classe capitalista, estabelece a relação de produção e exploração especificamente capitalista e, dessa forma, realiza o trabalho produtivo de capital. Sendo assim, a classe proletária não se altera em sua constituição qualitativa. É a mesma no capitalismo do século XIX e no período contemporâneo, como em qualquer forma capitalista. Contudo, há uma alteração de ordem quantitativa, ou seja, como há uma visível tendência de ampliação das relações de produção capitalistas por todos os setores e ramos da economia, ela tende a se ampliar na mesma proporção. Sendo assim, embora possa ser verdade que o setor de serviços cresça proporcionalmente a uma diminuição do trabalho no setor “secundário”, a classe proletária tende a crescer, ao contrário do que afirmou Offe. Não se trata apenas de um aumento numérico; é mais que isso. Como a produção e a reprodução do capital ocorrem somente na relação de produção capitalista, o proletariado não pode deixar de ser uma classe fundamental, diferentemente do que asseverou Offe, uma vez que ela é, no âmbito dessa relação, a *única* fonte de produção de mais-valia e de capital.

Por isso, se o trabalho – leia-se trabalho produtivo de capital – e a classe proletária perdessem centralidade, ou melhor, deixassem de ser determinantes na forma contemporânea do capitalismo, como defenderam enfaticamente Offe e Habermas, então o capital deixaria de ser central e determinante, o que significaria, em última instância, a morte do capitalismo. Ora, o enterro do capitalismo é o desejo e a finalidade da produção teórica e da luta política de todo marxista, a começar por Marx. O problema é que a realidade desmente, de maneira incontestável, as teses de Offe e Habermas, o que é lamentável para os marxistas, já que o desenvolvimento do capitalismo conduz a uma ampliação e a um fortalecimento do capital, quer dizer, das relações

de produção e exploração especificamente capitalistas, recrudescendo, assim, as contradições que lhe são inerentes e os problemas econômicos e sociais daí advindos, o que recoloca na ordem do dia aquilo que para Habermas e Offe seria dispensável: a necessidade de uma revolução anticapitalista

4

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NA VIRADA DO MILÊNIO¹

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica de largo alcance com a finalidade de montar um painel da produção investigativa a respeito da reestruturação produtiva no Brasil na virada do século XX para o século XXI, e, dessa forma, buscar apreender, a despeito de todos os limites, como vem se conformando tal fenômeno neste país e, ao mesmo tempo, empreender uma análise crítica da referida bibliografia.

O levantamento bibliográfico atingiu um universo de aproximadamente duas centenas de títulos, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento correlatas: sociologia, notadamente a sociologia do trabalho, economia do trabalho, economia política, administração de empresas, educação e trabalho, engenharia. A amostra selecionada para leitura e análise atingiu cerca de noventa textos² e foi feita de acordo com os seguintes critérios: pertinência e consistência do conteúdo e representatividade das várias áreas do conhecimento.

Analisar o processo de reestruturação produtiva no Brasil é uma tarefa difícil e de grande envergadura, por diversas razões, mas especialmente por causa das características do próprio processo, assim como dos estudos que dele se fazem. A esse respeito, assim se manifesta Cattani (1995, p. 11):

¹ Esta é uma versão, com algumas alterações, do artigo publicado, com um título um pouco diferente, na revista *Educação & Sociedade*, v. 22, n. 77.

² A relação desses textos está contida nas referências, no final do livro.

como ocorre em outras áreas, a compreensão de um determinado fenômeno é dificultada por dois tipos de problemas. O primeiro diz respeito à complexidade intrínseca do objeto de conhecimento que, no caso do Processo de Trabalho e das Novas Tecnologias, é imenso devido à rapidez e à diversidade das mudanças. O segundo problema concerne à dispersão de fontes e sua socialização limitada. Os dados e estudos não só são escassos, como também aqueles existentes não são facilmente encontráveis. Esforços de anos são materializados em relatórios, dissertações e teses que permanecem engavetados ou acessíveis a poucos. Artigos importantes são publicados em inencontráveis periódicos, análises e informações preciosas permanecem dispersas num sem número de publicações.

A reestruturação produtiva no Brasil segundo os pesquisadores

Dados os limites postos, a pesquisa bibliográfica não poderá ser apresentada no seu todo neste texto. O objetivo é o de expor, em forma de tópicos, as conclusões e ao mesmo tempo fazer uma avaliação crítica da produção bibliográfica. É o que se segue.

- Os resultados das pesquisas apontam que, sob diversos aspectos, o único consenso é o *dissenso*. Em outras palavras: não é possível encontrar, pelo menos dentro dos parâmetros teórico-metodológicos dos referidos estudiosos, nenhuma homogeneidade e nenhum padrão único ou mesmo determinante no que se refere a vários aspectos dos processos de trabalho: introdução de novas tecnologias, organização e gestão do trabalho, qualificação/desqualificação etc. Tendo como base as pesquisas realizadas, é possível afirmar que a marca distintiva do chamado processo de reestruturação produtiva no Brasil é a *heterogeneidade generalizada*, que ocorre não só entre as empresas, mas também no interior delas. Por esta razão parece difícil estabelecer comparações e conexões entre as diversas partes díspares desse mosaico.

- No que diz respeito às relações de trabalho e às relações com as organizações sindicais, constata-se, ao contrário, uma *congruência*. Praticamente todas as pesquisas que as tinham como objeto de investigação apontam a ocorrência da intensificação do ritmo de trabalho e da diminuição dos postos de trabalho e, ao mesmo tempo, uma busca das empresas no sentido de afastar e neutralizar a ação sindical, valendo-se de diversos mecanismos, desde a proposta de *participação controlada* dos trabalhadores até a perseguição e mesmo demissão sumária dos ativistas sindicais. Algumas pesquisas indicam, também, uma tendência de diminuição do preço do salário.

- Mesmo se referindo a fenômenos iguais ou similares, os pesquisadores têm variadas interpretações e, por isso, não extraem, necessariamente, conclusões semelhantes.

- De uma maneira geral, a utilização de processos de trabalho tão diversificados tem surtido bons resultados para as empresas em termos de produtividade, competitividade e, portanto, lucratividade.

- A quase totalidade das pesquisas foi realizada através de estudos de caso, em uma e às vezes em um grupo de empresas, cujos resultados são apresentados em textos que, em sua maioria, não passam de *relatos descritivos* dos processos de transformação por que passam as empresas pesquisadas e, via de regra, não empreendem análises de maior fôlego³.

- Quanto à posição dos autores em relação aos processos de reestruturação, é possível detectar, grosso modo, três posturas: um grupo que simplesmente descreve os processos e não manifesta nenhuma posição; outro, de pequeno porte, que se declara favorável e, geralmente, tem uma visão entusiasta; e, finalmente, um conjunto de pesquisadores que tece críticas (nem sempre concordantes entre si) sobre vários aspectos da reestruturação produtiva no Brasil e, por conseguinte, manifesta desejo de que ela seja diferente, beneficiando a todos; sentimento este

³ Isso pode explicar a existência de uma quantidade significativa de pequenos artigos, alguns até com uma página e meia, publicados, inclusive, em revistas reconhecidas em suas respectivas áreas.

que, em geral, vem expresso nos últimos parágrafos de seus textos. Dessa forma, tendo uma postura crítica, boa parte dos autores deste último grupo considera que, no Brasil, se configura um processo de *modernização conservadora*.

- É possível averiguar que tanto as pesquisas quanto as análises dos estudiosos ficaram *circunscritas aos processos de trabalho*. Mesmo os autores que buscaram fazer uma discussão um pouco mais elaborada e até aqueles que ousaram levantar críticas – a maioria deles –, o fizeram dentro desse mesmo parâmetro.

Esse diagnóstico, pelo menos em vários aspectos, é compartilhado pelos estudiosos que se debruçaram e buscaram analisar a produção bibliográfica – ou parte dela – acerca da temática em voga.

Ferretti et al. (1994), organizadores do seminário *Trabalho e Educação*, realizado em 1992⁴, com a participação de reconhecidos pesquisadores de diversas áreas afirmam que um dos principais consensos entre os textos apresentados, amplamente ancorado em resultados empíricos, foi “a constatação da existência de uma enorme heterogeneidade de situações na implementação de processos de modernização” (Ferretti et al., p. 9). Asseveram ainda que,

no Brasil, na opinião de diversos autores, o que estaria acontecendo mesmo seria a ampliação do leque de heterogeneidade da já diversificada estrutura produtiva brasileira, herdada da superposição de modelos diferentes, superposição essa intensificada a partir da década de 50. Seria, em outros termos, uma “nova” heterogeneidade que estaria se sobrepondo à já existente (Ferretti et al., 1994, p. 10).

Talvez seja por causa disso, vale dizer, da *nova* heterogeneidade que se sobrepõe à *velha*, que um dos comentadores do referido seminário chega a afirmar que, “no caso do Brasil, vimos nos últimos anos muito mais um processo de desestruturação do que propriamente de reestruturação” (Oliveira, 1994, p. 214).

⁴ Os textos do seminário deram origem ao livro *Novas tecnologias, trabalho e educação. Um debate multidisciplinar* (Ferretti et al., 1994).

Defendendo a posição segundo a qual se delinea um *novo paradigma produtivo* no Brasil, Gitahy (1992) reconhece que “a discussão, tanto no que se refere à natureza do novo modelo, como o seu grau de difusão e quanto às suas implicações sociais, está longe de contar com o consenso dos estudiosos” (Gitahy, 1992, p. 19), pois poder-se-ia apresentar uma lista de pesquisas

que apontam para a existência de um grande número de empresas dos mais diversos tamanhos, setores e regiões em processo de reestruturação inspirados principalmente no modelo japonês. Como contrapartida, provavelmente poderíamos listar outro grande número de pesquisas, descrevendo a hegemonia do taylorismo-fordismo nas empresas estudadas (Gitahy, 1992, p. 58).

Pelo menos neste aspecto, Cattani (1995) está de acordo com Gitahy. Na condição de coordenador de uma das mais completas pesquisas bibliográficas a respeito dos processos de trabalho e das novas tecnologias⁵, o autor observa que

a extraordinária produção sobre o processo de trabalho no Brasil ao longo da década de 80, com ênfases variadas, aponta para o caráter contraditório da inovação tecnológica, num quadro de relações de trabalho conservadoras e de movimento sindical sob tutela do Estado. O que transparece nos resultados da pesquisa é que as transformações são feitas de forma irregular e contingente e que o controle capitalista raramente é ameaçado. O despotismo permanece mesmo naquelas situações de aparente transformação do paradigma fordista (Carvalho, 1990). O aperfeiçoamento das relações de trabalho foi parcialmente atingido apenas nas empresas nas quais os sindicatos são fortes e conseguem desenvolver ações autônomas. Para a década de 90, essas conclusões precisam ser revistas. Apesar da crise, a economia brasileira tem revelado um surpreendente dinamismo. Mais do que a introdução de novas tecnologias físicas, o que se observa é a acelerada adoção de tecnologias de gestão. De

⁵ O autor apresenta uma evolução histórica da produção no âmbito da sociologia do trabalho em diversos países, e sua influência no Brasil. Vide Cattani (1995, p. 16 e ss.)..

forma criativa, o empresariado tem adaptado as diferentes estratégias de organização, compondo um heterogêneo, caótico, porém efetivo “paradigma de flexibilização”. Por contraditório que possa parecer e sem configurar uma mítica polarização, o reforço do fordismo (Carvalho, 1990) é concomitante à extensão de técnicas japonesas e às demais novidades “humanistas”, holistas, Teoria Y, GSA, e, mais recentemente, às múltiplas facetas da reengenharia (Cattani, 1995, p. 26).

Para ele,

os resultados dessa convivência são bastante claros: segmentação e diversificação dos trabalhadores e ampliação limitada e seletiva do mercado de trabalho. Em resumo, desigualdade crescente, mesmo com uma possível retomada do crescimento econômico (Cattani, 1995, p. 26-27).

Com relação às características da referida literatura, Cattani constata que, de um modo geral, as pesquisas são baseadas em estudos de caso, o que acarreta alguns problemas, tendo em vista que

os dados são habitualmente dispersos e não comparáveis. Estudos de caso, por vezes, esgotam-se em si mesmos⁶. Os exemplos internacionais não podem ser transpostos para o caso brasileiro. A rapidez das mudanças e a falta de levantamentos estatísticos confiáveis dificultam as análises mais amplas (Cattani, 1995, p. 10).⁷

Mesmo reconhecendo que a estratégia dos estudos de caso é o caminho necessário para fundamentar estudos mais abrangentes, e que os dados e informações já disponíveis sejam insuficientes, o autor afirma que “deve haver um esforço de análise que dê conta das tendências gerais ou, pelo menos, que defina melhor a articulação dos casos

⁶ O autor afirma que “os limites desses trabalhos decorrem da especificidade das empresas e dos processos analisados em setores de ponta, regionalmente localizados, e com características não comparáveis com os demais” (Cattani, 1995, p. 26).

⁷ O autor aponta, ainda, alguns limites, ao averiguar que os pesquisadores têm escolhido determinados setores econômicos em detrimento de outros, concentrando-se, basicamente, no setor industrial e, nesse, no ramo metal-mecânico.

isolados com os processos gerais” (Cattani, 1995, p. 29).

Indo na mesma direção e insistindo nesse ponto, Rattner (1994) afirma que

não pesquisamos apenas para acrescentar mais um ponto às evidências empíricas já existentes. Em certos momentos, há necessidade de se fazer uma espécie de resumo e perguntar o que a sociedade fará com esses resultados. Isto, me parece, *não pode ser inferido apenas a partir das descrições*. É necessário também fazer algumas inferências e deduções e, se não for possível tirar conclusões, pelo menos fazer projeções ou extrapolações dessas tendências, para nos situarmos dentro do processo histórico (Rattner, 1994, p. 81, grifo do autor).

Por essa razão, depois de fazer uma avaliação da produção investigativa acerca dos processos de trabalho e das novas tecnologias e demonstrar seus contornos e limites, Cattani faz um alerta, asseverando que

o mundo do trabalho precisa ser sacudido por uma teoria crítica radical. Repetem-se *ad infinitum* estudos que, embora bem intencionados, ficam na superfície dos fatos, na revelação do óbvio ou na ambiguidade dos balanços dos aspectos positivos e negativos sem posicionamentos mais explícitos. O exemplo mais flagrante desse desperdício de esforços são as análises sobre a relação tecnologia-emprego e sobre a qualificação-desqualificação da força de trabalho. Baseados em estudo de caso, inúmeros autores progressistas se iludem sobre as reais tendências do capitalismo, pois tomam dados isolados que não revelam a lógica inexorável. O capitalismo não gera empregos suficientes e, menos ainda, promove a qualificação generalizada. Esses não são seus objetivos e só se realizam em circunstâncias ocasionais, para atender necessidades pontuais da reprodução (Cattani, 1995, p. 38).

Esboço de análise crítica

Uma teoria crítica radical, conforme reivindica Cattani, pode começar a ser esboçada a partir de uma análise crítica das pesquisas que têm sido realizadas no Brasil que busque evidenciar os limites explicativos dos referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos diversos investigadores, com relação à realidade que se vem constituindo. Observando o conjunto de pesquisas que tem estudado o processo de reestruturação produtiva no Brasil, tem-se a impressão, se olharmos numa perspectiva geral e panorâmica, que se configura uma *situação caótica* – daí, provavelmente, o comentário de um dos pesquisadores (cf. Oliveira, 1994, p. 214) de que parece muito mais um processo de desestruturação do que propriamente de reestruturação –, o que praticamente inviabilizaria o estabelecimento de relações e parece dificultar sobremaneira a apreensão do referido fenômeno. Por que os empresários têm lançado mão de mecanismos e processos de trabalho tão diversificados entre si e, inclusive no interior das empresas? Trata-se de uma *desestruturação* produtiva, de uma espécie de *desordem* ou, ao contrário, de uma determinada *ordem*? Existiria nesse caos, nessa *desordem*, alguma lógica? Seria possível estabelecer alguma relação entre a heterogeneidade na introdução das inovações tecnológicas e das novas formas de gestão do trabalho e a homogeneidade no que se refere à intensificação do ritmo de trabalho e à tentativa de neutralização da ação sindical, ou isto é apenas uma casualidade? Essas questões não foram objeto de discussão da imensa maioria dos autores que pesquisaram as transformações produtivas no Brasil e creio que, no âmbito de seus respectivos aportes teórico-metodológicos, tais questões não poderiam ser satisfatoriamente tratadas, tendo em vista que, via de regra, suas pesquisas se circunscreveram à análise dos processos de trabalho.

De fato, em que pese sua reconhecida contribuição, o balanço da produção bibliográfica acerca da reestruturação produtiva no Brasil, demonstra que a análise desenvolvida por quase todos os pesquisadores, mesmo os que lhe fazem críticas pontuais, se restringe ao processo de

trabalho, não levando na devida consideração os elementos fundantes e, principalmente, as contradições da acumulação capitalista; procedimento similar ao que identifiquei nos estudiosos do chamado modelo japonês (cf. Tumolo, 1997a, p. 341). Para que tal limite teórico-político seja superado, torna-se imperioso compreender o processo de reestruturação produtiva no Brasil no bojo do novo padrão de produção capitalista que começa a tomar feição por volta do início dos anos 1970.

Não cabe aqui uma análise pormenorizada desse padrão de acumulação de capital. O que importa sublinhar é que tal padrão representa não só a busca de superação do modelo keynesiano-fordista, mas principalmente, a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação⁸ que precede o processo recessivo de 1973. Nesse sentido, apesar de suas substanciais diferenças, esse novo padrão busca alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, qual seja, a superação da crise e a decorrente continuidade da acumulação capitalista, sob um novo patamar, principalmente através do *incremento no grau de exploração da força de trabalho*.

Com relação aos períodos anteriores, é essa mesma tese, em linhas gerais, que está contida nas análises feitas por Marx, especialmente nos capítulos XI a XIII de *O capital* (Marx, 1983a), que abrangem desde a cooperação simples até a maquinaria e grande indústria passando pela manufatura, e por Braverman em sua obra *Trabalho e capital monopolista* (Braverman, 1987) que investigou o período taylorista-fordista. Nesses reconhecidos textos clássicos, os autores fizeram uma análise primorosa acerca do desenvolvimento capitalista, em suas diversas fases, dissecando as formas por intermédio das quais o capital foi se constituindo historicamente e, no seu movimento contraditório, sintetizado pela contradição de classe que é sua contradição funda-

⁸ A maioria dos autores consideram-na como *crise do petróleo*, em decorrência do aumento dos preços deste insumo. Em minha avaliação, embora tenha características particulares que a distinguem de outras, trata-se essencialmente de uma crise típica de *superprodução de capital*, sendo o *choque do petróleo* apenas uma de suas manifestações aparentes. A respeito desta questão veja a análise, fundada em abundância de dados empíricos, desenvolvida por Mandel (1990).

mental, foi engendrando formas de intensificar a exploração sobre a força de trabalho. Em seu processo de desenvolvimento, o capital tem de lidar com um conjunto de contradições geradas pela articulação de, entre outros, dois elementos básicos: a concorrência intercapitalista e a luta antagonica com a classe trabalhadora.

Por causa da concorrência, que é um elemento inerente a esse modo de produção, os capitalistas – desde os capitalistas individuais até os grandes conglomerados globais – são constrangidos a fazer investimentos proporcionalmente maiores em capital constante em relação ao capital variável, o que diminui o valor unitário das mercadorias produzidas, proporcionando àqueles que primeiramente assim o procedem uma condição favorável, mesmo que momentaneamente, na concorrência do mercado e, ao mesmo tempo, permitindo-lhes auferir, durante um certo tempo, um lucro extra. Estas condições favoráveis são anuladas tão logo outros capitalistas implementam as mesmas – e até outras – inovações, o que gera uma diminuição generalizada do valor unitário das mercadorias e, portanto, de seu valor, neutralizando aquelas vantagens obtidas pelos primeiros. Todavia, o processo se reinicia de forma constante e ininterrupta, o que acaba por gerar uma contradição inerente à acumulação capitalista, qual seja, uma tendência à queda da taxa de lucro, mesmo que a massa de lucro possa até aumentar. Tal fenômeno pode ser melhor apreendido através do que se segue: 1. como a taxa de lucro é resultante da relação entre a mais-valia e a soma do capital constante e variável; 2. como a mais-valia e, por decorrência, o lucro, só podem ser produzidos pela força de trabalho, ou seja, pelo capital variável e nunca pelo capital constante; e 3. como há uma necessidade de investimento cada vez maior em capital constante em relação ao capital variável, ou seja, um aumento da composição orgânica do capital; resulta daqui uma queda tendencial da taxa de lucro que, evidentemente, não ocorre de maneira uniforme, e que se constitui como um dos elementos centrais das crises capitalistas. Dessa forma, é possível perceber que, se de um lado o aumento da composição orgânica do capital encaminha soluções para os capitalistas no que diz respeito

à concorrência intercapitalista, de outro, causa problemas no processo de acumulação do capital, na medida em que provoca uma tendência de queda da taxa de lucro, cujo desdobramento mais grave é a eclosão das crises cíclicas de superprodução de capital⁹.

Por sua vez, é no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, que o capital engendra a solução, mesmo que precária e temporária, para a contradição descrita acima, basicamente através da destruição parcial do capital acumulado, vale dizer, tanto capital constante, como variável. Destruição de capital constante significa aumento da capacidade ociosa das empresas, diminuição generalizada do valor e até eliminação de empresas e mercadorias, falência de algumas empresas e absorção destas por outras etc., e destruição de capital variável implica o rebaixamento de salários, aumento da taxa de desemprego e do “exército industrial de reserva”, fome, miséria etc., o que propicia uma intensificação da exploração da força de trabalho – que é o principal segredo da retomada do crescimento e da continuidade da acumulação capitalista –, aguçando, assim, a luta antagônica entre as classes sociais fundamentais. A crise de 1972/73, e sua conseqüente recessão, podem ser consideradas como um dos exemplos mais importantes no período recente, pois representam não só a solução e, por conseguinte, a continuidade do processo de acumulação em seu movimento cíclico, como também demarcam a crise do modelo fordista-keynesiano – o que não significa, em absoluto, a sua eliminação – e, por esta razão, a necessidade de o capital gestar e construir um novo padrão de acumulação.

Os novos processos de trabalho que aí começam a se desenvolver, tão em voga na atualidade e cuja expressão mais conhecida na segunda metade do século passado foi o chamado modelo japonês, nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora,

⁹ A respeito dessas intrincadas questões, Marx tece uma minuciosa análise em vários capítulos de *O Capital* (1983a). Meu objetivo não é o de fazer uma análise aprofundada delas, mas, tão somente, trazê-las à tona de forma resumida.

vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnico-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica *político-econômica*. Nesse sentido, as empresas capitalistas têm procurado implantar os mais variados processos de trabalho – inovações tecnológicas articuladas com novas formas de organização e gestão do trabalho –, inclusive misturando características dos diversos “modelos”, com o objetivo de intensificar a exploração sobre a força de trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem *conquistar suas mentes e corações*, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aquelas de cunho mais combativo. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um “padrão produtivo” único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas e nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas buscam, como sempre fizeram, a combinação mais adequada de “modelos produtivos”, de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores etc. – com o propósito de atingir os objetivos supra expostos.

Portanto, na chamada era da globalização, os diversos processos de trabalho são sempre particulares a determinados países ou regiões, empresas e até seções ou ilhas dentro de empresas e, neste plano, balizado analiticamente pela categoria de *trabalho concreto*, não é possível encontrar uma identidade entre eles. Tal identidade só pode ser desvendada no plano da totalidade, quando se considera que os processos de trabalho estão subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista, tendo como base as categorias analíticas de *trabalho abstrato* e *trabalho produtivo de mais-valia e capital*. Dessa maneira, se torna compreensível a razão pela qual os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, qual seja, encontrar as formas históricas mais adequadas para aumentar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a *unidade na diversidade*.

de dos processos de trabalho. Trata-se, por conseguinte, da *ordem do trabalho* subordinada à *ordem do capital* e não da *desordem do trabalho* como vêm defendendo vários autores¹⁰. Sob a ordem do capital, a ordem do trabalho não pode ser outra senão a necessária busca das formas mais eficientes de explorar a classe trabalhadora. Por essa razão, o processo de reestruturação produtiva no Brasil não pode ser caracterizado, conforme vêm fazendo muitos de seus estudiosos que até têm uma postura crítica, como o de uma *modernização conservadora*, na suposição de que existiria uma “*modernização progressista*” em favor dos trabalhadores e do conjunto da sociedade¹¹. Tais estudiosos assim o consideram porque suas pesquisas evidenciaram que a modernização produtiva no Brasil tem resultado num processo de degradação do trabalho em todos os seus aspectos. Ora, essa é a *lógica do trabalho* subsumida pela *lógica do capital*. Toda modernização produtiva do capital tem a finalidade de conservar, preservar e ampliar a acumulação capitalista baseada na exploração da força de trabalho e, nesta acepção, toda modernização do capital é conservadora. Por isso, não tem consistência a ideia de uma suposta “*modernização progressista*” no âmbito da *ordem do capital*. Aliás, tais adjetivos são inapropriados, uma vez que se trata de uma *modernização capitalista*, sem qualquer adjetivação. Sobre essa questão, ao comentar criticamente o conceito de *modernização conservadora* utilizado por Leite (1994) e por muitos outros autores, como já foi visto, Rattner (1994) assim se manifesta:

Ora, me parece que todas as modernizações importantes no último século foram conservadoras. Afinal, a modernização

¹⁰ A *desordem do trabalho* é o título e, ao mesmo tempo, a tese central do livro de Mattoso (1995). Com pequenas diferenças é a concepção também partilhada por Cano (1995).

¹¹ A esse respeito, Cattani afirma que “nas suas formas e estratégias ‘pós-modernas’, o capitalismo apenas confunde o cientista social, que vê, nas formas de gestão e na qualificação *parcial*, avanços que beneficiarão o conjunto da sociedade. Esquece assim que, para se reproduzir, o capitalismo necessita da desigualdade, da marginalização e da exclusão. As velhas e novas tecnologias são elementos de diferenciação social, e diferenciação significa desigualdade, fragmentação e fragilidade dos produtores diretos que, assim, podem ser facilmente agenciados para atender aos interesses do capital (Cattani, 1995, p. 38-39).

do Japão não tinha nada de revolucionária. Era conservadora, no sentido de manter as relações de poder existentes dentro da sociedade. Por sinal, conseguiram isso muito bem. Da mesma forma, a modernização da estrutura da Alemanha, iniciada por Bismark, no final do século passado, foi extremamente conservadora e levou às contradições que desembocaram no nazismo e na Segunda Guerra Mundial. Temos que manter esses aspectos em mente quando discutimos esses problemas porque, se não, deixamos implícito que existiria alguma forma de modernização revolucionária, dentro do marco jurídico-político capitalista, que não se sabe muito bem onde poderia ter ocorrido (Rattner, 1994, p. 79).

Dessa forma, levando em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre si, a busca do incremento da exploração da força de trabalho é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde os seus primórdios, na cooperação, até o keynesiano-fordista e o padrão que daí vem se originando.

No caso do Brasil, tal fenômeno e a decorrente degradação do trabalho vêm se realizando, no período recente, através da combinação de um conjunto de mecanismos, dentre os quais se destacam: intensificação do ritmo de trabalho, diminuição dos postos de trabalho e, conseqüentemente, aumento do desemprego, o que ocasiona um incremento substantivo da produtividade, concomitante com um processo de diminuição do valor médio da força de trabalho. Além das pesquisas já anunciadas anteriormente, várias outras vêm demonstrando, com profusão de dados, a ocorrência desses fenômenos.

Balizados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) da Fundação IBGE, Cacciamali & Bezerra (1997) demonstram que, entre 1990 e 1995, a indústria brasileira

diminuiu em mais de um quarto o pessoal ocupado e as horas pagas na produção. Essa tendência é confirmada por outras fontes de informação, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da mesma fundação, que mostra a ocupa-

ção industrial perdendo participação relativa na estrutura de emprego das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras. No período compreendido entre 1985 e 1990, o emprego industrial médio foi da ordem de 25%, passando a representar apenas 20% entre 1991 e 1995. A intensidade dessa mudança difere entre as regiões, atingindo de forma mais direta, como seria de se esperar, as áreas mais industrializadas do país. Em São Paulo a diminuição do emprego industrial atingiu 7,3% pontos percentuais no período [...] (Cacciamali & Bezerra, 1997, p. 15).

Os autores observam que, a partir de 1992, depois da recessão do Plano Collor, quando caiu a produção industrial ao mesmo tempo em que houve uma queda vertiginosa no número de pessoas ocupadas e nas horas pagas, a produção industrial voltou a crescer, “mas o emprego da mão de obra, não. Nesse caso prevaleceu o uso mais disseminado das inovações que excluem o trabalhador do processo de produção nas fábricas” (Cacciamali & Bezerra, 1997, p. 31).

Por outro lado, enquanto cai acentuadamente o número de empregos,

os ganhos acumulados entre 90 e 95 para a indústria de transformação são cerca de 48% quando observada a relação entre a produção industrial e o número de horas pagas na produção! (Cacciamali & Bezerra, 1997, p. 16).

Depois de apreciar os indicadores industriais relacionados à produção e emprego, os autores concluem que “fica clara a correlação entre a evolução da produtividade e a queda do nível de emprego entre 1990 e 1995 para quase todos os gêneros da indústria brasileira” (Cacciamali & Bezerra, 1997, p. 32).

Analisando e comparando os indicadores da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) e da Pesquisa Industrial Mensal – Dados Gerais (PIM-DG), ambas do IBGE, e os dados de uma pesquisa do BNDES, CNI e Sebrae, com 1.356 empresas dos mais distintos portes e setores, Salm et al. (1997) chegou à mesma constatação que

Cacciamali & Bezerra, tendo em vista que

houve efetivamente forte crescimento da produtividade na primeira metade dos anos 90 e que tal comportamento está associado à introdução de um conjunto amplo de métodos de gestão da produção voltados para o aumento da competitividade das empresas. Isso explicaria a convivência de altas taxas de crescimento da produtividade com baixas taxas de investimento em capital fixo (Salm et al., 1997, p. 52-53).

Com o intuito de contribuir para a identificação e o entendimento da componente tendencial do desemprego aberto no Brasil, ou seja, do desemprego estrutural, Portugal & Garcia (1997) avaliam os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE e chegam à conclusão que, “a partir do final da década de 80 e início da década de 90, existe um aumento do desemprego estrutural no Brasil” (Portugal & Garcia, 1997, p. 68).

Baltar et al. (1996) fazem um estudo a respeito do mercado de trabalho e da exclusão social no Brasil e demonstram que, a partir dos anos 90, se configura um quadro macroeconômico que leva as empresas a adotar “políticas defensivas de reestruturação”, que tem implicado em devastadora eliminação de postos de trabalho. Para eles,

o padrão de desenvolvimento pós-30, fundado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social eram frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada. A crise daquele modelo de desenvolvimento e, mais recentemente, das políticas liberais adotadas tem feito emergir uma nova forma de pobreza, que tem como foco a expulsão de massas de trabalhadores dos segmentos industriais e não-industriais urbanos mais estruturados (Baltar et al., 1996, p. 106).

Baseados nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Estado de São Paulo, Baltar & Proni (1996) fazem uma análise da rotatividade da força de trabalho e da estrutura salarial do emprego

formal e descobrem que, ao contrário do que se vem afirmando, as relações de trabalho se caracterizam pela flexibilidade e não pela rigidez, tendo em vista que, para grande parte do emprego formal, o vínculo de trabalho tem curta duração, transformando o operário brasileiro num trabalhador temporário. Para eles, “na prática, a regulamentação do trabalho no país não garante estabilidade no emprego e permite alta flexibilidade para o empregador contratar, usar, remunerar, e dispensar trabalhadores” (Baltar & Proni, 1996, p. 141), o que acarreta graves efeitos sobre a estrutura salarial e sobre a qualificação da força de trabalho.

Segundo os pesquisadores,

desde 1980, o mercado de trabalho no Brasil tem apresentado uma proliferação de empregos fora do círculo dos estabelecimentos organizados e que não envolvem a assinatura da carteira de trabalho. A década de 1990 trouxe um agravamento da situação, na medida em que a abertura da economia favoreceu uma redução absoluta do emprego formal na indústria de transformação e na construção civil. Desse modo, não se trata apenas dos efeitos da estagnação econômica sobre o mercado de trabalho, mas do começo de uma reestruturação da economia que tem afetado a capacidade de geração de empregos. Essas mudanças, especialmente a diminuição do peso do emprego formal, podem inclusive ser interpretadas como um indício de uma tendência para uma maior desagregação da estrutura socioeconômica nas regiões mais desenvolvidas do país (Baltar & Proni, 1996, p. 141).¹²

Mesmo reconhecendo que não se trata de uma comprovação definitiva, a análise acerca da reestruturação produtiva no Brasil sob a égide do capital, com base nas inúmeras pesquisas realizadas, apresenta indícios claros de recrudescimento da degradação do trabalho no Brasil no final do século XX e início do século XXI, como resultado necessário

¹² Indo na mesma linha, Santos & Pochmann (1996) e Santos (1996) comprovam que o custo do trabalho no Brasil é um dos mais baixos do mundo, e Manzano (1996) demonstra que os dispêndios com a demissão de trabalhadores no Brasil não representam ônus significativos para os empresários.

do processo de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, que, conforme procurei demonstrar, se configura como característica determinante do novo padrão de acumulação de capital. Isso significa uma tendencial redução nas possibilidades de implementação de propostas alternativas por dentro da ordem capitalista e implica, para a classe trabalhadora e para aqueles que com ela se identificam, a necessidade urgente da retomada da luta pela superação desta ordem. Provavelmente nunca a insígnia marxiana foi tão presente e premente: *pelo fim do trabalho assalariado!*

5

A TRAJETÓRIA DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) DO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Agosto de 1983. Cinco mil e cinquenta e nove delegados, representando novecentas e doze entidades do movimento operário-sindical brasileiro, contando com a presença de convidados internacionais, reunidos em São Bernardo do Campo – SP no I CONCLAT/83 (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) formalizam a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. É verdade que a rica história do movimento operário-sindical no Brasil remonta à segunda metade do século XIX – a primeira greve, dos gráficos, data de 1858 –, acompanhando o incipiente processo de industrialização no Brasil, passa pela virada do século, quando surgem os embriões de sindicatos, e desemboca na criação das centrais sindicais, desde a Confederação Operária Brasileira (COB), criada em 1906, sob hegemonia dos anarcossindicalistas até o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de 1962, com a participação do Partido Comunista¹. Também é verdade que a CUT não é a única central sindical na atualidade, convivendo e buscando se diferenciar de outras centrais. Entretanto, é possível afirmar que, por razões históricas, a CUT se constituiu na mais rica, profícua e impor-

¹ Sobre a história do movimento operário-sindical no Brasil, vide, entre outros: Telles (1981); Frederico (org.) (1991); Carone (1979 e 1989); Vianna (1989); Antunes (1980 e 1990); Lopes (1986); Canêdo (1988); Rezende (1986); Gianotti (1988); e 13 de Maio – NEP (1988).

tante experiência do movimento operário-sindical no Brasil², tornando-se a principal referência sindical da atualidade no país.

O objetivo deste texto é o de, primeiramente, apresentar um breve histórico do processo de gestação e nascimento da CUT para, a partir daí, desenvolver uma análise de sua trajetória política desde esse período, calcada na leitura dos principais estudiosos desta temática, assentando as bases para que se possa, num segundo momento, examinar alguns elementos analíticos acerca da relação entre a constituição do novo padrão de acumulação de capital, suas consequências no mundo do trabalho e o movimento sindical cutista.

O nascimento da CUT

Embora durante a vigência do período “mais duro” do regime militar tenham sobrevivido somente os sindicatos e respectivas diretorias sindicais diretamente controlados pelo regime, pode-se identificar, a partir de certo momento, a emergência de, pelo menos, duas novas grandes forças no movimento sindical: *as oposições sindicais*, cuja maior expressão foi a dos metalúrgicos de São Paulo, e o *novo sindicalismo*, tendo como nascedouro a *experiência de São Bernardo*. Tratando dos dirigentes sindicais considerados “pelegos”, sintonizados com o regime militar, Sader (1988) assinala que, “alimentados pelo imposto sindical e sem a presença desestabilizadora de mobilizações conflitivas nas bases fabris, esses dirigentes atuam como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais” (Sader, 1988, p. 179-180). Entretanto, continua o autor,

a situação foi diferente nas categorias onde os conflitos fabris localizados geraram pressões mais contundentes sobre

² Esta tese é partilhada por praticamente todos os estudiosos do movimento sindical recente no Brasil. Sobre as origens e a história da CUT, as principais obras são: Rodrigues I. J. (1993); Rodrigues L. M. (1990 e 1991); Antunes (1995b); 13 de Maio – NEP (1988); Sader (1988); Lopes Neto (1993); Rodrigues L. M. et al. (1991); Costa (1995); Sandri (1990) além dos documentos da CUT.

os próprios sindicatos. Nestes casos, ou a mobilização fabril foi a base de oposições que se lançaram contra direções sindicais acomodadas (como entre os metalúrgicos da capital) ou as direções sindicais absorveram a inquietação das bases e operaram uma ‘transformação de dentro’ na prática sindical (como em São Bernardo). Aí tivemos a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados (Sader, 1988, p. 180).

Depois de um período de silêncio brutalmente imposto pela ditadura militar, as greves começam a ressurgir em várias regiões do país e em diversos setores econômicos a partir da segunda metade dos anos 70 do século passado e, sem dúvida, as mais expressivas são aquelas dos metalúrgicos que ocorrem na região do ABCD paulista entre 1978 e 1980³. Tais ações grevistas reinauguram, no cenário nacional, o movimento sindical, ao mesmo tempo em que expressam o início de seu processo de reconstrução. É justamente nesse contexto e no seio dessa intensa atividade de alguns setores mais avançados das classes trabalhadoras que começa a surgir aquilo que se convencionou denominar *novo sindicalismo* que, embora guarde alguns aspectos de continuidade com o *velho sindicalismo* (pré-1964), tem muito mais elementos de descontinuidade, de *novidade* – daí a razão daquela nomenclatura⁴.

É possível identificar pelo menos três principais razões da emergência do novo sindicalismo que, de certa forma, o diferenciam do *velho sindicalismo*. Primeiramente uma alta concentração operária num polo avançado da indústria no Brasil – região do ABCD – que,

³ A respeito da história e do significado dessas greves vide, entre outros, Antunes (1992) e Noronha (1991).

⁴ Sobre o surgimento e o histórico do novo sindicalismo vide, além de outros, principalmente as obras de Antunes (1995b) e Sader (1988).

naquele período, era o carro-chefe da economia brasileira. Em segundo lugar, a unificação da luta contra duas características marcantes no processo de industrialização no Brasil, que eram, de acordo com Antunes (1992), o arrocho salarial e a superexploração da força de trabalho. Por último, as contradições políticas que se expressam na ditadura, que consciente da impossibilidade de continuar mantendo a “panela de pressão” hermeticamente fechada, põe em prática o seu projeto de distensão. O acirramento das contradições, no âmbito econômico e político, constitui o “caldo de cultura” de onde emergem forças latentes, duramente reprimidas até então e o novo sindicalismo é, por certo, uma das mais expressivas.

Paralelamente à gestação e nascimento do novo sindicalismo, sobressai-se a ação de outra força emergente – embora menos conhecida que a primeira, guarda uma importância equivalente –, as oposições sindicais, cuja grande expressão foi, sem dúvida alguma, a oposição sindical metalúrgica de São Paulo⁵.

Embora acentuadamente diferenciadas em sua formação e em seu histórico, é possível afirmar que estas duas forças do movimento sindical emergente – o novo sindicalismo e as oposições sindicais – tenham se constituído como dois pilares do surgimento e construção da embrionária Central Única dos Trabalhadores. De fato, Antunes (1995b) corrobora esta tese. Ao tratar do processo de criação da CUT, o autor afirma que,

basicamente, duas grandes tendências confluíram nesta ação: de um lado o *novo sindicalismo* nascente em meados dos anos setenta e que, atuando por dentro da estrutura sindical, pouco a pouco foi iniciando um lento processo de mudança e transformação desta mesma estrutura sindical atrelada. O caso exemplar, que marcou a história sindical do país, e que por isso simboliza esta tendência, foi dado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, pro-

⁵ Sobre as características e a rica experiência da oposição sindical metalúrgica de São Paulo vide, entre outros, Sader (1988).

fessores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do *novo sindicalismo*. De outro lado, num trabalho árduo e persistente, nas situações as mais adversas, vinham as *oposições sindicais*, mais refratárias à ação por dentro da estrutura sindical, e que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. [...] Foi, portanto, destas duas grandes tendências – heterogêneas, quando contrapostas uma à outra, e muito diversas também quando examinadas na sua interioridade, uma vez que aglutinavam grupamentos vários – que nasceu o projeto de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Antunes, 1995b, p. 28-29).

Entretanto, é preciso ressaltar que, além das duas forças já citadas, também coube a algumas parcelas mais avançadas do movimento sindical rural um papel decisivo na criação da CUT⁶. Dessa forma, pode-se concluir que o *novo sindicalismo*, as *oposições sindicais* e o *sindicalismo rural* foram as três principais organizações sindicais que formaram a Central Única dos Trabalhadores – a CUT.⁷

A trajetória política da CUT

Já nos seus primórdios, e como desdobramento de seu processo de gestação e nascimento, a CUT busca construir as bases de sua identidade política, inclusive se diferenciando e se contrapondo a outras correntes sindicais, apontando para uma perspectiva *classista* e *anticapitalista*. Investigando o intrincado período de 1983, quando, depois de anos de luta para se criar uma central sindical, houve um

⁶ A respeito dessa temática vide, entre outros, Novaes (1991).

⁷ Além da CUT, deve-se, pelo menos, mencionar o surgimento de outras centrais sindicais nas duas últimas décadas do século passado: a minúscula USI – União Sindical Independente –, as CGTs – Confederação Geral do Trabalho e Central Geral dos Trabalhadores – e, finalmente, a Força Sindical, a última delas, nascida em 1991. Meu objetivo é o de, tão somente, registrar a existência dessas centrais e não o de historiá-las. Para um breve histórico delas vide Rodrigues L. M. (1991) e Antunes (1995b).

“racha” no movimento sindical resultando na criação de duas centrais e não de uma, como se pretendia, Gianotti & Lopes Neto (1991) comentam que

desde 78, com o florescer das greves, criou-se um divisor político no movimento operário. O bloco que formará a CUT aposta, de forma gradativa, *numa estratégia de não conciliação de classes e de busca de um caminho anticapitalista*. As definições nesse sentido são fortes, e foi exatamente esse o ponto de maior discordância entre os que virão a constituir-se nos dois blocos: CUT e CGT (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 57, grifo do autor).

E, logo em seguida, reafirmam:

A postura ideológica da CUT foi se definindo cada vez mais num sentido *classista, anticapitalista*, isto é, negação de qualquer pacto social capaz de estabelecer uma trégua entre as classes. (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 58, grifo do autor)⁸

Ao buscar caracterizar os elementos fundamentais do caráter da nascente Central Sindical, os mesmos autores elencam aquilo que consideram os *Princípios da CUT*:

1. sindicalismo classista;
2. sindicalismo enraizado na base;

⁸ A respeito dessa questão, os autores citam, como exemplo, um documento da própria Central Sindical – resoluções do II Congresso da CUT Regional S. Paulo: “Foi correta a posição da CUT de recusa do pacto social, de atuar para inviabilizá-lo por meio da própria luta e criar um sentimento de condenação da ideia de colaborar com este governo. De fato, temos que fomentar uma oposição radical à proposta de pacto social, que visa unicamente estabelecer a colaboração de classes para estabelecer a transição em favor do capital. Nesta direção, é essencial desfazer as ilusões dos que pensam que possa existir pacto bom; todo e qualquer pacto social é ganancioso e desarma os trabalhadores para a defesa dos seus interesses imediatos e históricos. Devemos por isso condenar enfaticamente a posição dos pelegos e reformistas que procuram estabelecer condições para negociar o pacto com o governo e os patrões. Correto, portanto, é dar continuidade ao processo de lutas, unificando-as e ampliando-as para que possa acumular na direção da greve geral.” (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 58).

3. sindicalismo livre da interferência do Estado;
4. autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
5. democracia interna nas instâncias da central,
6. internacionalismo sem alinhamentos;
7. socialismo como objetivo final da luta sindical.⁹

(Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 43)

Numa obra posterior, por ocasião da comemoração dos dez anos da CUT, ao fazer um balanço daquele primeiro período, Gianotti (1993) reafirma suas posições sublinhando que

a CUT caracterizou-se, desde suas origens, como uma central que apontava a *ruptura com o sistema capitalista vigente*. A CUT é o resultado do acúmulo das lutas que eclodiram no final dos anos 70, que se caracterizaram pela marca da independência de classe e pelo confronto com a classe patronal. Sua característica é a radicalidade classista. Seu ideário está nitidamente em contraste com o ideário da Força Sindical. Enquanto esta defende claramente o capitalismo, a CUT nasceu de uma base radicalizada no *confronto capital x trabalho, visto e assumido como um confronto de interesses de classes opostas e irreconciliáveis*. A CUT nasceu e se desenvolveu num clima de ascenso das lutas sociais, que veio num crescendo ininterrupto de 78 até 85 (Gianotti, 1993, p. 64-65, grifo do autor).

Tal postura foi se consolidando no interior da Central, de tal maneira que o II Congresso Nacional da CUT (CONCUT) realizado

⁹ No referido texto, os autores desenvolvem uma discussão a respeito de cada um destes tópicos, nas pag. 43ss. Sobre a estratégia socialista, reproduzem o seguinte trecho do documento do III Congresso da CUT Regional de São Paulo: “o desenvolvimento de uma alternativa dos trabalhadores rumo ao socialismo se dará na medida em que os trabalhadores entendam que não se trata apenas de reformar o sistema político burguês, mas que é preciso construir um novo poder de classe, apoiado nas organizações dos trabalhadores, na solidariedade de classe, na democracia operária; que não se trata de acomodar os interesses dos trabalhadores aos da burguesia em nome do desenvolvimento econômico, da democracia do ‘Brasil potência’ etc., mas sim de organizar a luta de classe para acabar com a exploração capitalista e a dominação política burguesa” (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 51-52).

em 1986 no Rio de Janeiro confirma, no Estatuto, o *caráter socialista*, o que gerou a seguinte opinião de Rodrigues L. M.:

levadas a sério as resoluções aprovadas no congresso do Rio, a ação cotidiana da CUT deveria ser pautada pelo objetivo de acirrar o conflito de classes e de preparar os trabalhadores para a luta final contra o capitalismo. Consequentemente, as chamadas reivindicações imediatas deveriam ser entendidas instrumentalmente, como formas de mobilização e “conscientização” das classes trabalhadoras. (Rodrigues L. M., 1990, p. 13).

Por outro lado, o II CONCUR se caracterizou também pela formalização das tendências internas. Embora “as diferentes visões, dentro da CUT, já [estivessem] presentes desde o começo, devido ao fato que ela se formou a partir de diferentes práticas sindicais” (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 44), manifestadas inclusive através de grupos politicamente organizados, é “desse Congresso que saíram estruturadas as duas principais tendências da CUT: a ‘Articulação Sindical’, que deu-se este nome pouco depois, e a ‘CUT Pela Base’ que já estava usando esse nome desde os Congressos Estaduais que antecederam esse II CONCUR” (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 43).

Todavia, se as características apontadas anteriormente tornaram-se a “marca registrada” da CUT neste primeiro período que se inicia em 1978/83, tal quadro começa a se alterar no final da década de 1980, sendo que há um consenso entre os diversos estudiosos, apesar de suas divergências analíticas e político-ideológicas, de que o III CONCUR, realizado em Belo Horizonte em 1988, foi um dos marcos mais importantes nesse processo. Para Rodrigues I. J. (1993), este “foi o último congresso de massas da Central Única dos Trabalhadores e o maior de todos”¹⁰,

¹⁰ De fato, este foi o mais massivo de todos os congressos da CUT, contando com a participação de mais de 6.000 delegados – 6.244 (cf. Costa, 1995, p. 101) ou 6.218 (cf. Rodrigues L. M., 1990, p. 14) –, superando a marca de todos os outros CONCURs, inclusive dos posteriores. O IV congresso, realizado em 1991, contou com a presença de apenas 1.554 delegados (cf. Costa, 1995, p. 116). As razões desta brutal diminuição serão tratadas na sequência.

sendo que, “com esta reunião fecha-se um ciclo na vida da CUT.” (Rodrigues I. J., 1993, p. 112). O autor assinala que “a fase ‘heroica’ do movimento operário e do sindicalismo em nosso país já passou: foi fundamentalmente 78/88” (Rodrigues I. J., 1993, p. 23) e vai mais longe quando afirma que

a trajetória da Central Única dos Trabalhadores, desde sua fundação até o seu terceiro congresso nacional realizado em 1988, representou o período de sua construção interna e afirmação externa, cuja fase mais *movimentista, libertária, socialista e conflitiva*, enfim, *heroica*, encerrava-se com o III CONCUR (Rodrigues I. J., 1993, p. 120, grifo do autor).

Por sua vez, Rodrigues L. M.¹¹ (1990), ao se referir ao mesmo congresso e compartilhando da mesma compreensão de Rodrigues I. J., busca oferecer uma explicação para o fenômeno:

ocorre que situação e oposição (ou oposições) expressam concepções políticas e ideológicas que implicam diferentes visões do papel do sindicalismo: uma, majoritária, que pretende fazer da CUT uma central de organizações sindicais, o que significa, inexoravelmente e qualquer que seja a retórica, aceitar os parâmetros da economia de mercado e da ordem legal; outra, minoritária, que pretende fazer da CUT uma central de luta contra o sistema capitalista (Rodrigues L. M., 1990, p. 23).

Descendo aos detalhes, o mesmo autor complementa sua explicação:

¹¹ Penso que seja interessante assinalar duas informações: 1. A partir de uma ideia da Executiva Nacional da CUT formou-se uma equipe de pesquisa, coordenada por Rodrigues L. M., que teve como objetivo “obter um perfil dos delegados ao seu terceiro congresso, quer dizer, um conhecimento mais exato de seus militantes e dirigentes sindicais” (Rodrigues L. M., 1990, p. 2), cujos resultados foram publicados na brochura Retrato da CUT (Rodrigues L. M. et al., 1991) e serviram de base para a elaboração do livro CUT: os militantes e a ideologia (Rodrigues L. M., 1990); 2. Rodrigues I. J. foi um dos participantes daquela equipe e posteriormente, sob orientação de Rodrigues L. M., escreveu sua tese de doutoramento Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT (Rodrigues I. J., 1993).

Focalizando as divergências à luz da prática e do tom do discurso, é visível que, no interior da tendência majoritária, forças poderosas a pressionam em direção a uma linha de tipo social-democrata, tendendo a fazer da CUT uma central de sindicatos voltada para obtenção de vantagens econômicas e de reformas sociais e políticas no interior de uma economia de mercado. Se uma orientação dessa natureza prevalecer, a CUT deverá ampliar o leque de alianças no campo político e fortalecer, no campo sindical, a orientação para a negociação e o diálogo com os setores empresariais. A própria reivindicação, defendida notadamente pela Articulação, de um contrato coletivo nacional articulado, deverá reforçar a faceta propriamente sindicalista da CUT. Entretanto, o matiz social-democrata não é aceito manifestamente pela tendência majoritária, apesar de suas relações privilegiadas com sindicatos social-democratas da Europa Ocidental e das críticas ao socialismo burocrático e autoritário que existe (ou existia) no Leste Europeu. No lado oposto, a oposição reúne correntes que tendem a valorizar um sindicalismo de contestação, orientado para a afirmação da autonomia dos trabalhadores frente a outras forças políticas da sociedade, de rejeição do compromisso e de qualquer forma de participação e de aceitação de responsabilidades na gestão da economia e da sociedade (Rodrigues L. M., 1990, p. 24-25).

Compactuando com esta mesma tese, Rodrigues I. J. (1993) manifesta sua posição ao afirmar que

a questão de fundo [...] dizia respeito, em última instância, ao papel que deve desempenhar o sindicalismo no país e, especificamente, a CUT. Para a tendência *Articulação* e seus aliados, a central deveria ter um perfil claramente sindical, ainda que combativa, e tendo o conflito como uma praxis fundamental. Já a *esquerda socialista* – independentemente de suas diferenciações internas – visualiza para a CUT um papel eminentemente político, onde a luta anti-capitalista e o ideário de uma sociedade socialista estariam presentes (Rodrigues I. J., 1993, p. 114).¹²

¹² Para o mesmo autor, “a partir do II CONCUR, a constante luta interna entre suas diferentes correntes passa a ter um peso importante na vida da Central. Este fator influiu na paralisação da CUT frente aos ataques cada vez mais globais da burguesia.

Falando de outro *locus* e balizados por outro referencial teórico-político, Gianotti e Lopes Neto (1991) alinhavam sua explicação acerca do mesmo fenômeno, argumentando que nesse III CONCUR

começou a ser gestada uma visão de Central, muito mais próxima do sindicalismo europeu, caracterizado por centrais de sindicatos, fortemente verticalizadas, que representam os sindicalizados, e por uma política que limita o papel das centrais a instrumento de mediação das condições e da venda de força de trabalho, sem contestar o sistema capitalista. Isto está em contradição não só com a nossa realidade socioeconômica, onde quase a metade dos trabalhadores estão excluídos do mercado formal de trabalho e onde sequer existem sindicatos organizados em muitos setores econômicos, como também está em contradição com os princípios e objetivos da CUT de combinar as lutas imediatas com uma perspectiva socialista. As relações internacionais da Central, a partir do II CONCUR, rapidamente tinham se deslocado de uma posição de equidistância entre as várias centrais mundiais para uma posição de priorizar as relações com a CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), a grande Central dos sindicatos europeus e norte-americanos. Isso se materializará em convênios, escolas de formação, viagens e uma profunda inter-relação (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 46).

Embora a disputa entre estas duas principais concepções sindicais tivesse perpassado por todo este terceiro congresso, ela se canalizou e se acirrou na discussão a respeito das mudanças no estatuto e, aqui, o alvo central da verdadeira batalha que se travou foram os critérios de escolha e participação dos delegados nos principais fóruns de decisão da Central, vale dizer, os congressos nacionais¹³. Sob um argumento quantitativo, ou seja, que era impossível continuar realizando os con-

Uma profunda alteração na estrutura orgânica da CUT e uma nova organização estatutária passaram a ocupar as preocupações da tendência majoritária” (Rodrigues I. J., 1993, p. 45).

¹³ A respeito desta questão, que foi o “pomo da discórdia” deste congresso, vide Rodrigues I. J., 1993, p. 116 e ss.

gressos com a participação “massiva” de representantes, a tendência majoritária – a Articulação Sindical – conseguiu aprovar alterações no estatuto, de tal maneira que, com os novos critérios, haveria uma diminuição drástica no número de delegados para os próximos congressos. No entanto, alerta Rodrigues I. J.,

é necessário ressaltar que essas modificações estatutárias tiveram também um segundo objetivo *não tão explícito*: diminuir, na medida do possível, a força que porventura a esquerda mais radical pudesse ter, a partir de decisões, em última instância, administrativas. O III CONCUR representou, com as mudanças estatutárias, o começo da transformação de uma concepção *movimentista* para uma visão mais *organizativa* da Central Única dos Trabalhadores. Em outras palavras, o que estava em jogo neste congresso eram duas alternativas para o sindicalismo-CUT: a primeira, da *CUT-movimento*; a segunda, da *CUT-organização*. Esta venceu.. Iniciava-se realmente a implantação da CUT enquanto estrutura verticalizada, administrativa enfim, como uma *organização complexa* e, nesse sentido, *burocrática*. É a construção da *empresa sindical* dotada de *racionalidade*. Simbolicamente, esse encontro significou o fim da fase *heroica* de construção da CUT e tudo o que ela representava para uma parte da militância cutista. Abria-se, agora, um novo patamar, onde a construção de um amplo *aparelho administrativo, institucional*, se colocava na ordem do dia. E, em consonância com o processo de democratização do país, setores ponderáveis do sindicalismo-CUT começavam a vislumbrar a possibilidade das classes trabalhadoras influírem mais decididamente na esfera política e, para isso, era necessário deixarem de dizer apenas *não* e também indicarem soluções para os problemas sociais, políticos e econômicos que o país atravessava (Rodrigues I. J., 1993, p. 119-120, grifo do autor).

De fato, essa visão de que a CUT dos anos oitenta foi a Central Sindical do *não* e que, com as mudanças na conjuntura, precisava rever seus rumos e inaugurar a fase do *sim* vai tomando corpo e aos poucos se consolidando, de tal forma que, apesar da visão contrária do conjunto das oposições, na Plenária da CUT em Belo Horizonte, em 1990,

vários documentos apresentados pela Articulação Sindical, caracterizavam a prática sindical cutista da década de 80 como “reativa-reivindicativa”. Nesta visão sempre foram os patrões e o governo que tiveram a iniciativa. Os trabalhadores apenas “reagiram, correram atrás do prejuízo”, ficaram na defensiva. [...] Essa análise, que ignora o acúmulo de forças feito no período, propõe uma “política realista” que inclui entrar no pacto para negociar, evitando o isolamento. Esse clima de revisão histórica inferioriza a classe trabalhadora e a predispõe a políticas retraídas, conciliadoras e capitulacionistas (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 61-62).

Sem embargo, é possível apreender da análise dos autores supracitados que a virada da década de 80 para a de 90 do século passado significou também uma virada nos rumos da Central Única dos Trabalhadores e, se é verdade que o terceiro congresso simbolizou o “início” deste processo, segundo os mesmos autores, o IV CONCUR foi a expressão político-institucional da consolidação de tal inflexão. Realizado em 1991, com a presença de apenas 1554 delegados – resultado das decisões do congresso anterior – e numa conjuntura completamente diversa daquela do final dos anos 1970 e início dos 1980, tendo como pano de fundo a conformação do novo padrão de acumulação de capital que já imperava nos países centrais, no qual o Brasil já tomava a iniciativa de se inserir, o colapso da maioria dos países socialistas e, do ponto de vista sindical, o surgimento e crescimento da Força Sindical, o congresso recolocou na ordem do dia a discussão, ou melhor, o embate entre as diversas correntes políticas que disputavam a estratégia a ser trilhada pela CUT. Para Rodrigues I. J. (1993) o que se observava por trás dos embates

era a eclosão das profundas divergências que dividiram o IV CONCUR em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência *Articulação* em aliança com a *Nova Esquerda*, a *Vertente Socialista*, a *Força Socialista* e a *Unidade Sindical*. Do outro lado, as outras tendências, capitaneadas pela *CUT pela base*, *Corrente Sindical Classista*, *Convergência Socialista* e outros grupos menores que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de “Antártica”, significando

Anti-articulação. A realização deste congresso ocorreu em uma conjuntura extremamente difícil para o movimento sindical. Em dezembro de 1989, a vitória de Fernando Collor para a presidência da República, funcionou como uma ducha de água fria para amplos setores do PT, da esquerda e, principalmente, do movimento sindical. A eleição de Collor representou a vitória de um projeto neoliberal, claramente delineado, colocando o sindicalismo numa posição ainda mais defensiva. Esse fato, aliado às transformações propiciadas pela reestruturação produtiva e à crise dos sindicatos no âmbito internacional, e o desmoronamento do chamado socialismo real criaram um estado de perplexidade e paralisia no interior do sindicalismo-CUT, situação que já vinha desde o III CONCURT, em 1988. Juntem-se a isso os aspectos mais propriamente internos de estruturação da CUT e seu processo acelerado de institucionalização, que termina por criar um distanciamento entre direção e base, e teremos alguns elementos para compreender a profunda crise instaurada – mas que já vinha em gestação –, com a realização do IV CONCURT (Rodrigues I. J., 1993, p. 187-8, grifo do autor).

Por sua vez, Gianotti & Lopes Neto (1991) buscam evidenciar a questão fundamental que estava por trás das divergências. Para eles,

esse Congresso discutiu tudo à luz das grandes opções decorrentes da alternativa global dos rumos estratégicos da CUT. [...] O que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rumo da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia. Essa questão não era nada acadêmica, ela se traduzia em decisões concretas de efeito imediato: sentar ou não sentar nas reuniões do Entendimento Nacional, com Governo e patrões? Apostar no aprofundamento da ingovernabilidade, como defendia a tese da CUT Pela Base, ou defender toda uma política de superação da crise, através da retomada do crescimento, com uma visão que apostava na possível distribuição de renda, como era o enfoque global da tese da Articulação? (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 66-67).

Segundo os mesmos autores, uma das discussões mais acirradas, aquela referente à filiação ou não à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres) foi feita dentro dessa mesma perspectiva, ou seja, “aproximação ou não da visão socialdemocrata e pró-capitalista desta Central mundial” (Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 65).¹⁴

Em linhas gerais, os resultados foram claramente favoráveis à tendência majoritária, significando a consagração de uma estratégia política para a Central apontada para a negociação dentro da ordem ou, como definem vários autores, numa perspectiva social-democratizante, o que gerou um comentário esclarecedor e ao mesmo tempo intempestivo do então Secretário Nacional da CUT, Gilmar Carneiro: “em 1983, no Congresso de fundação da CUT tiramos fora a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda” (apud Gianotti & Lopes Neto, 1991, p. 81).

Dois anos depois, num outro texto, ao abordar as dificuldades que a CUT vinha encontrando em dar respostas ao chamado projeto neoliberal, Lopes Neto & Gianotti (1993) reconhecem a consolidação daquela estratégia, ao argumentarem que na

incapacidade global da CUT de dar respostas ao projeto neoliberal, destaca-se principalmente a sua incapacidade de responder ao canto da sereia da mudança da sua perspectiva estratégica. Isto é, *passar de um sindicalismo classista, de confronto, com uma perspectiva estratégica socialista, a um sindicalismo de parceria entre capital e trabalho*. Um sindicalismo vislumbrado com a palavra “tripartite”: empresários e trabalhadores sentados na mesa junto com o governo situado acima das classes. Sindicalismo de “concertação social”, como se fala na linguagem sindical da CIOSL, Central mundial a qual a Central brasileira acabou

¹⁴ Como se tratava de uma questão polêmica, que dividia o congresso praticamente ao meio, decidiu-se somente pela filiação a uma Central mundial sem que fosse especificada. Somente na 5ª Plenária, realizada em Julho de 1992, é que se deliberou pela filiação à CIOSL, posição defendida ardorosamente pela corrente majoritária, a Articulação Sindical.

de se filiar, em julho de 92 (Gianotti & Lopes Neto, 1993, p. 72, grifo do autor).

De fato, as reuniões posteriores – as 5ª e 6ª Plenárias Nacionais, que aconteceram em 1992 e 1993 respectivamente, bem como o V CONCURT que se realizou em 1994 – confirmam a consolidação dessa estratégia adotada pela CUT.

Ao tratar do impacto do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo, Boito Jr. (1996) traz à tona a

mudança de concepção e de estratégia sindical da CUT, mudança que se consumou na mesma época em que foi criada a Força Sindical – o marco fundamental dessa mudança foi o IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo em Setembro de 1991. *É preciso frisar, desde já, que a CUT não se converteu numa central sindical neoliberal.* Pelo contrário, a ação sindical de resistência ao neoliberalismo só tem sido implementada pelos sindicatos cutistas. Contudo, essa resistência tem sido ineficaz. Isto porque as concepções e a estratégia atuais da corrente dirigente da CUT, a Articulação Sindical, faz concessões à ideologia e à política neoliberal, facilitando a implementação e o avanço dessa política e contribuindo para a difusão daquela ideologia junto aos trabalhadores brasileiros (Boito Jr., 1996, p. 85, grifo do autor).

Por sua vez, depois de oferecer, em seu livro, uma das pesquisas mais bem documentadas acerca da trajetória desta Central, Costa (1995) faz o seguinte balanço:

nos últimos anos, delineou-se, articulou-se e estruturou-se na CUT uma compreensão de que a solução para a crise capitalista será encontrada no sindicalismo de negociação, na participação dentro da ordem dominante. Assim, a CUT procurou dirigir suas lutas para a conquista de maior distribuição de renda e melhoria para os trabalhadores, não colocando como horizonte a supressão da sociedade de classes. Manifesta-se na CUT forte influência do sindicalismo predominante nos países imperialistas, principalmente europeus, vinculados à CIOSL – central mundial que contribuiu com vultosos recursos financeiros, decisivos à criação da CUT e

à consolidação, em seu interior, de uma tendência vinculada política e ideologicamente a seus princípios reformistas. Essa corrente atualmente é majoritária na Central e defende posições nitidamente social-democratas [...] A ação ofensiva e destacada da CUT encontra-se obstaculizada pela opção reformista de privilegiar as negociações tripartites e as câmaras setoriais, limitando-se à conquista de reformas na ordem capitalista. Essa compreensão, majoritária na CUT, é responsável pela gradativa substituição das mobilizações e greves por entendimentos com o patronato, levando ao defensismo e à perda de sua representatividade política e ideológica, como um dos instrumentos de transformação revolucionária da sociedade (Costa, 1995, p. 240-241).

Concordando inteiramente com Costa, Antunes (1995a) analisa os impasses e desafios colocados para o sindicalismo combativo brasileiro e ao tratar da CUT, o autor alerta para o fato de que

começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da ordem*. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir *pelo capital* a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo *ideário* e pela *prática* social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical brasileiro. É uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política de classe*. E cada vez mais numa política para o *conjunto do país*, o *“país integrado do capital e do trabalho”* (Antunes, 1995a, p. 152-153, grifo do autor).

A mudança na estratégia política da CUT

Ao se fazer uma retrospectiva do movimento sindical brasileiro de cunho combativo, desde o seu ressurgimento, quando ainda vigorava a tação da ditadura militar, na segunda metade da década de 70 e durante os anos 80 do século passado, e o compararmos com o movimento

sindical da imensa maioria dos outros países, principalmente com aqueles dos países do centro do sistema, o que mais chama a atenção, sem dúvida, é a tendência oposta entre os dois, ou seja, enquanto na maioria dos países centrais o movimento sindical amargava, com algumas exceções, um processo de descenso, no Brasil, ao contrário, houve um intenso processo de crescimento. Isto não significa afirmar, entretanto, que sua trajetória só tenha sido ascendente. Antunes (1995b) identifica, por exemplo, o período 1980/82 como de refluxo. Apesar disso, entre avanços e recuos, vitórias e derrotas, é possível afirmar – e esta é a opinião praticamente unânime entre os estudiosos do tema – que o saldo é o de um substantivo crescimento. Ao fazer uma avaliação do conjunto da ação sindical, Antunes (1995b) assinala que

os anos oitenta marcaram significativas transformações no sindicalismo brasileiro. Pode-se dizer que, no período que se abriu com o vigoroso movimento grevista do ABC paulista, em maio de 1978, até o fim da década de oitenta, inúmeras transformações ocorreram: a retomada das ações grevistas, a explosão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, o avanço do sindicalismo rural, o nascimento das centrais sindicais, as tentativas de consolidação da organização dos trabalhadores nas fábricas, os aumentos de índices de sindicalização, as mudanças e as conservações no âmbito da estrutura sindical pós-Constituição de 1988 etc., só para mencionarmos, no universo do mundo do trabalho e, em especial, no âmbito sindical, as diversas alterações vivenciadas (Antunes, 1995b, p. 11).

Entretanto, se se reconhece que, na época considerada, houve um significativo crescimento do movimento sindical brasileiro, particularmente aquele do *campo cutista*, numa situação oposta àquela que ocorria nos países centrais do capitalismo, vimos que, no período próximo à virada da década de 1980 para a de 1990, este quadro começa a se alterar substancialmente, ou seja, a crise vivida pelo sindicalismo dos países centrais começa a se fazer sentir no sindicalismo brasileiro, de tal forma que é possível afirmar que, no desenrolar da primeira metade dos anos 1990, o sindicalismo brasileiro entra em *sintonia* com o sindicalismo dos países do centro do sistema, o que foi constatado pelos

estudiosos que se debruçaram sobre esta questão e pode ser confirmado, pelo menos no que diz respeito à CUT, pela análise desenvolvida ao longo deste texto.

Assim sendo, é possível perceber, não só por meio dos documentos e dos discursos dos dirigentes, mas principalmente da própria ação sindical, um claro redesenho da estratégia da CUT. Dois exemplos parecem ser sintomáticos: a participação nas câmaras setoriais que, num certo período, se tornou uma das principais táticas da Central¹⁵ e a diminuição drástica da atividade grevista, conforme tabela seguinte:

Tabela 1 – Evolução das greves no Brasil – 1985-1994

ANO	Média mensal de greves no ano	Grevistas	Trabalhadores/hora parados
1985	55	516.207	32.030.004
1986	90	479.759	28.899.947
1987	92	751.282	68.447.381
1988	81	618.881	47.357.577
1989	183	1.383.120	107.982.218
1990	163	757.056	64.231.499
1991	94	627.311	56.599.399
1992	52	234.951	11.727.196
1993	61	432.835	46.220.514
1994	93	272.171	10.587.772

Fonte: Dieese – Anuário dos Trabalhadores 1993 e Boletim Dieese Fevereiro/95

Observação: Não estão incluídas as greves gerais.

Como se verifica na tabela¹⁶, 1989 é uma espécie de “divisor de águas” na atividade grevista, atingindo o seu pico com a cifra

¹⁵ Sobre o significado político dessa participação vide, entre outros, Boito Jr. (1996).

¹⁶ Embora apresente um quadro geral das greves, e não somente daquelas realizadas pela CUT, pode-se inferir que a tabela expressa a evolução das greves no âmbito da CUT, tendo em vista que, além de ter se transformado na principal referência do movimento sindical, foi a Central Sindical que, de longe, mais propôs e conduziu greves.

“astronômica” de quase 108 milhões de trabalhadores/hora parados. Até 1989, havia uma linha ascendente; a partir daí nota-se um acentuado movimento descendente de tal maneira que em 1994 – apenas cinco anos depois – somente 10,5 milhões de trabalhadores/hora “cruzaram os braços”, cerca de 10% em relação a 1989.

Dessa forma, de seus primórdios até 2002, pode-se vislumbrar três fases na trajetória do sindicalismo cutista. Primeiramente, aquela que vai de 1978/83 até aproximadamente 1988 que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como a fase de transição e, por último, aquela caracterizada por um sindicalismo propositivo¹⁷ e negociador¹⁸. Trata-se, portanto, de uma *mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania*¹⁹.

Em outro texto de minha autoria (Tumolo, 1998b) analisei como o novo padrão de acumulação de capital e suas respectivas transformações no mundo do trabalho, cujo objetivo central é a busca de formas históricas mais adequadas e eficientes para *intensificar a*

¹⁷ É preciso sublinhar que se trata de um caráter propositivo *dentro da ordem*, e não propositivo no sentido de uma estratégia que tenha em seu horizonte a superação da ordem.

¹⁸ O presente texto abrangeu a análise da trajetória da CUT desde seu nascimento até a virada do século. Creio que seria possível considerar a hipótese da existência de uma quarta fase a partir de 2003, quando assume o governo Lula, tendo em vista a relação que a Central passa a estabelecer com este governo. Contudo, essa possível quarta fase mereceria um estudo específico, fora dos objetivos deste texto. A esse respeito, vide, entre outros, Boito Jr. (2003).

¹⁹ Esse processo de mudança, contudo, não ocorreu de forma tranquila; ao contrário, houve no interior da CUT uma relação bastante conflituosa entre as diversas correntes político-ideológicas que a compunham, que, em alguns momentos, tendeu a se acirrar, principalmente por ocasião da realização dos congressos e/ou encontros da Central, ou ainda quando da deflagração de alguma ação grevista de maior fôlego, como foi o caso da greve dos petroleiros no primeiro semestre de 1995.

exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora, vem causando profundas repercussões no movimento sindical no plano mundial. Ao me debruçar sobre o caso brasileiro busquei apresentar as formas concretas, vale dizer, as modificações que foram implementadas nos processos de trabalho, por intermédio das quais o capital vem logrando realizar seu intento de incrementar a exploração, com claro destaque para as mudanças nas relações de trabalho (Tumolo, 2001a), cujo fito é afastar e neutralizar a ação sindical, principalmente aquela de cunho combativo, já que tal padrão de acumulação se mostra incompatível com o sindicalismo combativo e tem dificuldades de convivência até com o sindicalismo de corte social-democrático. Ora, se isto é verdade, a explanação feita ao longo deste capítulo, sobre a trajetória política da CUT, pode servir como elemento demonstrativo de que, no bojo da luta de classes no Brasil, o capital vem logrando acumular vitórias sobre a classe trabalhadora ou, mais especificamente, *a estratégia implementada pelo capital no Brasil, balizada pela chamada reestruturação produtiva e, portanto, pelas mudanças no mundo do trabalho, resultou num processo de adequação da CUT à ordem capitalista*, mesmo considerando que esta continuou a desenvolver ações sindicais pontuais de oposição a vários aspectos da reestruturação produtiva e aos modelos político e econômico adotados pelos governos pós ditadura militar, basicamente àquilo que se convencionou chamar de “neoliberalismo”.

Apesar de as profundas transformações econômicas que ocorreram no final de século passado, expressas, principalmente, pela conformação da nova ordem mundial da acumulação de capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, com a gradual inserção da economia brasileira, se constituírem como elemento fundante para se entender a mudança na trajetória política da CUT, outros elementos devem ser agregados, particularmente os de ordem política. Pode-se mencionar, além de outros, a derrocada dos países socialistas liderados pela ex-URSS, tendo como símbolo a queda do muro de Berlim, o fracasso da experiência revolucionária Sandinista, que serviu, durante algum tempo, como modelo ou referência para diversos movimentos sociais do “campo

da esquerda”, inclusive no Brasil, e principalmente das derrotas eleitorais de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da República nas últimas décadas do século passado, notadamente aquela de 1989.

Por outro lado, para além desse “pano de fundo”, é preciso acrescentar um conjunto de elementos internos, que dizem respeito à própria trajetória da CUT, dentre os quais se destacam:

- processo de burocratização, que resultou num sacrifício da democracia interna²⁰;
- permanência dos aspectos fundamentais da estrutura sindical oficial, apesar das tentativas de sua superação²¹;
- política de relações internacionais que se manifesta pela filiação à CIOSL (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), viagens, contatos e cursos junto às Centrais sindicais de linhagem social-democrata, que financiaram várias atividades da CUT, inclusive as de formação sindical;
- disputa com outras Centrais Sindicais brasileiras, principalmente a Força Sindical;
- determinada política interna que se expressou pela participação no entendimento nacional, nas câmaras setoriais etc.

Faz-se necessário ressaltar, contudo, que se os elementos elencados anteriormente buscam explicar a profunda mudança na trajetória da CUT, eles só podem ser pensados articuladamente. Por outro lado, é possível afirmar que as condições objetivas se constituíram como *elemento determinante* no referido processo ou, em outras palavras, que

²⁰ Ao tratar dessas duas questões, Lopes Neto & Gianotti confirmam a assertiva ao afirmarem que “dois pontos são os mais citados para explicar a crise [da CUT]: perda da perspectiva socialista e processo de burocratização interno, onde a democracia perdeu gradativamente sua centralidade frente ao peso do aparelho sindical.” (Lopes Neto & Gianotti, 1993, p. 73).

²¹ Não deixa de merecer registro a análise desenvolvida por Boito Jr. (1991b e 1991c) segundo a qual a estrutura sindical, mesmo reformada por ocasião da Constituição de 1988, continua presente, inclusive no sindicalismo cutista, e “desempenha o papel de limitar e moderar a luta sindical dos trabalhadores” (Boito Jr, 1991b, p. 50).

a estratégia da CUT na virada dos séculos XX e XXI foi a resposta política construída pela Central para aquela realidade. Partindo do pressuposto da vitória do capital no plano mundial, através da consolidação do novo padrão de acumulação, cuja manifestação aparente foram as transformações que aconteceram no mundo do trabalho, e tendo em vista o fracasso da construção do socialismo, a estratégia foi, em linhas gerais, a de conviver com o capitalismo, buscando oferecer alternativas por dentro dele, baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, dessa forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores²². Isso explica a CUT do sim dos anos 1990 como superação da CUT do não dos anos 1980²³. Entretanto, não quer dizer, em absoluto, que existia ou existe somente tal alternativa, mas esta foi a que efetivamente logrou ser vitoriosa e se consolidar.

Não obstante, se é verdade que a realidade objetiva – o novo padrão de acumulação e as respectivas transformações no mundo do trabalho – pode ser considerada como elemento determinante para se entender as mudanças na estratégia política, imprimindo-lhe sua configuração no início do século XXI, é preciso reconhecer que tal estratégia foi, também, o resultado de uma determinada opção, de uma escolha política, mesmo que isto não seja consciente para os dirigentes e militantes. Em outras palavras, não existia e nem existe a resposta, ou seja, uma única resposta política para a realidade. Se a estratégia da CUT, como de resto de quase todos os movimentos sociais do “espectro da esquerda”, em escala mundial, se constituiu como a resposta possível e a mais viável diante do grave quadro que se apresentava para os trabalhadores, é necessário considerar, contudo, que existiam e continuam a existir outras possibilidades de respostas, outras estratégias políticas²⁴,

²² Por essa razão uma das propostas mais difundidas na CUT pode ser sintetizada no lema *crescimento com distribuição de renda*.

²³ A respeito do significado político dessa mudança vide Boito Jr. (1996).

²⁴ Embora se possa considerar que algumas correntes político-ideológicas da CUT foram defensoras de opções estratégicas diferenciadas desta que se tornou hegemônica, é preciso reconhecer que outras correntes tiveram apenas divergências táticas, partilhando, no fundo, da mesma concepção estratégica.

que, por razões histórico-políticas, foram preteridas em favor daquela determinada opção.²⁵

Do ponto de vista dos interesses de classe do proletariado, uma Central sindical tem de construir sua estratégia numa perspectiva classista e revolucionária e inscrever em sua bandeira a insígnia: *Pelo fim do trabalho assalariado!* O que quer dizer: *Pelo fim do capital e do capitalismo!* Por enquanto, o que efetivamente existe é a constatação segundo a qual, no contexto do novo padrão de acumulação de capital, a CUT caminhou de uma perspectiva combativa, classista e anticapitalista para uma conformação adequada à ordem capitalista, o que, em minha compreensão, tem significado uma vitória do capital e, conseqüentemente, uma derrota para a classe trabalhadora. Entretanto, como a história não acabou e como a realidade é constituída por contradições, sendo que a determinante é a luta entre as classes sociais fundamentais, assinala Saramago:

O que as vitórias têm de ruim é que elas não são eternas.

O que as derrotas têm de bom é que elas também não são eternas.

²⁵ Num texto dedicado à discussão sobre a consciência de classe, Antunes (1996, p. 103) afirma que, nos estudos acerca deste tema, "o desafio maior está em apreender tanto a dimensão da *consciência empírica, da sua consciência cotidiana* e suas formas de manifestação (aquilo que Mészáros chamou de *consciência contingente*), como em buscar compreender também quais seriam as outras possibilidades de ação coletiva, próximas de uma apreensão mais totalizante, menos fragmentada e coisificada do todo social. Em poucas palavras: como a classe *de fato atuou* e como poderia *ter atuado*, que outras possibilidades reais existiam naquelas condições histórico-concretas".

6

AS COMISIONES OBRERAS (CCOO) DA ESPANHA. UM ESTUDO INTRODUTÓRIO DAS MUDANÇAS EM SUA ESTRATÉGIA POLÍTICA¹

Assim como ocorre em outros países, na Espanha há uma enorme quantidade de sindicatos, federações e confederações sindicais, organizadas por ramos de atividade e/ou de acordo com um determinado perfil político-ideológico, e centrais sindicais, muitas delas formadas nas diversas nações, ou comunidades autônomas, como costumam denominar, que compõem o reino da Espanha. Contudo, devido à abrangência e representatividade, é possível considerar que, no âmbito do Estado espanhol, existem três centrais sindicais: as Comisiones Obreras (CCOO), a maior delas, em número de filiados e de delegados sindicais, seguida de perto da Unión General de los Trabajadores (UGT) e a Unión Sindical Obrera (USO), que aparece bastante distante das duas primeiras².

As primeiras Comisiones Obreras (CCOO) surgiram no final da década de 1950, como órgãos de representação dos trabalhadores eleitos em assembleias, e se organizaram em várias partes da Espanha como movimento surgido de conflitos laborais, à margem e contra o

¹ Esta é uma versão um pouco ampliada do artigo publicado na revista *Em Debate* (UFSC. Online), n. 6.

² Como é muito difícil definir com precisão o que é uma Central sindical, esta lista poderia agregar muitas outras siglas.

sistema franquista. Foram impulsionadas pelo Partido Comunista de Espanha (PCE), por movimentos cristãos operários e por diferentes organizações de esquerda, inclusive nacionalistas, opostos ao regime. Em sua trajetória histórica, as CCOO nasceram como comissões espontâneas e momentâneas surgidas dos conflitos e, gradativamente vão se tornando um movimento estável e organizado, de meados dos anos 1960 à Assembleia de Barcelona de 1976, que é a referência-marco de sua história, quando se converteram em Central Sindical, legalizada em abril de 1977, adotando o nome oficial de Confederação Sindical de Comisiones Obreras (C.S. CC.OO.). As CCOO tem sido a principal força sindical espanhola e, por essa razão, este texto será direcionado a seu estudo, com foco na evolução e mudanças que ocorreram em sua estratégia política.

Características das CCOO em suas fases iniciais

O surgimento das Comisiones Obreras está intimamente ligado ao contexto econômico, político e social do final dos anos 50 e início da década de 60 do século passado. Embora a vigência da brutal ditadura franquista tenha sido um fator decisivo para a criação das CCOO, jogou um papel determinante neste processo a configuração econômica da Espanha naquele período. Para Babiano (2001)

as Comisiones Obreras aparecem no contexto do crescimento da economia espanhola que tem lugar a partir do começo dos anos cinquenta. Este crescimento se baseou num rápido processo de industrialização que se acelerará durante os anos sessenta, assim com numa maior integração internacional da própria economia. A industrialização dos anos cinquenta e sessenta teve um caráter territorial desigual, de maneira que La nova indústria se localizou sobretudo na região cantábrica (especialmente em Euskadi [País Vasco]), Catalunha e no arco mediterrâneo, além de Madri (Babiano, 2001, p. 31, tradução livre).

Esse novo processo de industrialização que ocorre na Espanha no

mencionado período resulta no nascimento de um proletariado industrial mais numeroso e com um novo perfil. Para o mesmo autor,

nova e também mais numerosa era a resultante classe operária industrial, dado que os processos em curso significaram uma proletarização da mão de obra, como se deduz do incremento da taxa de assalariamento da população ativa nesses anos que oscilou, segundo a própria EPA, de 59,2 por cento em 1964 até 70 por cento em 1975. Se dizemos que esta classe operária industrial era radicalmente nova é porque procedia em grande parte da expulsão de força de trabalho da agricultura. Tratava-se de camponeses recentemente emigrados (Babiano, 2001, p. 31-32, tradução livre).

Justamente pela proveniência do meio rural, essa nova força de trabalho carecia tanto de qualificação como de experiência industrial. Além disso,

por razões geracionais – posto que a maioria desses novos trabalhadores industriais haviam emigrado em idades jovens para acessar ao mercado laboral –, se haviam socializado politicamente no contexto da ditadura franquista. Nesse sentido, em geral, também eram alheios à experiência sindical dos anos trinta, pelo que, no contexto de uma severa repressão, a continuidade da UGT e CNT se viu muito afetada. De fato, com as últimas ações de resistência dos anos quarenta (greves em 1945 na Catalunha e de 1947 em Vizcaya), o sindicalismo anterior à Guerra Civil esgotou definitivamente seu ciclo vital (Babiano, 2001, p. 32, tradução livre).

Esse foi o contexto no qual surgiram as CCOO e que também marcou os traços de seus próprios militantes.

Praticamente todos os autores que estudaram as CCOO³ são

³ Sobre as fases iniciais das CCOO há uma razoável produção bibliográfica, tanto de pesquisadores acadêmicos como de autores-militantes, principalmente das próprias fileiras das CCOO, com destaque para Marcelino Camacho, que foi sua mais importante liderança e referência política. Os estudos mais sistemáticos, os mais importantes textos, inclusive aqueles que se tornaram clássicos, cobrem o período que vai das origens das CCOO até o final da década de 1980 (Ariza, 1976, 1977, 2001; Babiano,

unânimes com relação a sua caracterização durante o período que vai de seu nascimento como movimento espontâneo (final dos anos 1950) até sua legalização em 1977, identificando-as como um sindicalismo combativo, com um claro perfil de esquerda e, sobretudo, classista, apresentando diferenciadores em relação às formas sindicais anteriores.

“No princípio foi a ação”. Assim define Sartorius (1977, p. 11) o início das Comisiones obreras, no primeiro dos quatro ensaios que compõem seu livro. As CCOO nasceram no final dos anos 1950, como movimento espontâneo sob a ditadura franquista, e por essa razão, combinando ações legais e ilegais. Elas representavam uma nova forma do movimento sindical espanhol, que

surgiu de forma descentralizada nas empresas, desvinculada, portanto, dos sindicatos tradicionais no exílio, e dentro de uma nova geração de trabalhadores. Adaptada forçosamente a seu status ilegal, desenvolveu novas estruturas organizativas, assim como métodos de ação e luta para impor suas reivindicações. Assim foi como, depois de quase vinte anos de governar o regime de Franco, se estabeleceu uma forma de organização sindical da classe trabalhadora com evidente capacidade de desenvolvimento sob condições ditatoriais (Fhürer, 1996, p. 76, tradução livre).

No início, as Comisiones Obreras não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, já que, nelas, havia uma confluência de vários segmentos e correntes político-ideológicas. Delas participavam tanto as organizações legais como as irmandades católicas, grupos de esquerda, assim como socialistas, comunistas e anarcosindicalistas que se encontravam na ilegalidade. Mas também militantes e grupos não organizados que nunca haviam entrado em contato com o sindicalismo organizado. Contudo, o Partido Comunista da Espanha trabalhou ativamente dentro delas, como único partido operário ilegal, e

2001; Boix & Pujadas, 1975; Camacho, 1974, 1990, s/d.; Clímaco, 1999, 2002; Gabriel, 1989; Ludevil, 1977; Mateos, 1987; Molinero & Ysàs, 1998; Ruíz, 1993; Sartorius, 1975, 1976, 1977; Zamora Antón, 1987), contrastando, como veremos mais adiante, com o período posterior, sobre o qual há uma escassa produção.

pouco a pouco começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em 1967, quando se realizou a primeira assembleia nacional, seus membros já controlavam os órgãos diretivos nacionais. Marcelino Camacho, militante histórico do PCE e das CCOO, foi, sem dúvida, sua mais importante liderança.

No dia 31 de março de 1966, um grupo de militantes operários das CCOO, depois de quatro meses de diálogo e debate, escreve um documento, que se tornou um texto histórico e referencial, intitulado *Ante o futuro do sindicalismo* (CCOO, 1966). O documento apresenta as bases sobre as quais deve assentar a luta unida dos trabalhadores e, por conseguinte, os princípios gerais que deveriam nortear as Comisiones Obreras, redigidos em 10 pontos, dos quais destacarei alguns. O ponto 1 afirma enfaticamente:

O sistema capitalista gera e condiciona a luta de classes. Num sistema socioeconômico capitalista não existe a possibilidade de harmonizar os interesses dos dois lados em luta, situados em posições contrapostas (Comisiones Obreras, 1966, p. 1, tradução livre).

Por isso, os itens 2, 3 e 4 tratam do direito de associação dos trabalhadores e da necessidade de unidade e independência da classe. O ponto 5 fala das condições dos trabalhadores na sociedade capitalista e da necessidade de sua superação.

Os trabalhadores têm de compreender claramente que formam um mundo marginalizado na sociedade capitalista. Eles são os despossuídos, os que recebem as migalhas de um sistema socioeconômico injusto não só no dinheiro, mas também na cultura, em responsabilidade, em participação. Porque cremos que todos os homens são originalmente iguais em direitos, a sociedade que os enquadra tem que ser a sociedade de todos. Por isso, é preciso mudar as estruturas da sociedade atual, concebida só para o benefício fabuloso de pequenos grupos e o benefício marginal, muito menor, de um setor imensamente majoritário da população. Com este fim, os trabalhadores, rechaçando as

atenções da sociedade capitalista, que só aspira a prolongar sua vigência enganando e comprometendo às massas populares, tem que organizar-se com plena independência para desenvolver os planos que conduzam a sua emancipação e à construção de uma sociedade para todos, o que não quer dizer que, em certos momentos, não aceitem determinadas ações conjuntas com outras camadas sociais para a consecução de objetivos coincidentes (Comisiones Obreras, 1966, p. 2, tradução livre).

Os pontos seguintes abordam a questão das características que devem ser impressas numa forma de organização da classe e chamam os trabalhadores à luta, porque “nunca o capitalismo deu nada de presente aos trabalhadores” (Comisiones Obreras, 1966, p. 3, tradução livre).

Por causa do papel histórico que desempenhou nas Comisiones Obreras, principalmente em seus períodos iniciais, Marcelino Camacho foi convocado para fazer a aula inaugural das atividades de formação político-sindical realizadas pela Secretaria de Formação Sindical das CCOO. Essa intervenção, que foi publicada na brochura intitulada “Princípios em que se baseia o movimento sindical e o novo estilo de CC.OO” (Camacho, s/d, tradução livre), transformou-se numa espécie de manifesto-programa que caracterizaria a identidade das Comisiones Obreras, tendo sido sua principal referência teórico-política.

Para tratar do caráter do novo sindicalismo e de seu papel na sociedade hodierna, o dirigente começa demarcando o conceito de classe operária, atualizando-o de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas, e apresentando os elementos que produzem a força desta classe: a consciência de classe, a organização, a unidade, a herança histórica da luta de classe, a luta reivindicativa e de massas. A partir desses pressupostos, passa a tratar da questão sindical. Para ele,

há três tipos de sindicalismo na história de nosso país: há um sindicalismo de caráter reformista, há um sindicalismo de caráter esquerdista e há um sindicalismo de classe, democrático, objetivamente o único que poderíamos chamar revolucionário (Camacho, s/d, p. 9, tradução livre).

Depois de caracterizar os dois primeiros, apontando seu alcance e, principalmente, seus limites, o autor afirma que o sindicalismo de classe democrático, “o único objetivamente revolucionário”, é o que pratica as Comisiones Obreras. Diferentemente do sindicalismo esquerdista, caracterizado pela CGT, de perfil anarquista, o sindicalismo de classe democrático defende a luta reivindicativa do dia a dia, mas, ao mesmo tempo e a diferença do sindicalismo reformista, identificado na UGT, de corte socialdemocrata, advoga que aquela luta não deve ser um fim em si mesmo, posto que o essencial é suprimir a exploração do homem pelo homem.

Nós utilizamos a luta reivindicativa, a melhoria salarial e das condições de vida de cada dia e de cada hora para conduzir toda a classe adiante e dar-lhe a consciência em primeiro lugar de que há que melhorar desde já as condições de vida, sem esperar que venha o socialismo. Em segundo lugar, fazendo que veja por sua própria experiência de que enquanto não acabemos com a exploração do homem pelo homem seus males não têm remédio, ou seja, à diferença de um e de outro, nós não superestimamos a luta reivindicativa nem a subestimamos, a colocamos na perspectiva o que nos permite levar adiante toda a classe para que tome consciência de sua força e da necessidade de suprimir a exploração do homem pelo homem, única maneira de que a classe se libere, se emancipe (Camacho, s/d, p. 11, tradução livre).

Assentado nas posições tradicionais do movimento operário comunista, que busca articular a luta reivindicativa com a luta revolucionária, Camacho advoga para as Comisiones Obreras um sindicalismo combativo, de cunho classista, anticapitalista e autônomo. Considerando que as CCOO são constituídas por militantes oriundos de vários partidos e correntes e que a imensa maioria deles é de trabalhadores sem partido, o líder defende como necessidade vital a unidade básica de classe dentro da central sindical, de forma que tal unidade tem de ser construída com base naqueles princípios.

Assim, para ele, as CCOO, definidas como um movimento sindical

organizado, ou seja, como um sindicato de novo tipo, de caráter sociopolítico, de massas e de classe, democrático, independente e unitário, herda o melhor das experiências sindicais, mas, além disso, inova e cria, sobretudo por sua forma “assembleária”, que passa a ser uma das marcas distintivas das Comisiones.

Essa intervenção de Camacho expressa, de forma contundente, as características que marcaram as CCOO em seu primeiro grande período histórico, do início, quando era um movimento espontâneo, no final dos anos 1950, até a década de 1980, o que pode ser confirmado pela quase totalidade dos autores consultados.

Na conferência inaugural que fez na marcante e decisiva assembleia de Barcelona no dia 11 de julho de 1976, na qual se decidiu pela criação da Confederação Sindical de Comisiones Obreras e que significou o começo de sua 3ª etapa, Marcelino Camacho afirma:

Não podemos compreender o porquê das Comisiones Obreras senão vendo-as como a culminação de um processo histórico. Sem o heroísmo de velhos militantes operários e de suas novas ações, em que se jogavam a vida ou largos anos de prisão, não haveríamos chegado ao novo movimento operário sindical organizado das Comisiones. Dezenas de milhares de despedidos e encarcerados – além dos que perderam a vida nesse empenho – foi o tributo que pagou Comisiones Obreras; não se pode esquecer que mais de noventa e cinco por cento do total de processados por questões sindicais destes últimos quinze anos são membros das Comisiones Obreras. A classe operária fez seu caminho em condições extremamente duras e é precisamente nas virtudes e defeitos desse passado glorioso que se formou o fermento do novo sindicalismo operário organizado das Comisiones Obreras (Camacho, 2001, p.15, tradução livre).

A legalização, que ocorreu no final dos anos 1970, significou o auge e a consolidação das CCOO, fruto da luta aguerrida e, em grande medida, heroica do sindicalismo combativo e de esquerda na Espanha. Mas, ao mesmo tempo, significou também o marco inicial

de uma inflexão em sua trajetória política que resultaria em agudas alterações.

O processo de mudanças das CCOO

As características que imprimiram a marca registrada das CCOO em suas fases iniciais começam a sofrer profundas mudanças a partir dos anos 1980 e se tornam mais visíveis no período em que o secretário geral foi Antonio Gutiérrez, eleito no IV Congresso em 1987, reeleito no V Congresso em 1991 e permanecendo no cargo até o ano 2000.

Antes de adentrar-me na discussão sobre as mudanças que se operaram nas CCOO, parece-me necessário fazer uma observação preliminar. Diferentemente das fases anteriores sobre as quais existe uma razoável cobertura bibliográfica, há uma escassa produção acadêmica acerca das CCOO que se debruçou sobre o período que compreende o final dos anos 1980 até a atualidade. Os textos clássicos e os mais importantes sobre CCOO, em geral, fazem suas análises até 1987 ou 1988. Consegui localizar apenas um livro (Führer, 1996) que fez análise do período posterior, cobrindo até a transição democrática. Diante de tal situação, tive de recorrer a textos esparsos, o que acarretou certa dificuldade no estudo daquele período. De todo modo, foi possível alinhar uma compreensão do processo de transformação pelo qual passaram as CCOO a partir dos anos 1980.

Clímaco, em sua tese de doutorado intitulada “Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada – el caso de CC.OO. y de CUT” (Clímaco, 1999) e também em seu artigo (Clímaco, 2002) já havia identificado um processo de mudanças nas CCOO. Fazendo uma análise comparada entre esta Central sindical espanhola e a CUT brasileira a autora busca demonstrar que, a despeito das diferenças, as duas nasceram sob o contexto de ditaduras e com o advento das respectivas transições democráticas

elas transformaram-se de movimentos sociopolíticos em organizações institucionalizadas, perdendo seu caráter movimentista. Dessa forma, para ela, “nos anos 90, se comparados às duas décadas anteriores, assistimos a uma redução de participações massivas em ambas as centrais, ainda que os percursos que levaram a tal situação tenham sido distintos entre elas” (Clímaco, 2002, 12).

Não obstante, conforme veremos a seguir, parece que as mudanças ocorridas nas CCOO foram muito mais profundas e agudas do que aquelas apontadas por Clímaco.

Em 1993, o então secretário geral de CCOO, Antonio Gutiérrez, lançou um livro (Gutiérrez, 1993) no qual reuniu várias conferências que proferiu em diferentes ocasiões durante os primeiros anos da década de 1990. O conteúdo dessas conferências pode oferecer algumas pistas não apenas de sua compreensão do papel a ser desempenhado pelo sindicalismo diante das novas realidades – título do livro –, mas, principalmente, dos rumos que passarão a ser tomados pela Central Sindical dirigida por ele. Numa conferência pronunciada em janeiro de 1992, denominada “Reflexão ao final dos anos 80”, ele busca fazer, como indica o título, um breve balanço dos anos 1980, e começa afirmando que, por causa do “bombardeio informativo”, se considerou a “década na qual se demonstrou a prevalência, a excelência, da economia de mercado sobre a economia planificada” (Gutiérrez, 1993, p. 13, tradução livre), de tal maneira que os fatos ocorridos nesse período parecem confirmar essa assimilação acrítica. Para ele, “os ventos que correm – liberais – parecem induzir à satisfação os inveterados defensores da sociedade civil – como expressão da liberdade – frente ao Estado – como expressão da coerção” (Gutiérrez, 1993, p. 13, tradução livre). O autor entende que, como o sindicalismo democrático sempre pertenceu à sociedade civil, aparentemente deveria engrossar as filas daqueles que se sentem satisfeitos, mas, pela experiência historicamente acumulada, “não podemos nos alegrar com os que identificam liberdade com mercado irrestrito” (Gutiérrez, 1993, p. 14, tradução livre). O autor afirma que

o movimento sindical aprendeu, porque nasceu e cresceu com o capitalismo, que o Estado é uma peça chave no desenvolvimento e coesão das sociedades. Por isso não vê contradição, senão ao contrário, entre sociedade civil e Estado – intervenção estatal de parte da economia – sempre que o sistema seja democrático e a sociedade civil intervenha no Estado (Gutiérrez, 1993, p. 14, tradução livre).

Seguindo com sua crítica ao velho e conservador pensamento liberal, argumenta que este não soube governar com êxito a economia na década de 1980 e não soube converter o ciclo expansivo em coesão econômica e social, como demonstram as desigualdades dentro e fora da Espanha.

A partir dessas reflexões o autor tira algumas conclusões para o trabalho sindical:

A necessidade de unir ainda mais o movimento sindical dentro e fora de todas as fronteiras. A necessidade de impulsionar a União Política Europeia, para que a política e a sociedade civil encabechem e canalizem o mercado e a economia. A necessidade de impulsionar, já em nosso país, modificações na política econômica em direção à coesão social. Isto deve fazer-se não só no campo, já indiscutível, de intervenção estatal da redistribuição (fiscalização, proteção social) senão no [campo] da distribuição, no mercado de trabalho, no emprego, que é onde agora se produz a maior agressão aos trabalhadores e à democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento. Também é nesse terreno onde dia a dia se legitima e se renova o pensamento e o que fazer profundamente político do movimento sindical (Gutiérrez, 1993, p. 14-15, tradução livre).

O conteúdo dessa conferência indica de forma condensada e sintética o desenho estratégico da ação sindical e, por suposto, das CCOO, proposto por seu secretário geral, a partir da leitura que faz da realidade naquele determinado momento histórico.

Num claro confronto com os epígonos do pensamento liberal, que

foi posteriormente denominado de neoliberal, que recusam a participação e intervenção do Estado, a não ser cingidamente, “para aliviar bancarrotas, intervir politicamente reprimindo reivindicações democráticas ou atuar (às vezes ‘manu militari’) atenuando no plano internacional competições que consideram exageradas” (Gutiérrez, 1993, p. 14, tradução livre), o secretário geral das CCOO advoga que o Estado e a sociedade civil, imbricados e em parceria, devem encaminhar ações, sejam em âmbito estatal – política econômica –, sejam na esfera da sociedade civil – mercado de trabalho, emprego etc. – que redundem não apenas numa democracia política, mas também numa “democracia econômica – entendida como integração de todos e todas por vínculos que garantam a vida, a autonomia e o desenvolvimento” –, o que criaria as condições necessárias para a concretização do objetivo fundamental: a coesão social. Como o sindicalismo pertence à sociedade civil, os sindicatos, em parceria com o Estado, também devem orientar sua estratégia para a mesma finalidade, a coesão social, o que significa dizer, no limite, que a luta deve ser no sentido de aperfeiçoar o capitalismo, buscando superar seus defeitos e limites. Desaparecem, nessa estratégia, a perspectiva anticapitalista e socialista, e, por essa razão, a luta de classes, bem como a compreensão do caráter classista do Estado, como sendo a expressão política do poder da classe capitalista sobre o conjunto da sociedade, que foram as características marcantes das CCOO nos períodos anteriores. No fundo, trata-se de uma estratégia reformista, nos moldes do projeto socialdemocrata.

Anos depois, em 2001, Antonio Gutierrez escreve um texto em que, reconhecendo os problemas e limites, faz um balanço positivo da atuação da Confederação Sindical durante a transição democrática, que se concentrou fundamentalmente, salvo algumas exceções, nos acordos que foram firmados entre os sindicatos, os empresários e o governo⁴. Confirmando suas posições e a correção dos rumos

⁴ Na mesma direção caminham as apreciações de Maravall (2001), que apresenta a contribuição das CCOO ao desenvolvimento das políticas de bem-estar social, e de Aragón (2001) que trata da ação sindical e desenvolvimento econômico.

que as CCOO traçaram, em grande medida em aliança com a UGT, ele afirma:

globalmente, a contribuição dos sindicatos, de CC.OO. e de UGT, à Espanha dos últimos 25 anos tem sido tão valiosa que sem ela nenhuma outra poderia fazer o balanço de sua contribuição que hoje corresponde à construção de *nosso Estado Social* e de Direito, num país que pagou as contas com seu passado sem convulsões e que já forma parte do núcleo de países europeus que, avançando num projeto comum, com seus desequilíbrios e lacunas, constituem a mais clara *esperança num futuro de universalização dos direitos, da democracia e da equidade social*, num mundo incapaz todavia de colocar conhecimentos e riquezas a serviço de todos homens e mulheres que povoam a Terra⁵ (Gutiérrez, 2001, p. 81-82, tradução livre, grifo do autor).

Tanto a análise da realidade como o desenho estratégico, e as ações táticas daí derivadas, apresentados por Gutiérrez foram retomados e aprofundados por seu sucessor José María Fidalgo, que ficou na secretaria geral das CCOO por duas gestões, de 2000 a 2008. Num texto com o sugestivo título “Sindicato e sociedade” (Fidalgo, 2001), publicado logo depois de sua primeira gestão frente às CCOO, fala da necessidade de realização de reformas com o intuito de melhorar as condições de vida dos cidadãos, criticando aqueles que se opõem a elas. Para ele,

nossa economia tem dado um grande salto e mantém taxas de crescimento superiores à média das economias de nosso entorno e nossa sociedade – incluindo trabalhadores e empresários – tem dado provas de suficiente dinamismo e capacidade de transformar o país, isso sim, desde que o sistema político democrático lhes permitiu jogar livremente com suas atitudes e capacidades. Porque para otimizar capacidades há um ingrediente básico e inescusável: a liberdade.

⁵ A crise que eclodiu em 2008 e se aprofundou em 2009, e que atingiu duramente a Espanha, parece desmentir cabalmente sua avaliação e seu prognóstico.

Tem sido a *liberdade*, a *democracia formal*, e não outra, a semente do progresso em nosso país e em qualquer outro. Daí nasceu o direito do trabalho, a segurança social [prolongamento da capacidade de consumo para além da relação assalariada e segurança das pessoas] e a liberdade de associação sindical (Fidalgo, 2001, p. 21-22, tradução livre, grifo do autor).

Ressaltando a importância da liberdade e da democracia, o autor afirma que “é nessas sociedades democráticas e abertas que os trabalhadores foram convertidos em *cidadãos*. Não só onde melhoraram suas condições de trabalho, senão onde se converteram em cidadãos” (Fidalgo, 2001, p. 22, tradução livre, grifo do autor). Para ele, o movimento operário organizado joga um papel fundamental, na medida em que pressiona os Estados democráticos modernos para conseguir promover a constitucionalização dos direitos sociais e, dessa forma, transformar os trabalhadores em cidadãos. Considerando que, nas sociedades abertas, há segmentos sociais com interesses diferentes e que o sindicalismo confederal tem o aval de legitimidade para representar os trabalhadores, o autor ressalta que os sindicatos “têm produzido não ‘operários melhor pagos’, senão *cidadãos* que não se sentem estigmatizados por ser assalariados e que não vêm em ‘sua classe’ um estamento rígido e fechado onde seus filhos prolongarão uma existência cinza e lamentável” (Fidalgo, 2001, p. 22, tradução livre, grifo do autor), uma vez que a aspiração democrática contém uma aspiração à igualdade de todas as pessoas.

Depois de fazer uma explanação das mudanças que vêm ocorrendo em todos os setores, o autor afirma que “a maior segurança para os trabalhadores é sua *empregabilidade* que é uma mescla de qualificação, polivalência e adaptabilidade” (Fidalgo, 2001, p. 24, tradução livre, grifo do autor) e em seguida pergunta: qual será, nesta etapa, o papel de seus sindicatos?

Diria que, em primeiro lugar, a resposta deve basear-se em descobrir nas mudanças não só riscos, senão oportunidades

e vantagens. E, em segundo lugar, atuar autonomamente, reforçar nossa ação coletiva.

A globalização, temos dito, para ser um fator de progresso deve ser não só uma globalização das relações econômicas, senão dos direitos. Como filhos dessa globalização, hoje os trabalhadores dispõem de mais informação que nunca. Também, ainda que seja uma obviedade, de mais experiência (Fidalgo, 2001, p. 24).

Enfatizando as oportunidades e vantagens que podem ser trazidas pela globalização, Fidalgo faz as seguintes indagações:

Tão difícil nos resulta mover-nos fora da referência do velho Estado-nação, quando em nosso alvorecer os Estados-nação eram ainda uma criação com pouco percurso e conteúdo? Temos a tentação, os sindicatos dos países que se consideram desenvolvidos, de responder só com resistência? Não vemos que a chamada globalização abre passo a uma era de expansão do assalariamento sem precedentes, em outras latitudes, e que a intercomunicação é um fator não só de conhecimento senão de proximidade? Não estão criados os instrumentos sindicais internacionais para poder ver todo o planeta com uma só olhada solidária e atuar coordenadamente? Não somos capazes de ver possíveis *sinergias ou conjunção de interesses para que a dignificação e qualificação do trabalho sejam indissolúveis entre uns e outros estados, empresas e nossas organizações?* (Fidalgo, 2001, p. 24-5, tradução livre, grifo do autor).

Contudo, para arrancar tais oportunidades e vantagens da globalização, é preciso muito esforço de todos os segmentos sociais, inclusive do movimento sindical, que joga um papel central, já que, segundo ele, “o trabalho, o capital humano, é a principal riqueza do mundo desenvolvido” (Fidalgo, 2001, p. 25, tradução livre, grifo do autor).

Se o movimento sindical como representante dessa riqueza e, ao mesmo tempo, da maioria social assalariada do planeta exerce bem sua função de representação de interesses será não só um poder fático quantitativo, senão qualitativo, um

prescritor social, num mundo onde a sociedade civil organizada por interesses será central no desenho do futuro (Fidalgo, 2001, p. 25, tradução livre).

De acordo com o autor, o “mundo das empresas” já tem exercido essa função de articulador da sociedade, tanto ou mais que os representantes políticos, e o movimento sindical, que já tem caminhado nesta mesma direção, está sendo chamado novamente a assumir esta responsabilidade. Para ele,

A assunção da própria responsabilidade como agente de representação de interesses e, mediante isso, como *estabilizador social* é retribuído pelas sociedades democráticas e abertas. O contrário é rechaçado e se busca a substituição do agente de representação. A retribuição positiva converte ao representante de interesses particulares em representante de interesses gerais. [...] *Este papel que hoje joga merecidamente* (e não sei se de todo conscientemente) CC.OO. é central para dirimir o futuro (Fidalgo, 2001, p. 26, tradução livre, grifo do autor).

Essa mesma responsabilidade, que tem sido assumida pelo movimento sindical confederal – e, por isso, tem ganhado legitimidade no conjunto da sociedade –, o autor reclama a outras instâncias da sociedade civil. Dessa forma, “às associações patronais haverá que demandar-lhes com firmeza e constância que *liderem conosco um processo de assunção madura, como representantes do trabalho e do capital, para pilotar juntos as atuações ante os novos cenários em benefício de toda a sociedade*” (Fidalgo, 2001, p. 27, tradução livre, grifo do autor).

Como é possível verificar no artigo, o então secretário geral das CCOO faz uma espécie de apologia da globalização, propõe o fortalecimento das sociedades abertas, da democracia e dos direitos de cidadania, vale dizer, dos fundamentos da ordem capitalista e, para alcançar tais objetivos defende a associação entre capital e trabalho e o papel do sindicato como estabilizador social. Como se ainda não bastasse, ainda

propugna a compreensão de que o trabalho ou a classe trabalhadora constitui-se como *capital humano*.

Os dois dirigentes citados anteriormente expressam, em sua singularidade, os rumos tomados pelas CCOO a partir do final dos anos 1980 até o presente momento. O Programa de ação aprovado no 8º. Congresso Confederal (2004) confirma claramente os postulados estratégicos apresentados pelos secretários gerais que dirigiram a central de 1987 a 2008.

Os eixos centrais propostos no programa são os seguintes:

- Aumentar a participação na empresa
- Ampliar a filiação
- Atuar com eficácia e transparência
- Potencializar a negociação coletiva
- Fomentar um tecido produtivo sustentável e de qualidade
- Abordar as novas realidades produtivas
- Exigir a responsabilidade social das empresas
- Trabalhar pela igualdade de tratamento no emprego
- Desenvolver a responsabilidade política dos poderes públicos consolidando e ampliando os sistemas públicos de proteção social
- Contribuir para reforçar o sindicalismo europeu e internacional

O próprio documento faz uma breve explanação dos significados e objetivos dos eixos centrais do plano de ação:

Os pontos 1, 4, 5, 6, 7 e 8 propõem trabalhar na empresa, melhorando a intervenção do sindicato diretamente com os trabalhadores, reforçando seu papel na negociação coletiva e o papel da negociação coletiva, abordando-o numa nova empresa, numa nova e complexa realidade produtiva, ante umas empresas para as quais é preciso exigir, já que vivem da sociedade, responsabilidade e resultados para a sociedade, e com uns trabalhadores onde existem desigualdades

por razão de idade, procedência e gênero, e num sistema econômico onde qualidade de emprego e qualidade do tecido produtivo ou vão juntas e juntas crescem ou retrocedem juntas. Isto nos obriga a reclamar também novos direitos e instrumentos de intervenção e participação para o sindicato na empresa.

Os pontos 2, 3 e 10 comprometem ao desenvolvimento do sindicato dentro e fora do país e da empresa. Comprometem com a coesão interna e a organicidade na gestão dos recursos, à ampliação quantitativa da filiação e a sua melhora qualitativa e a reforçar e construir um sindicato internacional na era chamada da globalização.

O ponto 9 é nossa reivindicação e proposta de intervenção para consolidar o *Estado social*, a participação dos trabalhadores na vida econômica e social, a partir do conhecimento de que o Estado social não é autônomo da realidade econômica (Confederación Sindical de Comisiones Obreras, 2004, p. 50-1, tradução livre, grifo do autor).

Pode-se perceber, seja pelos pontos eleitos, seja pela própria explanação de seu conteúdo, que os eixos centrais expressam um plano de ação com absoluta consonância com a concepção estratégica defendida pelos dois secretários gerais apresentados anteriormente. Isso pode ser confirmado tanto pela leitura dos dez pontos, sobretudo os de número 5 e 9, como pelos textos do documento que antecedem e fazem a apresentação dos eixos centrais. O ponto número 5, p. ex., tem como finalidade “aumentar a qualidade e segurança do emprego, para fazer o *trabalho mais produtivo*, para que a inovação e a responsabilidade social estejam presentes nas empresas” (Confederación Sindical de Comisiones Obreras, 2004, p. 113, tradução livre, grifo do autor).

Num texto, que compõe o conjunto de textos do plano de ação, intitulado sugestivamente de “A utilidade de CC.OO.”, depois de comentar os pontos do plano, aparecem indícios claros da concepção da Confederação sindical a partir de seu entendimento de que a classe trabalhadora é capital humano.

Se afinamos bem, não só na definição do desafio que justifica cada ponto, senão na proposta de articulação dos instrumentos que temos para responder ao desafio, haveremos deixado estabelecido um programa de trabalho e um arsenal de ferramentas para realizá-lo. E seguiremos crescendo e sendo decisivos. Responderemos a nosso objetivo fundamental de representar os interesses dos trabalhadores, elevar seu nível de consciência e assim de organização, reivindicação e conquista. Isto agora, onde já muita gente, não só CC.OO., diz que a classe trabalhadora, o chamado “capital humano” é a riqueza e a primeira e última alavanca do projeto econômico e social, quando a função de representar e liderar a *classe operária*, o *capital humano*, se projeta com mais relevo como fundamento do futuro (Confederación Sindical de Comisiones Obreras, 2004, p. 52, tradução livre, grifo do autor).

Na Introdução do documento, ao fazer um balanço da atuação das CCOO nos quatro anos anteriores ao plano de ação (2004) e apreciar a posição da Central sindical nos âmbitos da economia, da sociedade e do trabalho, os objetivos estratégicos são claramente expostos:

Esta posição nos distancia de qualquer reflexo corporativo ou defensivo, porque com nossa própria capacidade de análise e proposta expressos sem rodeios nos situamos no centro do debate econômico e social, de onde será difícil desalojar-nos se seguimos demonstrando que a defesa dos interesses dos trabalhadores passa pela defesa de *interesses gerais no campo da eficiência da economia e da coesão social* (Confederación Sindical de Comisiones Obreras, 2004, p. 10, tradução livre, grifo do autor).

Por sua vez, o livro de Führer (1996), um dos raros – senão único – textos que faz um estudo sistemático e exaustivo do movimento sindical espanhol numa perspectiva crítica e cobrindo também o período da transição democrática, confirma as profundas mudanças que ocorreram em sua trajetória. Tomando como objeto privilegiado de sua investigação as duas principais centrais sindicais espanholas – CCOO e UGT –, o livro estampa o título de “Os Sindicatos na Espanha”, mas

o subtítulo expressa clara e diretamente a principal tese que a autora busca, nele, defender: “da luta de classes a estratégias de cooperação”. Descartando o histórico do movimento sindical na Espanha, a autora afirma que

apesar da divisão dos sindicatos segundo suas tendências ideológicas, todos eles *perseguiram metas de superação do capitalismo*, o que se manifestava em sua ação. Dado que no sistema político não estava prevista a participação sindical, os sindicatos combinaram sua luta cotidiana de melhoria das relações de trabalho com a superação do sistema político e econômico dentro de uma situação de confrontação e constantes conflitos de classe” (Führer, 1996, p. 16, tradução livre, grifo do autor).

Contudo, ela identifica uma espécie de divisor de águas na trajetória histórica do sindicalismo espanhol e o localiza a partir do momento em que os sindicatos são legalizados e passa a existir a liberdade sindical, durante o início da transição democrática, na segunda metade da década de 1970. Para a autora este fato tem uma importância central porque produziu a “necessidade de incorporar os sindicatos, cuja existência transcorria à margem da lei ou na ilegalidade, dentro da ordem social de uma democracia parlamentar que precisava de consolidação” (Führer, 1996, p. 17, tradução livre), o que dependia, obviamente, da decisão dos próprios sindicatos. Para ela,

nesta extraordinária situação, os sindicatos reagiram em momentos decisivos de forma inusual. Quer dizer, já não convocavam ações com as quais pretenderam a desestabilização e a abolição do sistema político e autoritário recém superado, senão que buscavam, em sua estratégia, caminhos que contribuíssem eficazmente para a estabilização da jovem democracia. Sobretudo as duas forças sindicais mais destacadas, CC.OO. e UGT, tomaram a clarividente decisão de participar ativamente no processo de democratização do país. Esta decisão tem importância histórica. Como forças socialmente reconhecidas, os sindicatos mais importantes optaram – conscientes de sua responsabilidade frente aos trabalha-

dores assalariados⁶ – pela negociação baseada na ideia da representação de interesses sindicais frente a empresários e Estado. Esta concepção encontra posteriormente acolhida no programa sindical (Führer, 1996, p. 17, tradução livre).

A legalização dos sindicatos, portanto, marcou uma viragem na ação estratégica dos sindicatos, em direção àquilo que a autora chama de acordos neocorporativistas.

totalmente em contraposição à militância e confrontação até então praticada pelos sindicatos espanhóis no campo da regulação das relações de trabalho, se estabeleceu, depois de sua legalização, uma forma de acordos globais neocorporativistas mediante convênios-marco concertados entre Sindicatos, Confederação de Empresários e Governo, uma realidade até pouco antes impensável (Führer, 1996, p. 17, tradução livre).

A autora esclarece que toma os conceitos de “acordos neocorporativistas”, “estruturas neocorporativistas” ou “neocorporativismo” no sentido supracitado, quer dizer, acordos entre Sindicatos, Empresários e Governo, justamente para poder explicar o caráter que assume o sindicalismo espanhol a partir de sua legalização. Para ela,

esta forma de concertação a nível de cúpula passou a formar parte da “política de concertação” ou “concertação social” na atual história espanhola. Nasceu “o modelo espanhol” para a transformação de uma sociedade que passa de um sistema autoritário a outro parlamentar democrático. A concertação no mais alto nível evoluiu conjuntamente com a consolidação da democracia, e inclusive hoje – no contexto de uma democracia estável –, todas as partes buscam – com

⁶ O conceito que aparece recorrentemente no livro é “trabajadores por cuenta ajena”, cuja tradução literal seria “trabalhadores por conta alheia”. Provavelmente este termo foi utilizado em diferenciação a trabalhadores por conta própria. Como, no Brasil, não se usa o conceito de “trabalhadores por conta alheia”, pareceu-me que a tradução mais adequada seria trabalhadores assalariados, o que equivale a trabalhadores vendedores da força de trabalho, ou seja, que trabalham para outros (correspondente ao sentido de “alheio”).

mais ou menos ímpeto – a continuação deste afã. Os sindicatos também participam ativamente neste intento (Führer, 1996, p. 16, tradução livre).

Depois de realizar a investigação, sua conclusão é enfática: “o movimento sindical espanhol se *orienta claramente em direção à reforma*” (Führer, 1996, p. 383, tradução livre, grifo do autor). E complementa: “se em seu momento os sindicatos espanhóis figuravam entre os mais radicais da Europa Ocidental, com a desapareição do regime autoritário *abandonaram seu rumo de confrontação com o Capital e o Estado*” (Führer, 1996, p. 383, tradução livre, grifo do autor). Agora, sua estratégia passa a basear-se na negociação, sobretudo no âmbito central na política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”. Como desdobramento desta conclusão, ela extrai outra. Ao comparar a Espanha com as democracias representativas da Europa Ocidental ela demonstra que

os sindicatos espanhóis adaptaram suas estratégias às das organizações irmãs dos países da Europa Ocidental. Todas elas partem do *caminho da reforma e não da confrontação*, predominando o aspecto de um *Estado social* e sua ampliação *dentro do existente sistema capitalista*. No momento em que se produziu a transformação do país, os sindicatos *mudaram as estratégias radicais de superação do sistema, substituindo-as por estratégias reformistas de negociação*. Mediante a política da concertação, tomaram um caminho na regulação das relações de trabalho que em outros países da Europa Ocidental já tinha larga tradição (Führer, 1996, p. 386, tradução livre, grifo do autor).

O processo de profundas mudanças políticas que ocorreram na trajetória das CCOO foi o pano de fundo do surgimento do Setor Crítico, corrente formada em 1996 ainda durante a gestão de Gutiérrez, liderada por Agustín Moreno García e que conta com o apoio do ex-secretário geral Marcelino Camacho. Seus militantes, que se denominam frequentemente de *crítiCCOOs*, defendem um retorno aos postulados sindicais

sociopolíticos e de classe, mais nitidamente vinculados aos partidos de esquerda, especialmente ao Partido Comunista da Espanha, frente à política atual do sindicato, que consideram excessivamente propensa ao diálogo social, além de duramente repressiva contra seus membros. Em várias ocasiões, os *crítiCCOOs* vêm questionando decisões mais ou menos polêmicas tomadas pela maioria confederal do sindicato por entenderem que se trata de uma direitização na linha de ação sindical em relação às originárias Comisiones Obreras, nas quais a tomada de decisões se produzia de maneira “assembleária”, de modo que, pela composição de sua militância, resultavam frequentemente próximas aos postulados centrais do PCE. Desse modo, o setor crítico vem se opondo, dentro do sindicato, às reformas laborais que, desde os anos 90 do século passado, os dirigentes das CCOO e da UGT têm assinado com os sucessivos governos do PSOE e do PP. Agustín Moreno, sua principal liderança, declarou sua discordância com o acordo conseguido na SEAT por Comisiones Obreras e UGT que previa a demissão de 660 trabalhadores, sendo que uma parte importante deles, que rejeitava tal acordo, se filiou à CGT. Também se mostrou contra a solução dada pelos negociadores ao conflito na SINTEL, em oposição à linha oficial defendida pelo sindicato.

Como se pode constatar da exposição feita ao longo do texto, as Comisiones Obreras tinham, em seu período inicial – dos anos 1960 até o início da década de 1980 –, uma estratégia radical e combativa com um claro perfil classista e anticapitalista, que buscava combinar a luta reivindicativa com a luta revolucionária, com vistas à superação do sistema capitalista. Com o passar do tempo, sobretudo a partir dos anos 1980, sua estratégia de ação política foi perdendo radicalidade e passou a ter um caráter reformista, abandonando seu rumo de confrontação com o capital e o Estado, baseada na negociação, sobretudo no âmbito central da política de concertação com empresários e governo e nos pactos-macro, subscritos no marco da “concertação social”.

Elementos comparativos entre as CCOO e a CUT

A explanação realizada anteriormente permite fazer uma comparação ou, pelo menos, uma aproximação entre o caso espanhol, as CCOO com um caso brasileiro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujas conclusões serão expostas, a seguir, na forma de tópicos:

- Há uma diferença nos períodos de existência das duas centrais sindicais. As CCOO nasceram no final dos anos 1950 e se consolidaram na década seguinte, enquanto que a CUT gestou-se no final dos anos 1970 e se consolidou na década de 1980.

- As duas nasceram no contexto de ditaduras – as CCOO sob a ditadura de Franco, instituída a partir de sua vitória na guerra civil espanhola e a CUT sob a ditadura burguês-militar instaurada a partir do golpe de 1964 –, tinham um fortíssimo componente antiditatorial e foram duramente reprimidas, permanecendo, por um tempo, na ilegalidade.

- Ambas buscaram, em seu nascimento, diferenciar-se de todas as formas tradicionais de organização política e sindical. As CCOO se reivindicavam como “novo modelo sindical” e os estudiosos da CUT a caracterizaram como “novo sindicalismo”.

- Existem muitas semelhanças na composição política das duas centrais sindicais em seu nascedouro. Ambas foram formadas por organizações e correntes políticas de esquerda muito variadas, inclusive de origem cristã, e por militantes independentes, que não estavam organizados em nenhuma delas.

- Entretanto, pelo menos nos períodos iniciais, há uma marcada diferença de comando político entre elas. No início, as CCOO não estavam afinadas com uma determinada concepção política e ideológica, mas pouco a pouco o Partido Comunista da Espanha começou a conquistar posições importantes, de tal maneira que, em meados dos anos 1960, passa a ter hegemonia dando a direção política, o que perdurou até, aproximadamente, meados da década de 1980. Diferentemente, a CUT, apesar de ter sido composta por várias pequenas organizações de

matizes comunistas, nasceu à margem e, em alguma medida, contra os dois principais partidos comunistas brasileiros – PCB e PC do B –, que, no início, participavam de outras organizações sindicais e que, só posteriormente, passaram a compor fileiras dentro da CUT. No caso brasileiro também não havia, logo no começo, uma definição clara de qual era a concepção política hegemônica. Contudo, a partir da segunda metade da década de 1980, o chamado *grupo dos 113*, um agrupamento de sindicalistas e militantes políticos forjados fora do círculo das organizações comunistas, alguns deles influenciados por uma concepção cristã de esquerda, do qual Lula era uma das principais – senão a principal – lideranças, foi o embrião da *articulação sindical*, que passa a ter a hegemonia no interior da CUT e imprime sua direção política.

- Apesar dessas diferenças de comando político, ambas tiveram uma estratégia política similar em suas fases iniciais. Não apenas faziam uma luta contra as respectivas ditaduras, como tinham um caráter bastante combativo, com uma perspectiva classista e buscavam combinar a luta reivindicativa com a luta anticapitalista.

- As duas Centrais sindicais nasceram com um perfil de movimento social e com o tempo foram se transformando em organizações sindicais e se institucionalizando.

- Ambas sofreram mudanças semelhantes em sua estratégia política, que foram sentidas em momentos distintos. Enquanto as CCOO começavam a dar um “giro à direita” nos anos 1980, a CUT nascia e crescia embalada por uma postura bastante combativa e de esquerda. Na década de 1990 foi a vez de a CUT fazer seu “giro à direita”. Apesar dessa diferença, o processo e o caráter das mudanças na estratégia política de ambas são muito similares. De organizações sindicais combativas e de esquerda, com um perfil classista e anticapitalista se converteram em Centrais sindicais reformistas e amoldadas à lógica capitalista, o que para alguns autores caracterizaria uma estratégia socialdemocrata. Não há, em nenhum dos dois casos, estudos suficientes e conclusivos a respeito das razões que levaram a essas mudanças. Não obstante, é possível sugerir, pelo menos como hipótese, de que haja uma combinação

de vários fatores, com destaque para dois deles: o advento e consolidação de um novo padrão de acumulação de capital a partir da década de 1970 e as alterações que provocou nas formas de organização e gestão do trabalho, e uma determinada opção de estratégia política que conseguiu se converter em vencedora, no jogo de forças da luta política que se travou entre as várias correntes que compuseram as duas centrais ao longo de suas respectivas histórias.

- Ambas têm, hoje, um perfil muito similar: são as maiores centrais sindicais de seus respectivos países e expressam uma estratégia de ação política muito parecida.

- Mais do que uma relação próxima, a CUT se constitui, hoje, num dos principais esteios dos governos capitaneados pelo PT, de Lula e de Dilma, não apenas pela presença de muitas de suas lideranças nas diversas instâncias de governo, mas, principalmente pela opção política que fez, já que a CUT e o PT, ou melhor, a articulação sindical da CUT e a articulação do PT sempre tiveram uma relação simbiótica. No caso da Espanha não se pode afirmar o mesmo, visto que as CCOO nunca tiveram esse tipo de relação com o atual governo e com seu partido, o PSOE, posição que foi ocupada pela UGT, que também teve, ao longo de sua história, uma relação simbiótica com o PSOE. Contudo, apesar de sua independência, é possível indicar, pelo menos como hipótese, já que existem muitos indícios, que não há discordâncias de fundo entre a política do atual governo espanhol e a concepção estratégica das CCOO.

A trajetória histórica das CCOO e da CUT, as mais importantes centrais sindicais da Espanha e do Brasil e, sobretudo, as mudanças ocorridas em suas estratégias políticas expressam, em grande medida, uma derrota, pelo menos provisória, da classe trabalhadora e indica a necessidade da retomada de um projeto classista e anticapitalista.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. et al. Caminhos da Modernização Empresarial no Brasil. **Projeto Modernização Empresarial e Emprego no Brasil**. Documento de Trabalho n. 2: FINEP, Outubro, 1994.
- ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**, 3. ed. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1990.
- _____. **A rebeldia do trabalho**. O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2. ed. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1992.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP, 1995a.
- _____. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes, 1995b.
- _____. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, R.; W. L. RÊGO (Org.). **Lukács, um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996.
- _____. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: _____. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 71-84.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES Jr., J. A. V. et al. Considerações críticas sobre a evolução das filosofias de administração da produção: do 'just-in-case' ao 'just-in-time'. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, 29(3) 49-64, 1989.
- ARAGÓN, Jorge. Acción sindical y desarrollo económico. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.
- A revolução que liquidou o emprego. **Veja**. 19/10/94, p. 88-95.

ARIZA, Julián. **CC.OO.** Barcelona: Mañana Editorial, 1976

_____. **La Confederación Sindical de Comisiones Obreras.** Barcelona: Avance, 1977.

_____. Memoria sindical del antifranquismo. **Gaceta Sindical.** Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

ARRIOLA, Joaquin (ed.). **Globalización y sindicalismo.** 3 vol. Alzira: Germania, 2001.

ARTILES, Antonio Martín. Fordismo y sindicalismo: auge y crisis de un modelo de relaciones laborales. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 97-126. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

ASAMI, Etsuko y GÓMEZ GIL, Alfredo. **Marcelino Camacho y Josefina.** Madrid: ALGABA, 2002.

ARRIGHI, G. Trabalhadores do mundo no final do século. **Praga. Revista de Estudos Marxistas**, n. 1(27-43), São Paulo: Boitempo, 1996.

BABIANO, José. **Emigrantes, cronómetros y huelgas.** Un estudio sobre el trabajo y los trabajadores bajo el franquismo (Madrid 1951-1977). Madrid: Siglo XXI, 1995a.

_____. Los católicos en el origen de Comisiones Obreras. **Espacio, tiempo y forma**, tomo 8, p. 277-293. Madrid, 1995b.

_____. Origen y ascenso de las Comisiones Obreras bajo en franquismo. **Gaceta Sindical.** Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BABIANO, José; MOSCOVO, Leopoldo. Los conflictos sociales en fase depresiva ante la adopción de políticas de ajuste: el caso español. In: BABIANO, José & MOSCOVO, Leopoldo (comps.). **Ciclos en política y economía.** P. 121-17. Madrid: Pablo Iglesias, 1992.

BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil.** Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão de obra, emprego formal e estrutura salarial. In:

OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

BANGUESES, Salvador. La autonomía: una característica del nuevo sindicalismo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BAYLOS, Antonio. Comisiones Obreras y la huelga: modos de empleo. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

BOITO JR., A. (Org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991a.

BOITO JR., A. **O sindicalismo de estado no Brasil**. São Paulo/Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1991b.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: _____. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo, Paz e Terra, 1991c.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista** n.o 17, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BOIX, I. & PUJADAS, M. **Conversaciones sindicales con dirigentes obreros**. Barcelona: Avance, 1975.

BOTAS, Federico G.-Fierro. **La formación sindical impartida por centrales representativas en España** (1976-1992). Madri: M. L., 1997.

_____. La Formación Sindical en Europa – España. In BRIDGFORD, Jeff & STIRLING, John (eds.). **La formación sindical en Europa**. Alzira: Alemania / ASE / CCOO, 2002.

BOWLES, S. & EDWARDS, R. **Introducción a la economía: competencia, autoritarismo y cambios en las economías capitalistas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESCIANI, L. P. **Tecnologia, organização do trabalho e ação sindical**: da resistência à contratação. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRESCIANI, L. P.; ODA, N. T. Reestruturação empresarial, sindicalismo e democratização: isso dá jogo? **Forma & Conteúdo**, n. 5/3-8, 1993.

BRIDGFORD, Jeff & STIRLING, John (eds.). **La formación sindical en Europa**. Alzira: Germanía / ASE / CCOO, 2002.

BULLA, José Luis López. **Ocho aproximaciones** (Cosas en torno a la formación sindical). s.d. (mimeo).

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, v. 5, n. 13 (29-50), 1990.

CACCIAMALI, Maria C.; BEZERRA, Lindemberg de R. Produtividade e emprego industrial no Brasil. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

CAMACHO Marcelino. **Charlas en la prisión**: el movimiento obrero sindical. Paris: Librairie du Globe, 1974.

_____. **Confieso que he luchado**. Memorias. Temas de hoy. Madrid, 1990.

_____. Intervención inaugural en la Asamblea de Barcelona. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

_____. **Principios en que se basa el movimiento sindical y el nuevo estilo de CC.OO. Formación sindical**. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4. ed. ampl. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1995.

CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.). **Reestruturação produtiva e**

mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

CARONE, E. **Movimento operário no Brasil (1877-1944).** São Paulo: Difel, 1979.

_____. **Classes sociais e movimento operário.** São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry.** University of Sussex. Tese (Doutorado), 1993.

_____. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO, Ruy de Quadros; SCHMITZ, H. O Fordismo está vivo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 27/148-156. São Paulo: CEBRAP, 1990.

CASTRO, M. S. P. Possíveis estratégias sindicais frente à reestruturação produtiva no Brasil. In: CASTRO, M. S. P.; WACHENDORFER, A. (Coord.). **Sindicalismo latinoamericano.** Entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad/ILDES-FES (Brasil), 1995.

CASTRO, Nadya Araujo. Qualificação, qualidades e classificações. **Educação & Sociedade**, n. 45/211-224. Campinas: CEDES/Papirus, 1993.

_____. Organização do trabalho, qualificação e controle na indústria moderna. In: **Trabalho e Educação** – Coletânea CBE. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

CASTRO, N.; GUIMARÃES, A. S. Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90. **Lua Nova**, São Paulo, n. 22, dez. 1990.

CATTANI, Antonio David. **Processo de trabalho e novas tecnologias.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

_____. (Org.). **Trabalho e tecnologia.** Dicionário crítico. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Editora da UFRGS, 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Estatuto da Central Única dos Trabalhadores.**

CHESNAIS, F. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno especial 4.

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada – el caso de CC.OO. y de CUT**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid (U.C.M.), Tese de (doutorado), 1999.

_____. Sindicalismo e transição: de movimento sociopolítico a organização institucionalizada. **Inter-Ação**. Rev. Fac. Educ. UFG, 27 (2): 5-14, jul./dez. Goiânia: 2002.

COGGIOLA, O. A crise estrutural do capital. **Quinzena**, São Paulo, n. 262, 15 jan. 1998.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

COSTA, S. **Tendências e centrais sindicais**. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia/São Paulo: Ed. PUC-Goiás/Ed. Anita Garibaldi, 1995.

DAL-RÉ, Fernando Valdés (Coord.). **Sindicalismo y cambios sociales**. Madrid: Consejo Económico y Social (CES), 1994.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

DELGADO, Maria B. Godinho. Sindicalismo latino-americano: o difícil diálogo entre mulheres e homens. In: CASTRO, M. S. P. de. Possíveis estratégias sindicais frente à reestruturação produtiva no Brasil. In: CASTRO, M. S. P.; WACHENDORFER, A. (Coord.). **Sindicalismo latinoamericano**. Entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad/ILDES-FES (Brasil), 1995.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS DA CUT. **Indicadores DESEP 1994**.

DESAFIOS de uma espécie ameaçada. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 21 ago. 1995.

DIEESE. **Trabalho e reestruturação produtiva**. São Paulo: DIEESE, 1994a.

_____. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo: DIEESE, 1994b.

DIAS, Edmundo et al. **A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes**. Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996.

FASE/PTU. **Cadernos de Proposta**. Crise e Reestruturação Industrial. N. 1, Rio de Janeiro, 1993.

FERNANDES, F. Transição difícil para os sindicatos, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 jun. 1995a.

_____. Sindicalismo e poder operário, **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1995b.

FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FIDALGO, F. S. (Org). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

FIDALGO, Fernando S.; MACHADO, Lucília R. de Souza (org.). **Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

FIDALGO, José Maria. Sindicato y sociedad. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

FINA, LL. & TOHARIA, L. **Las causas del paro en España**. Un putto de vista estructural. Madrid: Fundación IESA, 1987.

FLEURY, Afonso. Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho: comparações entre o modelo japonês e o brasileiro. In: HIRATA, H. (org.) **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

FLEURY, Afonso; HUMPHREY, John (coord.). **Recursos humanos e a difusão e adaptação de novos métodos para a qualidade no Brasil**. Brasília: IPEA, n. 326, 1993.

FLEURY, M. T. L. Mudanças e persistências no modelo de gestão de pessoal em setores de tecnologia de ponta: o caso brasileiro em contraponto. In: In: HIRATA, H. (org.) **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. A cultura da qualidade ou a qualidade da mudança. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. Movimento sindical, comissão de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e Kanban). São Paulo: Atlas, 1992.

FLEURY, Paulo Fernando. Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: o ajuste da indústria brasileira nos anos 90. **Policy Paper** no. 19: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 1996.

FRANZOI, Naira Lisboa. A fábrica vista pelos trabalhadores: do outro lado da modernidade. **Educação & Sociedade**, n. 56/476-501. Campinas: CEDES/Papirus, 1996.

FREDERICO, C. **A esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. V. 3.

FREEMAN, R. B. **Pueden sobrevivir los sindicatos en la sociedad postindustrial?** Simposio Internacional sobre las Perspectivas Futuras del Sindicalismo, 1986. Mimeo.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: _____. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 5ª ed., R. Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FUNDACIÓN 1º. DE MAYO. **Forjando la democracia**. Los trabajadores y CCOO en la transición política. Madrid: CCOO, 2008.

FUNDACIÓN SINDICAL DE ESTUDIOS-CCOO DE MADRID. **Sobre el presente y futuro del sindicalismo**. Madrid: GPS, 2006

FÜHRER, Ilse Marie. **Los Sindicatos en España: de la lucha de clases a estrategias de cooperación**. Madrid: Consejo Economico y Social (CES), 1996.

GABAGLIO, Emilio. Los trabajadores y el futuro de la Unión Europea. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

GABRIEL, Pere (coord.) et al. **Comissions obreres de Catalunya**. 1964-1989. Barcelona: CERES/ Empúries, 1989.

GARCIA, Pedro Camacho. Sindicalismo: las incertidumbres del futuro. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 133-182. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

GIANNOTTI, V. **Reconstruindo nossa história** – 100 anos de luta operária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **CUT ontem e hoje**. São Paulo: Vozes, 1991.

_____. **Collor, a CUT e a pizza**. São Paulo: Página Aberta/Escrita, 1993.

GIANNOTTI, V.; LOPES NETO, S. **CUT, por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GITAHY, Leda. **Na direção de um novo paradigma de organização industrial?** XVI Encontro Anual da ANPOCS – GT Processo de trabalho e reivindicações sociais, 1992.

_____. Inovação tecnológica, relações interfirmas e mercado de trabalho. In: _____ (Org.) **Reestructuración productiva, trabajo y educacion en América Latina**. (Lecturas de educacion y trabajo n. 3), Campinas, IG/Unicamp, Buenos Aires, RED CIID-CENEP, 1994.

GITAHY, Leda; RABELO, Flávio. Educação e desenvolvimento tecnológico: o caso da indústria de autopeças. **Educação & Sociedade**, n. 45/225-251. Campinas: CEDES/Papirus, 1993.

Globalização aprofunda o abismo entre ricos e pobres. **Folha de S. Paulo**, 02/11/97, especial 12.

GOLDENSTEIN, Gisela T. Trabalho e dominação no capitalismo monopolista: um esboço de sistematização. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 26(4) 5-17, 1986.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, t. 1, 1983.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

- GOUNET, T. O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista. **Debate Sindical**, n. 10, p. 21-25, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- _____. **Concepção dialética da história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GUTIÉRREZ, Antonio. **Sindicalismo y nuevas realidades**. Madrid: Ediciones GPS, 1993.
- _____. Comisiones Obreras y la transición democrática: una contribución infravalorada. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.
- HABERMAS, J. Técnica e Ciência como "Ideologia". In: _____. **Técnica e Ciência como "Ideologia"**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HIRATA, H. (org.) **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HUMPHREY, J. Adaptando o "modelo japonês" ao Brasil. In: HIRATA, H. (org.) **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HYMAN, R. **Relaciones industriales** (una introducción marxista). Madrid: H. Blume, 1981.
- JOFFILY, B. Uma revolução que desafia os sindicatos. **De Fato**, ano 1, n. 2, p. 14-25, 1993.
- KATZ, Claudio; BRAGA, Ruy, COGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias**. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.
- KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

KON, A. A modernização tecnológica brasileira e o ajustamento dos recursos humanos. **Revista de Administração de Empresas**, n. 31 (4): 5-15. São Paulo, 1991.

KONIG, H. A crise da sociedade do trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual. In: MARKERT, Werner (org.). **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e sujeito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

KREIN, J. D. Reestruturação produtiva e sindicalismo. In: CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ABET, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: REDUC/INEP, 1987.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LARANGEIRA, S. M. G. Inovações tecnológicas e ação sindical: crise nos sindicatos?. In: DINIZ, E.; LOPES, J. S. L.; PRANDI, R. (Org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.

LASO, Agustín Garcia & RAYMOND, Wilfredo Sanguineti (Eds.). **Sindicatos y cambios económicos y sociales**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2002.

LEITE, E. M. Trabalho e qualificação: a classe operária vai à escola. In: GITAHY, Leda (Org.) **Reestructuración productiva, trabajo y educacion en América Latina**. (Lecturas de educacion y trabajo n. 3), Campinas, IG/Unicamp, Buenos Aires, RED CIID-CENEP, 1994.

_____. **El rescate de la calificación**. Montevideo: CINTERFOR, 1996.

LEITE, M. P. Novas formas de gestão da mão de obra e sistemas participativos: uma tendência à democratização das relações de trabalho? **Educação & Sociedade**, n. 45/190-210. Campinas: CEDES/Papirus, 1993.

_____. Modernização tecnológica e relações de trabalho. In.: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Modernización Tecnológica y calificación. In: GITAHY, Leda (org.) **Reestructuración productiva, trabajo y educación en America Latina**. (Lecturas de educacion y trabajo n. 4), Campinas: IG/UNICAMP,

Buenos Aires, RED CIID-CENEP, 1995.

LEITE, M. de P. (Org.). **O trabalho em movimento**. Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil. Campinas: Papyrus, 1997.

LEITE, M. de P.; RIZEK, C. S. Projeto: Reestruturação produtiva e qualificação. **Educação & Sociedade**, n. 58/178-198. Campinas: CEDES, 1997.

LEONE, Eugênia Troncoso. Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo na década de 1980. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIEDKE, Elida R.; SILVA, Lorena H. Inovações na organização do processo de trabalho e relações de gênero. **Educação & Sociedade**, n. 45/278-296. Campinas: CEDES/Papyrus, 1993.

LOBO, Elisabeth Souza. Modelo japonês e práticas brasileiras. In: HIRATA, H. (org.) **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LOPES, Juarez R. Brandão. Reestruturação produtiva, mercado de trabalho e condições de vida. **Educação & Sociedade**, n. 45/180-189. Campinas: CEDES/Papyrus, 1993.

LOPES NETO, S.; GIANNOTTI, V. (Org.). **Para onde vai a CUT?** São Paulo: Scritta, 1993.

LÓPEZ, Miguel A. Ferrer. **Curso de formación de delegados**. Bilbao: Deusto / CCOO, s.d.

LUDEVIL, M. **El movimiento obrero de Cataluña bajo en franquismo**. Barcelona: Avance, 1977.

LUXEMBURGO, R. **Reforma social ou revolução?** SP: Global, 1986.

MACHADO, Lucília R. de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Qualificação do trabalho e relações sociais. In: FIDALGO, Fernando Selmar (org). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: UNICAMP/Ensaio, 1990.

MANZANO, Marcelo P. Ferrari. Custo de demissão e proteção do emprego no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

MARAVALL, Héctor. La aportación de CC.OO. al desarrollo de las políticas de bienestar social. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

_____. Ayuda practica al asesor sindical. Formula de demandas: despidos, sanciones, denuncias, amnistía laboral, nóminas y liquidaciones. **Formación sindical 5**. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARINI, R. M. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARTINS, H. de S. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Terceirização**. Diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS, 1994.

MARTINS, Heloisa de S.; RAMALHO, José R. (org.) **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC – CEDI/NETS, 1994.

MARTINS, J. **Os limites do irracional**. Globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Fio do Tempo, 1999.

MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 5ª ed., R. Janeiro: Zahar Editores, 1970

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

- _____. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: _____. **Manuscrtos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, p. 133-138. (Os Pensadores), 1974b.
- _____. O Método da Economia Política. In: _____. **Manuscrtos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, p. 133-138. (Os Pensadores), 1974c.
- _____. **O capital**. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983a.
- _____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscrtos econômicos e filosóficos). In: FERNANDES, Florestan (org.). **K. Marx, F. Engels – História**. São Paulo: Ática, 1983b.
- _____. **O capital**. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **Salário, preço e lucro**, 6. ed. São Paulo: Global, 1988.
- _____. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, s.d.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATEOS, Abdón. Movimiento sindical y lucha obrera bajo el franquismo. **El Proyecto**, n. 1, p. 83-124. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1987
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1995.
- _____. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.
- MCLELLAN, David. **Karl Marx**. Vida e pensamento. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MCLLROY, J. O inverno do sindicalismo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 39-70.
- MEIKSINS, P. Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 106-117, 1996.

MÉSZAROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MIGUELEZ, F & PRIETO, C. **Las relaciones de empleo en España**. Madrid: Siglo XXI, 1999.

MOLINERO, Carme & YSÀS, Pere. **Productores disciplinados y minorías subversivas**. Clase obrera y conflictividad laboral en la España franquista. Madrid: Siglo XXI, 1998.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. Automação de base microeletrônica e organização do trabalho na indústria metal-mecânica. **Revista de Administração de Empresas**, n. 26(4) 35-40. Rio de Janeiro, 1986.

MORENO, Juan. En torno a la inserción de CC.OO. en el sindicalismo internacional. **Gaceta Sindical**. Reflexión y Debate. CSCCOO. Madrid: Octubre 2001.

NAPOLEONI, Claudio. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NEDER, R. T. et al. **Automação e movimento sindical no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. Novas tecnologias e ação sindical em São Paulo. Notas de pesquisa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 23-33, 1989.

NETTO. José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

NETTO, J. P. Prólogo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: K. MARX; F. ENGELS, **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Modernização industrial no Brasil: o surgimento de novos paradigmas na organização do trabalho. **Educação & Sociedade**, n. 45/268-277. Campinas: CEDES/Papirus, 1993.

_____. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre

o trabalho e a qualificação profissional. In: **Trabalho e Educação** – Coletânea CBE. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

NIETO, Joaquín et al. **El sindicalismo ante una economía globalizada**. Prólogo de José María Fidalgo. Escuela de Verano Confederal de CCOO / Alzira: Germania, 2002.

NORONHA, E. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

NOVAES, R. R. Continuidade e ruptura no sindicalismo rural. In: A. BOITO JR. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

_____. O crescimento do setor de serviços. In: _____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994c.

_____. **Trabalho & Sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. vol. I – A crise. R. Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, C. (Org.). **O mundo do trabalho**. São Paulo: CESIT/ Scritta, 1994.

OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.) **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/ Página Aberta/CESIT, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antonio. Debate. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

O SINDICALISMO radical entrou em crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 maio 1995.

PARA emprego, os anos 90 são piores. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 set. 1998. p. 2-12.

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. **Uto?ías**. Nuestra bandera (Revista de debate político). El futuro del sindicalismo. No. 166, Madrid, 1995.

PELIANO, José Carlos. Empresários, trabalhadores e governo: as negociações sobre as novas tecnologias no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 29(1) 5-22, 1989.

PINHEIRO, I. A.; SANTOS, J. M. As opiniões de alguns sindicalistas ante as mudanças no ambiente político-econômico nacional contemporâneo. In: CARLEIAL, L.; VALLE, R. (Org.). **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ABET, 1997.

PIRES, Elson L. S. Crise econômica, reestruturação produtiva e emprego: transformações nas montadoras da indústria automobilística no Brasil". In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

POCHMANN, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

PORTUGAL, Marcelo S.; GARCIA, Lúcia S. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

POSTHUMA, A. Reestruturação e qualificação numa empresa de autopeças: um passo aquém das intenções declaradas. **Educação & Sociedade**, n. 45/252-267. Campinas: CEDES/Papirus, 1993.

QUADROS, Waldir J. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

RAMALHO, J. R. As diversas faces da negociação no meio

sindical brasileiro. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Terceirização**. Diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC/CEDI/NETS, 1994.

_____. Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 85-115.

RAMOS, Maria José Rodriguez. El nuevo papel del sindicato: la autonomia sindical. **El Proyecto**, n. 13, p. 35-54. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1990.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

RATTNER, Henrique. Debate. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

RECIO, A. **Capitalismo y formas de contratación laboral**. Madrid: MTSS, 1988.

REIS, H. L. **Implantação de programas de redução de desperdícios na indústria brasileira**: um estudo de caso. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ. Dissertação (Mestrado), 1994.

RELATÓRIO ANUAL DA OCDE. **Tendências da Sindicalização**. Capítulo 4, 1992.

REZENDE, A. P. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, I. J. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia**: a trajetória da CUT. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, R. (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 115-29.

RODRIGUES, L. M. **CUT**. Os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, L. M. et al. **Retrato da CUT**. São Paulo: CUT, 1991.

RODRÍGUEZ, Ricardo Escudero (coord.). **La negociación colectiva en España: una visión cualitativa**. Observatorio de la Negociación Colectiva. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004

_____. **La negociación colectiva en España: un enfoque interdisciplinar**. Observatorio de la Negociación Colectiva Madrid – CC.OO.: Cinca, 2008 .

ROSA, Cláudio P. Tecnologia apropriada: um conjunto homogêneo? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 29, v. 1, p. 47-51, 1989.

RUAS, Roberto; ANTUNES, José A; ROESE, Mauro. Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil. Observações acerca de casos empíricos. In: HIRATA, Helena (org.). **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

RUÍZ, David (dir.) et al. **Historia de Comisiones Obreras (1958-1988)**. Madrid: Siglo XXI, 1993.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALERNO, Mário Sérgio. Produção, trabalho e participação: CCQ e Kanban numa nova imigração japonesa. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Processo e relações do trabalho no Brasil: movimento sindical, comissão de fábrica, gestão e participação, o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e KANBAN)**. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena (org.). **Sobre o "modelo" japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. Produção integrada e flexível e processo operatório: notas sobre sindicatos e a formação profissional. In: **Trabalho e Educação** – Coletânea CBE. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

SALM, C. Debate. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994a.

_____. Os sindicatos, as transformações tecnológicas e a educação. In: **Trabalho e Educação** – Coletânea CBE. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994b.

SALM, Claudio; SABÓIA, João; CARVALHO, Paulo G. Produtividade na indústria brasileira: uma contribuição ao debate. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Org.) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

SALTÓ, Jordi Ferretí. ¿A dónde va el sindicalismo? **El Proyecto**, n. 19-20, p. 127-132. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

SALVE, Francisco Garcia. Principios esenciales del sindicalismo. **Formación sindical 4**. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SANFRUTOS, Norberto. Instrumentos para el análisis económico-financiero de la empresa capitalista. **Formación sindical 6**. Madrid: Secretaría de Formación de la C. S. de Comisiones Obreras, s/d.

SANTOS, Anselmo L. (1996) “Encargos sociais e custo do trabalho no Brasil”. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

SANTOS, Anselmo L.; POCHMANN. O custo do trabalho e a competitividade internacional. In: OLIVEIRA, Carlos A.B.; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta/Página Aberta/CESIT, 1996.

SARTORIUS, Nicolás. **Resurgir del movimiento obrero**. Colección Primero de Mayo. Barcelona: Laia, 1975.

_____. **Qué son Las Comisiones Obreras**. Barcelona: La Gaya Ciencia, 1976.

_____. **El Sindicalismo de nuevo tipo**: ensayos sobre Comisiones Obreras. Barcelona: Laia, 1977.

SAVIANI, Dermeval. O nó do ensino de 2º grau. **Bimestre**, n. 1. São

Paulo: MEC/INEP – Cenafor, 1986.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1993.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Refazendo a fábrica fordista? Tecnologia e relações industriais no Brasil no final da década de 1980. In: HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SINDICATO perde força com o desemprego. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1997. p. 6-15.

SINDICATOS declinantes, bem ou mal para a sociedade. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 jul. 1995.

SOARES, J. L. **Primeiro, o verbo; depois, as demissões em massa**. O trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista e a ofensiva do capital de 1989 a 1994. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 1996.

TEIXEIRA, Francisco José S. **Pensando com Marx**. Uma leitura crítico-comentada de O capital. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez/UECE, 1996.

TELLES, J. **O movimento sindical no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TERCEIRA revolução industrial começa no Rio, diz López. **Folha de São Paulo**, 15/10/95, p. 2-5.

TREIN, E. e CIAVATTA, M. O Percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação – Uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, set./dez., 2003.

13 DE MAIO – NEP. **Trabalhadores, muitas lutas uma só classe**. A história das centrais sindicais no Brasil. São Paulo: Editora do Autor, 1988.

TUMOLO, P. S. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva** – Trabalho e educação: um olhar multirreferencial, v. 14, n. 26/39-70. Florianópolis: CED/UFSC, 1996a.

_____. Paradigmas de análise das transformações no mundo do

trabalho. Um duelo de titãs. In: F. S. FIDALGO (Org.). **Gestão do trabalho e formação do trabalhador**. Belo Horizonte: MCM, 1996b.

_____. Metamorfoses no mundo do trabalho: Revisão de algumas linhas de análise. **Educação & Sociedade**, n. 59/333-350. Campinas: CEDES/Papirus, 1997a.

_____. O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única Dos Trabalhadores. **20ª Reunião Anual da ANPEd** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), 1997b.

_____. O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única Dos Trabalhadores. **Redes**, vol. 3, nº 1/65-84. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1998a.

_____. A CUT diante do novo padrão de acumulação de capital: dilemas e desafios. **Plural**, vol. 7, nº 10/64-79. Florianópolis: APUFSC (Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina), 1998b.

_____. Habermas versus Marx: o marxismo na berlinda? **Praxis**, ano IV, nº 10, Out/97-Fev/98. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1998c.

_____. Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital. Apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. **23ª Reunião Anual da ANPEd** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Caxambu, set. 2000.

_____. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, Campinas, n.77, p.71-99, 2001a.

_____. O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica. **24ª Reunião Anual da ANPEd** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Caxambu, Outubro, 2001b.

_____. **Da contestação à conformação**. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação & Sociedade**, Campinas – SP, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 90, p. 239-265, Campinas: CEDES, 2005.

VANSANT, Lut. El futuro necesita sindicatos. **El Proyecto**, n. 13, p. 17-34. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1990.

VEGA, Rubén & GORDON, Carlos. **Juan Muñiz Zapico, Juanín**. Oviedo: Fundación Juan Muñiz Zapico/KRK, 2007.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIDAL, M. C. Modernización sindical para un nuevo escenario económico. In: CASTRO, M. S. P.; WACHENDORFER, A. (Coord.), **Sindicalismo latinoamericano**. Entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad; ILDES-FES (Brasil), 1995.

WACHENDORFER, A. El sindicalismo latinoamericano. Salud delicada, pronóstico reservado. In: CASTRO, M. S. P.; WACHENDORFER, A. (Coord.), **Sindicalismo latinoamericano**. Entre la renovación y la resignación. Caracas: Nueva Sociedad; ILDES-FES (Brasil), 1995.

ZAGUIRRE, Manuel. Un nuevo sindicalismo frente a un viejo desorden económico y social. **El Proyecto**, n. 19-20, p. 81-96. Barcelona: Universidad Sindical USO, 1993.

ZAMORA ANTÓN, M. A. & IBÁÑEZ, D (Comps.) **Comisiones Obreras**. Diez años de luchas (1966-1976). Zaragoza: CCOO, 1987.

Outros lançamentos de 2018

Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo

Danilo Enrico Martuscelli

Uma caixa de Pandora: crítica à expansão do ensino superior catarinense no período 1960-2010

Maurício José Siewerdt

A caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas

Maria Alejandra Paulucci

“Terra, trabalho e teto”: Ocupação Amarildo de Souza e a luta por Reforma Agrária Popular na Grande Florianópolis

Fernando Calheiros

A Carta Aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios

Ricardo Gaspar Müller e
Mario Duayer (Org.)

Paulo Sergio Tumolo

Professor titular aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, linha de pesquisa Trabalho e Educação, por meio do programa de serviço voluntário. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), mestre e doutor em Educação: História e Filosofia da Educação pela PUC-SP. É coordenador do Grupo de Estudos Capital, Trabalho e Educação (GECATE) e membro do coletivo 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular (NEP) e do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO). É autor e coautor de vários livros e tem publicado inúmeros artigos em revistas de diversas áreas das ciências humanas.

E-mail: paulo.tumolo@ufsc.br

Os textos deste livro compõem dois blocos de assuntos, unidos por um elo que os interliga: a relação entre capital e trabalho na virada do milênio. No primeiro bloco, calçado no referencial do materialismo histórico, o autor busca compreender algumas características concernentes à conformação do capitalismo no período contemporâneo, principalmente por meio da abordagem da relação entre os chamados centro e periferia do sistema. No segundo, são apresentados os resultados de pesquisas sobre duas experiências da classe trabalhadora, ou melhor, sobre as trajetórias histórico-políticas de duas centrais sindicais mais expressivas de seus respectivos países, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil e as Comisiones Obreras (CCOO) da Espanha.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-45535-26-3



9 788545 535263

